

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Tatiane Almeida Netto

**A DINÂMICA AGRÁRIA RECORRENTE DA SOJA E DA
SILVICULTURA NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY E
SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: 2006-2016**

**Santa Maria, RS
2017**

Tatiane Almeida Netto

**A DINÂMICA AGRÁRIA RECORRENTE DA SOJA E DA SILVICULTURA NA
FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY E SEUS IMPACTOS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: 2006-2016**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Ana Estela Dominguez Sandoval

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Almeida Netto, Tatiane
A DINÂMICA AGRÁRIA RECORRENTE DA SOJA E DA
SILVICULTURA NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY E
SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: 2006-2016 /
Tatiane Almeida Netto.- 2017.
193 p.; 30 cm

Orientador: Ana Estela Dominguez Sandoval
Coorientador: Clayton Hillig
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2017

1. Territorialização 2. Dinâmica Agrária 3. Pampa 4.
Desenvolvimento 5. Agricultura Familiar I. Dominguez
Sandoval, Ana Estela II. Hillig, Clayton III. Título.

Tatiane Almeida Netto

**A DINÂMICA AGRÁRIA RECORRENTE DA SOJA E DA SILVICULTURA NA
FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY E SEUS IMPACTOS NA
AGRICULTURA FAMILIAR: 2006-2016**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

Aprovado em 23 de março de 2017:

Ana Estela Dominguez Sandoval, Dr^a (UFSM/UDELAR)
(Orientadora)

Clayton Hillig, Dr. (UFSM)
(Co-orientador)

Pablo Leandro Díaz Estévez, Dr. (UDELAR)

Cassiane da Costa, Dr^a. (UERGS)

Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad, Dr^a. (UFSM)

Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Santa Maria pela acolhida e, pela oportunidade de cursar uma pós-graduação pública e de qualidade.

À CAPES pela bolsa de pesquisa e pelo PDSE.

À AUGM e a SAI/UFSM pela oportunidade de realizar a Mobilidade acadêmica no Uruguai.

À professora Ana Dominguez pela orientação e amizade.

À UDELAR e à Sociedad de Fomento de Rivera pela acolhida e ajuda no desenvolvimento desta pesquisa, em especial agradeço a Ana Paula Machado que me ajudou a agendar muitas entrevistas na Fomento.

À meus colegas e amigos Uruguaios, que me ajudaram na coleta de dados e me acolheram na universidade, em especial a: Lúcio Gonzales, Rubens, Pablo Areosa, Milva, Henrique, Protti, Gabriel, entre tantos outros.

À querida Sandra Lozanno, minha amiga, que muito me auxiliou no Uruguai, sendo minha guia em Tranqueras e minha intérprete. E um agradecimento especial também a família da Sandra que me receberam para as entrevistas.

À Yanice, minha fonte de inspiração pela sua garra e luta diária, um exemplo de vida.

Aos amigos da fronteira Leonardo Guimarães, Felipe Monteblando, Laura Matchin Viera, Maite Iglesias.

À Comunidade de Cerro Pelado e seus moradores, por serem fonte de criação e motivação desta tese.

Aos amigos e colegas da extensão rural que me auxiliaram e me acompanharam, em especial Letícia Azevedo, Letícia Paludo Vargas, Daiane Vargas, Cristiane Godoy, Maria Helena, Bárbara e Eduardo.

Aos colegas e amigos do Pós em Geografia, em especial à Janete Webler Cancelier, Roberta Madruga, Valquíria Conti e João Villas Boas.

Aos professores que me auxiliaram nesta caminhada, em especial Virgínia Rossi, Pedro Hegedus, Marcel Achkar, Fernando Pesce, Pablo Díaz, Giancarla Salomani, José Geraldo, Clayton Hillig, Carmen, Leonice Mourad, Cassiane Costa, Adriano Figueiró, Eliane Foletto, Gisele Guimarães, Suzane Marcuzzo.

Aos amigos, que suportaram minha ausência nesta fase final, em especial a Silviane, a Mirele e a Simone. E um muito especial obrigada a uma amiga que torcia muito por mim e hoje não se encontra mais no plano físico, querida Vanessa obrigada pelo carinho, apoio e compreensão.

Aos meus ex e sempre colegas do PEG que estiveram presentes no início desta jornada.

A minha família, meu pai, minha mãe, meus irmãos, meus sobrinhos e especialmente ao meu filho eu agradeço e dedico esta tese.

Finalmente, a todos que fizeram parte e contribuíram para o desenvolver desta pesquisa. Enfim, com carinho, obrigado!

RESUMO

A DINÂMICA AGRÁRIA RECORRENTE DA SOJA E DA SILVICULTURA NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: 2006-2016

AUTORA: TATIANE ALMEIDA NETTO

ORIENTADORA: ANA ESTELA DOMINGUEZ SANDOVAL

Na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY identificamos a territorialização da silvicultura e da soja, advindas da modificação do sistema produtivo agrícola, impulsionada por acordos comerciais e a vinculação ao capital estrangeiro. Ao identificarmos o avanço destes sistemas produtivos, na última década, observamos a reorganização do espaço, das formas de trabalho ligadas a estes cultivos e a introdução de novas relações sociais com a transformação em seu arranjo produtivo influenciada pela abordagem do capitalismo agrário que transforma o espaço inserindo no território novos agentes sociais em disputa. De acordo com a concepção de território a tese analisa o desenvolvimento do capitalismo agrário na fronteira e os impactos da cadeia da soja e da silvicultura na agricultura familiar. Com o propósito de compreender as diferentes territorializações presentes no espaço em estudo, com especial ênfase a agricultura familiar realizamos uma pesquisa tomando como pressupostos elementos constituintes da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental, priorizando os dados secundários: Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2011 Uruguay, Instituto Nacional de Estadística (INE), Censo Agropecuario 2011, Estadísticas Agropecuarias (DIEA) vinculados ao Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP). Realizou-se também pesquisa de campo caracterizada pela observação direta cujo registros constam em diário de campo, além da formulação de instrumentos, com especial destaque a questionário e entrevista aplicados aos produtores, técnicos e poder público, a fim de compreender as transformações realizadas na fronteira na última década, com a consequente reconfiguração territorial do espaço rural, notabilizando-se pela implantação da silvicultura e sojicultura, minimizando a histórica participação da produção pecuária na referida região, fenômeno este que ocorre tanto na área ocupada pela agricultura familiar, quanto nas áreas ocupadas pelos grandes empreendimentos. Os agricultores familiares estão se adequando para permanecerem ativos, se relacionando com as cadeias de soja e silvicultura adotando novas estratégias de reprodução social e ao mesmo tempo disputando o território com as cadeias mencionadas. Entre as estratégias adotadas apresenta-se: multifuncionalidade, pluriatividade, investimentos em modelos agroecológicos de produção, empoderamento da mulher no campo, diversidade na produção agrícola e inversão em tecnologias.

Palavras-chave: Territorialização. Dinâmica agrária. Pampa. Desenvolvimento. Agricultura familiar.

ABSTRACT

THE AGRARIAN DYNAMICS OF SOYBEAN AND FORESTRY IN THE BORDER OF LIVRAMENTO/BR AND RIVERA/UY AND ITS IMPACTS ON FAMILY FARMING: 2006-2016

AUTHOR: TATIANEALMEIDA NETTO

ADVISOR: ANA ESTELA DOMINGUEZ SANDOVAL

In the border of Livramento/BR and Rivera/UY we identified the territorialization of forestry and soybean, resulting from the modification of the agricultural productive system, driven by trade agreements and the link to foreign capital. By identifying the progress of these productive systems in the last decade, we observe the reorganization of space, the forms of work associated with these crops, and the introduction of new social relations with the transformation of its productive arrangement influenced by the approach of agrarian capitalism that transforms space by inserting new social agents in dispute in the territory. According to the concept of territory, this thesis analyzes the development of agrarian capitalism in the border and the impacts of the soybean chain and forestry in family farming. In order to understand the different territorializations in the spaces studied, with special emphasis on family farming, we carried out a research based on elements of bibliographic research, documentary research, prioritizing the secondary data: Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Uruguay 2011 Census, National Statistical Institute (INE), Agricultural Census 2011, Agricultural Statistics (DIEA) linked to the Ministry of Livestock, Agriculture and Fisheries (MGAP). We also carried out field research, characterized by direct observation, whose records are in a field diary, as well as the formulation of instruments, with special emphasis on questionnaires and interviews applied to producers, technicians and public authorities in order to understand the transformations carried out in that border in the last decade, with the consequent territorial reconfiguration of the rural space, notable for the implantation of forestry and soybean culture, minimizing the historical participation of livestock production in that region, a phenomenon that occurs both in the area occupied by family farming and in the areas occupied by large enterprises. Family farmers are adapting to remain active, relating to the soybean and forestry chains by adopting new strategies of social reproduction and at the same time disputing the territory with the mentioned chains. Among the strategies adopted are: multifunctionality, pluriactivity, investments in agroecological models of production, women's empowerment in the countryside, diversity in agricultural production and technology inversion.

Keywords: Territorialization. Agrarian dynamics. Pampa. Development. Family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Fluxograma de Desenvolvimento da tese	41
Figura 2- Identificação das Biorregiões da América do Sul identificadas por Gudyneas (2002)	49
Figura 3- Localização da Biorregião do Pampa	50
Figura 4- Ecorregiões presentes na Biorregião do Pampa.....	51
Figura 5- Sistemas ecológicos na Ecorregião da Savana Uruguaia.....	52
Figura 6- Identificação da zona de fronteira e faixa de fronteira	56
Figura 7- Zona de Fronteira Brasil e Uruguai	59
Figura 8- Estatísticas agricultura familiar no RS.....	65
Figura 9- Estatísticas agricultura familiar no Uruguai	65
Figura 10- Territorialização da soja e da silvicultura na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY	101
Figura 11- Estimativa da espacialização da Agricultura familiar em Livramento/BR.....	103
Figura 12- Estimativa da espacialização da Agricultura familiar em Rivera/UY	105
Figura 13- Espacialização dos sistemas de produção em Livramento/BR.....	109
Figura 14 Expansão da soja nos assentamentos em Livramento/BR	111
Figura 15-Gráfico referente a produção de soja no município de Sant’Ana do Livramento .	112
Figura 16- Espacialização da agricultura de grãos, incluindo a soja em Rivera/UY.	115
Figura 17- Paisagem identificando a presença da pecuária, silvicultura e agricultura familiar em Rivera/UY.....	119
Figura 18- Plantio de melancias por agricultores familiares em Tranqueras.	120
Figura 19- Imagem característica do espaço em estudo	121
Figura 20- Paisagem característica na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, pecuária e silvicultura dividindo território.....	121
Figura 21- Espacialização do território da silvicultura Rivera/UY	123
Figura 22- Produção do leite em Sant’Ana do Livramento.....	128
Figura 23- Espacialização da silvicultura junto ao território da agricultura familiar	135
Figura 24- Impactos da silvicultura como intensificação do processo de arenização	137
Figura 25- Impactos da silvicultura como intensificação dos processos de arenização	137
Figura 26- Impactos da silvicultura como intensificação do processo de arenização	138
Figura 27- Área cultivada com soja no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia	141
Figura 28-Expansão da soja em Livramento/BR no território da agricultura familiar.....	145
Figura 29- Plantio de soja em Sant’Ana do Livramento, ao fundo a cooperativa Agrosoja. .	146
Figura 30- Produção de queijo artesanal em propriedade da agricultura familiar em Rivera	155
Figura 31- Produção de suínos em propriedade da agricultura familiar em Rivera.....	156
Figura 32- Propriedade de agricultor familiar que adota o sistema de pastoreio rotativo.....	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Descrição das atividades agropecuárias, da agricultura familiar registradas no Departamento de Rivera	68
Tabela 2- Descrição das atividades agropecuárias e quantificação das famílias envolvidas no município de Sant'Ana do Livramento	69
Tabela 3- Identificação dos Grupos de solo CONEAT, índice de produtividade e cálculo referente a IC 100 de 500 ha de unidade de exploração familiar.	106
Tabela 4- Dados Produção vegetal: grãos e fruticultura, safra 2013 e 2014	107
Tabela 5- Conflito e impactos dos monocultivos: soja e silvicultura.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
APPLESA	Associação dos Pequenos Produtores de Leite de Sant'Ana do Livramento
AUGM	Asociación de Universidades Grupo Montevideo
BPC	Base de Prestaciones y Contribuciones
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CLAEH	Centro Latinoamericano de Economía Humana
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEAT	Comisión Nacional de Estudio Agronómico de la Tierra
CONICET-UBA	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas- Universidad de Buenos Aires
COOPERFORTE	Cooperativa dos Assentados de Sant'Ana do Livramento
COPTec	Sociedade Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária.
COTRIJUC	Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos
COTRISEL	Cooperativa Tritícola Sepeense
DGDR	Dirección General de Desarrollo Rural
DIEA	Estadísticas Agropecuárias del MGAP
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FARSUL	Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS
FYMNSA	Florestadora e Maderera Del Norte AS
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ILP	Integração Lavoura Pecuária
INC	Instituto Nacional de Colonización
INCRA	Instituto nacional de Colonização Agrária
INE	Instituto Nacional de Estadística
INIA	Instituto Nacional de Investigación Agropecuária/ UY
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MGAP	Ministério de Ganadería Agricultura e Pesca
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAPAMPA	Núcleo de Agroecologia Pampa Sem Fronteiras
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
ONG	Organização não governamental
PDFF	Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira

PDSE	Programa de Doutorado-sanduiche no Exterior
PIT	Plenario Intersindical de Trabajadores
PIT	Convención Nacional de Trabajadores
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINF	Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SMAPA	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UDELAR	Universidad de la Republica
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UTAA	Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	25
1.1. QUESTÕES DE PESQUISA.....	34
1.2. OBJETIVOS	34
1.1.1. Geral.....	34
1.1.2. Específicos	35
1.3. PLANO DA OBRA	35
2. DESENHO METODOLÓGICO	37
2.1. CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	37
2.2. TRABALHO DE CAMPO	41
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO ESPACIAL	47
3.1. ESPAÇO BIORREGIÃO DO PAMPA.....	47
3.2. FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA UY	54
3.3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EMERGÊNCIA DA FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY.....	60
3.4. AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY	61
3.5. ESTRUTURA SOCIAL NA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI	69
4. QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIO: ELEMENTOS TEÓRICOS	75
4.1. QUESTÃO AGRÁRIA E A SUA CONSTRUÇÃO COMO UM PARADIGMA FRENTE AS DISPUTAS TERRITORIAIS	75
4.2. OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA DISPUTA TERRITORIAL	81
4.3. MULTIFUNCIONALIDADE E TERRITÓRIO	86
5. TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY	93
5.1. OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY	93
5.2. AS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA AGRÁRIA FAMILIAR DA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI.....	98
5.2.1 Soja	110
5.2.2 Silvicultura.....	117
5.2.3 Outros (pecuária familiar, ovinos, leite, horticultura...)	124
5.3. TERRITORIALIZAÇÃO DE MONOCULTIVOS: SILVICULTURA E SOJA E SEUS CONFLITOS COM A AGRICULTURA FAMILIAR	131
5.4. TRANSFORMAÇÕES NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJICULTORA E DA SILVICULTURA.....	148
5.5. ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	150
5.5. EXPERIÊNCIAS DE ESTRATÉGIAS AGROECOLÓGICAS OBSERVADAS A CAMPO NA ÁREA DE ESTUDO	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA TÉCNICOS	181

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES FAMILIARES	183
APÊNDICE C –QUESTIONÁRIO APLICADO.....	187

1. INTRODUÇÃO

Esta tese procura abordar estratégias e experiências da agricultura familiar referente a expansão da soja e da silvicultura na fronteira Livramento/BR e Rivera /UY, especificando casos em que os Agricultores familiares diversificam sua produção e modificam seu modo de vida perante a nova dinâmica agrária. Para tanto, o território é a categoria central de análise da tese, pois é nele que se gera a conflitualidade, a luta constante do sujeito pelo seu espaço e por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. O território encontra-se em constante conflito e disputas em virtude da globalização e de novos atores de poder instituídos na Biorregião do Pampa¹, a partir da integração da indústria e processos de agroindustrialização no campo.

Trata-se de um tema que, na história recente das políticas públicas se discute a agricultura familiar, uma forma de organização social que se encontra ameaçada pela forma de produção que ela adota, nesta categoria a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. A categoria de agricultura familiar nos dois Países em estudo é diferente em termos de tamanho da unidade de produção, mas ambos mantêm a definição embasadas na forma de produção que utiliza mão de obra familiar e gestão com a presença da família.

A agricultura familiar persiste em ambientes sociais e econômicos os mais variados, podendo ser de grandes extensões de áreas ou não, dependendo da força de trabalho empreendida na gestão da unidade de produção. O caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão.

Na atualidade existe uma diversidade na agricultura familiar, famílias dinâmicas, tecnificadas, pluriativas, modernas, que se articulam ao mercado através de uma racionalidade em que suas bases de reprodução social estão determinadas e fundamentadas por uma sociedade cujo denominador comum é o caráter mercantil e monetário da economia. A

¹ Utilizamos o conceito de Biorregião do Pampa, pelo fato do mesmo ser definido, segundo Gudynas (2002), como espaços geográficos com características homogêneas do ponto de vista ecológico que apresenta fortes vinculações com o uso do ecossistema pelas populações presentes. Este conceito incorpora variáveis sociais e culturais nas variáveis biofísicas do território.

agricultura familiar presente na fronteira tem um histórico marcado por constante luta pelo seu reconhecimento, tanto no que se refere à sua importância econômica quanto social.

O reconhecimento da categoria da agricultura familiar é recente nos dois Países, no Brasil a partir da lei da Política da Agricultura familiar 11.326/2006 e no Uruguay através das Resoluções do Ministério de Ganadería Agricultura e Pesca (MGAP) nº 219/2014 e nº 397/2014. Tais reivindicações são oriundas de um cenário político que avança para o entendimento que a agricultura familiar é alternativa para as às questões sociais do campo, tendo em vista sua capacidade em promover um novo modelo de desenvolvimento, em virtude de uma maior capacidade de geração de trabalho e renda em relação à agricultura de tipo patronal.²

A agricultura familiar apresenta características únicas uma vez que produz alimentos predominantemente para o consumo interno; contribui com a dinamização da economia dos pequenos municípios, favorecendo o “desenvolvimento local e territorial” principalmente com a realização de feiras de produtores e a inserção de redes locais de comercialização. Também se visualiza por parte da agricultura familiar um maior cuidado com a preservação do meio ambiente, em virtude da maior diversificação das atividades econômicas e maior preocupação com a reprodução dos meios de vida ante o lucro; sendo assim se possibilita desenvolver estratégias agroecológicas.

O movimento agroecológico representa uma grande importância no desenvolver de uma nova corrente paradigmática que busca pelo rompimento do capitalismo agrário. A agroecologia se apresenta como um novo paradigma, buscando bases científicas para transição da agricultura tradicional à uma agricultura mais sustentável, promovendo assim o desenvolvimento rural sustentável a partir de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e que proporciona melhores condições sociais e econômicas aos agricultores. Ou seja, expõe o discurso agroecológico como uma atitude crítica a agronomia orientada somente para a produção (contaminação por agroquímicos e o uso excessivo dos recursos energéticos).

Verificou-se, na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, na última década, uma tendência de ampliação da área produtiva dos produtos destinados à exportação, em especial da soja. Atualmente, a soja é o produto agrícola que mais converte áreas de produção no

² Na agricultura familiar não se verifica a presença da mais-valia, uma vez que o trabalho é predominantemente desenvolvido pelos membros da família.

Brasil e no Uruguai, exercendo impacto sobre os recursos naturais seja através do desmatamento, da redução da biodiversidade e das diversas formas de contaminação ambiental e da saúde, devido à utilização de insumos agrícolas.

A dinâmica agrária é orientada pelo mercado e se intensifica o capitalismo agrário a partir da abertura ao mercado internacional, onde os governos do Brasil e do Uruguai através de políticas neoliberais, oferecem subsídios para a instalação de empresas transnacionais e incentivam a integração da produção familiar as cadeias de valor do agronegócio, principalmente aos processos de agroindustrialização. A dinâmica agrária se transforma a partir da abordagem do capitalismo, através da flexibilização da agricultura e das complexas relações da natureza com a sociedade, que moldam as formas de produção e mercado. Nesse sentido, os avanços de novos sistemas de produção provocam uma fragilidade na biodiversidade e a permanente transformação em mudanças físicas, socioeconômicas e culturais.

Entendemos a flexibilização da agricultura como a diversificação produtiva, a incorporação de novas tecnologias e descentralização das empresas transnacionais com formação de redes e novas formas de organização do trabalho. Incorpora-se na agricultura moderna o trabalho industrial exigindo dos produtores um comportamento empresarial e não mais familiar, condicionando a presença de trabalhadores assalariados.

O processo de modernização agrícola é distinguido pelas fases da incorporação de uma mecanização simples, buscando melhorar a eficiência do trabalho, e a fase da revolução verde com uma série de inovações sendo: tecnológicas, melhoramento genético, fertilizantes, insumos e mecanização pesada que resultam na expansão da fronteira agrícola. Na agricultura com a intensificação da técnica e das ciências, as máquinas, os insumos e as novas técnicas de produção elevam a produtividade do trabalho, permitindo que um número cada vez menor de pessoas, produzam a mesma (ou maior) quantidade de mercadorias

Entretanto, a agricultura familiar desenvolvida na Biorregião do Pampa representada por agricultores familiares que têm na bovinocultura de corte sua principal atividade, não apresenta significativa modificações na sua forma de exploração, sendo a pecuária extensiva e dependente basicamente dos recursos naturais. O pecuarista familiar pela sua concepção apresenta um modo peculiar de exploração da terra, ou seja, possui formas de condução das atividades e da vida ligadas a lógica da reprodução e sobrevivência da família. A prática da

pecuária em campo natural se apresenta vinculado ao ecossistema do Pampa, se beneficia diretamente da vegetação nativa que ocorre naturalmente na região, vegetação esta que produz forragem para o gado, dependendo apenas do sol, da água da chuva e da fertilidade natural do solo para o seu desenvolvimento.

Assim como a pecuária familiar, outras formas de produção primária familiar também são empreendidas neste território, formas estas, que estão sendo invisibilizadas /marginalizadas pela perspectiva imposta de um modelo de desenvolvimento agropecuário agroexportador, voltado principalmente as grandes empresas produtoras de commodities, particularmente oleaginosas.

O Pampa atualmente está sendo visualizado pelo modelo produtivista como uma fronteira agrícola a ser desbravada, nele se desenvolve um modelo de agricultura vinculado a uma estrutura fordista e tecnológica, com pacotes difundidos e exigidos pelas empresas processadoras de alimentos aumentando as áreas de reconversão para lavouras, seja de: soja, milho, arroz e/ou árvores exóticas. Esse processo de reconversão proporciona a perda de potencial produtivo, reduzindo as áreas de campo natural, causando prejuízos à biodiversidade, e ainda se submetendo a uma atividade agrícola dependente das oscilações de preços do mercado internacional e vulnerável aos riscos climáticos.

Os conflitos resultantes das transformações na dinâmica agrária no Pampa demandam um estudo de abordagem territorial para que se perceba a dialética existente entre os diversos atores sociais em disputa de poder, regidos pela nova ordem econômica de desenvolvimento.

Cabe aqui fazermos uma diferenciação entre o sujeito social e o ator social. Quando, na tese nos referimos a atores consideramos aqueles que representam uma classe, um coletivo, e sujeito o indivíduo dotado de uma reflexão, que busca a mudança e a transformação. Deste modo, entendemos que as instituições, os coletivos, portanto, os atores, são meios e não fins, e que é o sujeito que faz a transformação agindo socialmente.

Para tanto o território é a categoria central de análise da tese, pois é nele que se gera a conflitualidade, a luta constante do sujeito pelo seu espaço e por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. O território encontra-se em constante conflito e disputas em virtude da globalização e de novos atores de poder instituídos na Biorregião do Pampa, a partir da integração da indústria e processos de agroindustrialização no campo.

A modernização reflete ainda novos processos de territorialização, na reprodução de novas ruralidades via integração dos agricultores aos centros agroindustriais e surgimento das atividades não agrícolas, dada à interseção crescente entre a agricultura e os demais setores da economia

O espaço rural vem-se adaptando a estas mudanças, resultando no surgimento de formas espaciais distintas e processos socioeconômicos, engendrados pelas práticas dos diversos atores hegemônicos que proporcionam a multifuncionalidade deste espaço e a pluriatividade destes.

Em face da globalização e das transformações nos sistemas produtivos emerge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor os conflitos existentes. Frente a este cenário se constrói a perspectiva desta pesquisa referente a temática de território, questão agrária e influência do capital na construção de novas territorialidades.

Para Saquet (2003) um território não pode ser definido apenas pela sua identidade e formação cultural/política, mas também pelas relações econômicas, fruto das relações sociais, presentes neste espaço e em constante jogo de poder e disputas de espaços políticos, culturais e econômicos. O território se configura através das relações sociais marcadas pelo poder no cotidiano do homem [...] “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (Raffestin, 1993, p.53).

Sendo assim, o território da agricultura familiar na Biorregião do Pampa está sendo transformado frente as modificações no espaço com a introdução de novos cultivos, de novas relações econômicas e sociais. Busca-se através desta proposta de pesquisa estudar as transformações nas relações sociais dos agricultores familiares presentes na fronteira Brasil/Uruguai, recorte intencional desta pesquisa a cidades de Sant’Ana do Livramento, no Brasil e o Departamento de Rivera no Uruguai.

A tese apresenta uma análise da agricultura familiar no território em estudo, para assim compreender as relações de poder presentes que modificam este espaço. Através de um estudo empírico identificar: os conflitos e novas formas de relações advindas do capitalismo, a organização produtiva deste espaço, a diversidade e as transformações na agricultura familiar frente a dinâmica territorial da Biorregião do Pampa.

O processo de globalização, desde final do século XX acarreta uma nova lógica industrial orientando o setor agrícola da Biorregião do Pampa com a presença de empresas

agroindustriais transnacionais, que modificam as funções da agricultura em um setor com propósitos diversos. Inserem no espaço um novo padrão técnico refuncionalizando e modificando as estruturas econômicas, sociais e culturais (FERNANDÉZ e CARÁMBULA, 2012; SANTOS, 1998).

O cenário da globalização resulta na fronteira Brasil/Uruguai transformações territoriais oriundas de novas relações de produção com a introdução de novos cultivos, em reposta à dinâmica agrícola-industrial-produtiva de organização do espaço em redes. Frente a isso, o Pampa hoje adentra as discussões na academia devido a sua biodiversidade e riqueza sociocultural, na qual essa diversidade, paisagens e saberes estão ameaçados pela introdução de novas alternativas que descaracterizam a evolução social e biológica da Biorregião do Pampa (SUERTEGARAY e SILVA, 2009).

Os temas da globalização, da presença de capital estrangeiro, da industrialização, da agricultura flexível interferem diretamente na estrutura social agrária provocando tensões territoriais. Estas tensões territoriais estão presentes no espaço fronteira Brasil/Uruguai. Vários estudos apontam a expansão agrícola no Uruguai e o fortalecimento da cadeia de soja no Brasil. Brasil e Uruguai através das políticas de incentivos realizadas pelo MERCOSUL aumentaram na última década os números de produção de commodities. Entre 2000 e 2011, as reservas internacionais do Brasil e Uruguai cresceram 958% (de US\$ 33,4 bilhões para US\$ 353,8 bilhões) e 270,2% (de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 10,4 bilhões), respectivamente (PINTO, 2013).

Ao identificarmos a introdução de novos cultivos, ligados às cadeias globais de valor (CGV), tais como a soja e a silvicultura, observa-se a reorganização deste espaço, com a introdução de novas territorialidades. Altera-se a dinâmica espacial frente à diversificação de sujeitos e uma política de desenvolvimento economicista, que compreende tensões territoriais, uma vez que o território é fruto das relações de poder da diversidade destes sujeitos presentes neste espaço.

As relações impostas no território não são derivadas somente do homem e seu espaço, e sim de diversos atores, entre eles e o espaço, na qual as relações de inclusão e exclusão resultantes desta dinâmica definem o território e a territorialidade. A organização em redes observada como exemplo na cadeia de soja insere-se no Pampa desterritorializando-o,

modificando a relação entre os produtores e orientando novas espacializações (GUIBERT et al., 2011).

As transformações territoriais podem resultar em uma desconexão da identidade local, na qual gera espaços produtivos, mas espaços sem representação política, social e totalmente dependente da economia global. Para o desenvolvimento sustentável emerge hoje que os territórios possuam as bases e poderes dissipados pela cooperação e reconhecimento da diversidade, da realidade e do contexto histórico presente neste espaço.

Haja vista, que os novos territórios são formados por uma relação híbrida entre global e local se faz necessário um estudo sobre este território para construção de uma política de desenvolvimento local que se preocupe com qualidades e não quantidades, com valores culturais e humanos. Este estudo propõe interpretar as transformações territoriais e suas implicações no modo de vida dos agricultores familiares presentes na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY.

Formula-se a hipótese da intensificação da expansão agrícola em zonas de pecuária tradicionais, tendo em vista que na última década, o Uruguai com a intensificação da silvicultura e inserção da soja modificou o uso e a ocupação da terra e no Brasil a área de cultivo da soja aumentou em torno de dois milhões de ha, na última década, sendo de significativa expansão na Metade sul do estado e na região da campanha (ACHKAR et al., 2011; IBGE 2006).

Este estudo pondera sobre as transformações na dinâmica agrícola observando a inserção de novos cultivos e novas relações sociais na agricultura familiar, fruto das interações locais com as cadeias globais de valor (CGV) inseridas na Biorregião do Pampa.

Tendo em vista que o setor agrícola apresenta cada vez mais mudanças tecnológicas em virtude do produtivismo, sempre alicerçado pelo paradigma do capitalismo agrário, percebem-se no campo as mudanças tecnológicas, tais como: a inserção de novas pastagens exóticas, a intensificação de pacotes tecnológicos, a inserção de transgênicos, nanotecnologia e agricultura de precisão, técnicas e manejo sempre no intuito de criar uma natureza com imagem e semelhança do capital (BARTRA, 2006).

A imposição da tecnologia ao agricultor interfere no uso dos saberes tradicionais, nas relações de produção. O agricultor familiar hoje, não tem como trabalhar fora da lógica do capital, pode não trabalhar para ele se o mesmo advém de uma produção de autoconsumo,

mas se integra ao mercado e trabalha junto ao capital. Atualmente se tem presente a influência da globalização, da informação, da tecnologia que dão origem ao capital virtual. A globalização resulta no território na inserção de redes, onde os gigantes corporativos se apropriam da biodiversidade desterritorializam comunidades e destroem culturas (BARTRA, 2006).

Considerando tais premissas formulou-se o seguinte problema de pesquisa: A transformação na dinâmica territorial na fronteira Brasil/Uruguai implica na reconstrução e reestruturação da agricultura familiar? A dinâmica agrária com a expansão de commodities aliadas a adoção de tecnologias, diversificação na produção serão a base para análise vinculada ao Paradigma da questão agrária que se preocupa com o avanço do capital frente a autonomia da agricultura familiar

A tese compreende a área de estudo da Biorregião do Pampa, especificamente a fronteira Livramento/BR e Rivera/UY caracteriza-se como objeto de estudo desta tese, visto que este espaço se constitui através de uma área de integração política, cultural e de identidade própria, não se limitando a uma divisão espacial de 150 km a partir da linha de transição.

Utilizamos nesta pesquisa o termo zona de fronteira, identificando a área de estudo fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, por se tratar de uma área que abriga um alto grau de fluxo e interação entre países, no caso Brasil e Uruguai, que se evidencia pelas cidades-gêmeas Sant’Ana do Livramento e Rivera, o que incide diretamente na promoção do desenvolvimento regional e da cidadania (LUCENA, 2011).

A hegemonia das dimensões econômicas e institucionais, impostas pela agricultura globalizada introduzem novas dinâmicas territoriais, novas relações e surgimento de outros sujeitos e atores hegemônicos, que modificam a organização e a identidade deste espaço.

Estudos como o de Guibert et al.. (2011) apontam a existência de um novo produtor rural, muito mais articulado, considerado um empresário rural com alto grau de instrução no ramo de negócios e que incorpora a necessidade da figura de um técnico para o direcionamento da produção agrícola. Vale salientar que o estudo de Guibert et al.. (2011) se desenvolveu na pampa Argentina, portanto possui características semelhantes a região da fronteira, inseridos na mesma Biorregião e com a estrutura agrária constituída por

empresários agrícolas e pecuaristas fortemente modernizados e integrados a complexos agroindustriais, sendo presente também agricultores familiares integrados (PIÑEIRO, 2009).

Riella e Mascheroni (2011) apontam diversos impactos, positivo e/ou negativos, nos territórios advindos da globalização, entre eles destaca-se a exclusão de produtores, fragmentação social, inserção de novas tecnologias, inserção de novas formas sociais para organização da produção, melhorias nas condições de vida, entre outros. O resultado destes impactos é dependente das condições sociais pré-existentes no território e para a devida compreensão se faz necessário uma análise das relações de poder presentes no território no caso do estudo os territórios múltiplos da fronteira Livramento/BR e Rivera/UY.

Justifica-se a execução desta pesquisa frente à transformação na dinâmica agrícola e a diversidade de sistemas produtivos existentes na Fronteira Brasil/Uruguai, espaço este integrante da Biorregião do Pampa. A estrutura espacial em redes impõe, cada vez mais, a dissociação entre a propriedade da terra e a unidade de produção em resposta à dimensão global centradas em tecnologias, ou seja, nas informações e conhecimentos. Conseqüentemente esta dissociação atinge as relações sociais familiares, modificando a racionalidade do produtor, tornando-o cada vez mais um empresário.

Além do mais, como pano de fundo a esta pesquisa se tem a perspectiva ambiental e o reconhecimento de que a Biorregião do Pampa apresenta uma forma específica e única, com uma identidade ecológica e produtiva vinculada aos antecedentes históricos do Uruguai a Argentina e o sul do Brasil. Os sistemas produtivos nesse território devem ser vinculados a preservação da biodiversidade, na qual devemos utilizar seus bens naturais de forma ambientalmente responsável e socialmente justa (GUDYNAS, 2002).

No RS as áreas de pastagem correspondem a 46% do território, dispersos em 440 mil estabelecimentos agropecuários de um total de 20,3 milhões de hectares. As pastagens naturais, concentradas no Bioma Pampa, ocupam aproximadamente 8,3 milhões de hectares (89,4% do total) e representam o principal ativo a partir do qual a bovinocultura de corte gaúcha se desenvolveu. Deste universo da bovinocultura de corte, 86% dos estabelecimentos são de natureza familiar e 36,3% do efetivo de rebanho bovino do Estado provêm destes estabelecimentos familiares (FEE, 2015).

O Uruguai apresenta 64,3% de área de campo natural de um total de 16.357.298 ha. O principal uso do solo, em área de superfície por ha, é a pecuária de corte (66,8%) cereais e

oleaginosos (10,7%), silvicultura (7,6%), ovinos (carne e lã) (5,2%), pecuária leiteira (5,1%), arroz (2,6%) (MGAP, 2011).

Dados referentes ao uso e ocupação do solo no Uruguai identificam que em um período de 20 anos foram florestados com espécies de *Pinus sp* e *Ecucalyptus sp*, cerca de 800.000 hectares (CARÁMBULA e PIÑEIRO, 2006). Já em relação a soja, se considerarmos um período de 11 anos (2000-2011) obteve-se aumento na superfície de soja plantada de 915.275 ha (MGAP 2000, 2011)

Estudos apontam que a superfície campestre da Ecorregião do Pampa tem diminuído 1% ao ano, sendo que existem localidades em que a substituição de campo por lavouras e árvores exóticas atingem até 10% ao ano. As áreas de campo naturais que permanecem intactas apresentam-se em muitas vezes fragmentadas em manchas esparsas (BILENCA e MIÑARRO, 2004)

1.1. QUESTÕES DE PESQUISA

Dizer apenas que a fronteira Livramento/BR e Rivera/UY compreendem importantes modificações na dinâmica agrária que afetam os agricultores familiares em seu modo de vida, com a inserção da silvicultura e da soja não é suficiente, nesse sentido identificamos um conjunto de questões norteadoras, a saber: 1) Como isso vem acontecendo? 2) Quem são os atores envolvidos? 3) Como ocorrem as interações entre eles? Enfim, 4) Quais as diferenças no modo de vida e na reprodução social dos agricultores familiares?

1.2. OBJETIVOS

1.1.1. Geral

Compreender e explicar os as transformações e ressignificações no espaço agrário da fronteira Livramento/BR e Rivera/UY advindas da territorialização da sojicultura e da silvicultura, pós 2006.

1.1.2. Específicos

- Analisar as transformações no espaço da fronteira Livramento/BR e Rivera/UY resultantes da dinâmica agrária e das relações sociedade e natureza, priorizando sua configuração recente.
- Identificar o impacto da territorialização da soja e da silvicultura fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, e sua relação com a agricultura familiar presentes naquele contexto.
- Compreender as transformações territoriais e suas implicações na área de estudo fronteira Livramento/BR e Rivera/UY.

1.3. PLANO DA OBRA

A tese está dividida em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Optou-se por este plano de obra para melhor organização e apresentação dos dados desenvolvidos durante a pesquisa do doutorado com uma apresentação prática e objetiva.

Nesse sentido, a primeira parte do trabalho apresenta o desenho metodológico da tese, os caminhos da pesquisa, o tipo de pesquisa escolhida para nortear os rumos da investigação. Também nesta etapa demonstra-se como ocorreu a pesquisa empírica, descrevendo-se as técnicas de coleta e análise de dados

No capítulo 2 buscou-se apresentar a contextualização histórico espacial da área de estudo identificando a Biorregião do Pampa, suas características físicas, aspectos sociais, produtivos, que contribuem para a designação de uso deste espaço. O capítulo apresenta ainda a trajetória sobre a emergência e os antecedentes históricos da presença e da característica da agricultura familiar na fronteira, bem como sua estrutura social em resposta a dinâmica do capitalismo. O Capítulo traz essa apresentação e contextualização da fronteira Livramento/BR e Rivera/UY discutindo possíveis implicações para os territórios rurais com a territorialização das cadeias de valor, frente a uma fronteira de expansão que apresenta rearranjos espaciais de seus territórios e nas relações da agricultura familiar com outros territórios em disputa.

No capítulo 3 se discute o conceito de questão agrária e a sua consolidação enquanto paradigma, no intuito de construir um percurso teórico-metodológico consistente para as etapas a serem desenvolvidas na sequência do trabalho, na qual entendemos que os problemas agrários fazem parte do capitalismo. No referido capítulo tendo como ponto de partida as disputas e os conflitos territoriais presentes no espaço da Biorregião do Pampa apresentamos a multifuncionalidade deste território, a presença de componentes econômicos, culturais e sociais que caracterizam a formação de movimentos socioterritoriais, desenvolvidos através de relações sociais forjadas para conquistar e formar espaço.

O quarto capítulo apresenta-se os resultados e discussão, contemplando os objetivos propostos nesta tese, resultados estes com base nas questões estabelecidas com o problema de pesquisa, descrevendo as transformações no Pampa, principalmente a dinâmica agrária presente no território a partir da territorialização da soja e da silvicultura na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY. Neste capítulo se identifica os conflitos presentes no espaço de estudo, caracterizando os territórios presentes e em disputa, situando os processos de territorialização da silvicultura e da soja num espaço temporal de 10 anos. Sinaliza-se também algumas possibilidades de minimizar o referido conflito, experiências estas descritas a partir da pesquisa empírica da tese.

Por fim, nas considerações finais, são destacados os principais pontos discutidos na tese, fazendo um fechamento do documento e uma reflexão do tema estudado.

2. DESENHO METODOLÓGICO

Toda pesquisa é guiada por uma justificativa do porquê da escolha do tema e tem um recorte espacial e temporal, sempre atrelado às concepções teóricas e ideológicas do pesquisador. Nesta tese a escolha da área de estudo se deu pela experiência empírica, no Projeto Fronteira, com comunidades rurais fronteiriças, especialmente a comunidade de Cerro Pelado no Uruguai e sua singularidade no modelo de desenvolvimento rural.

Adota-se o espaço temporal definido em 10 anos, uma vez que foi nesse período que se intensificou a diversificação produtiva da região, com a efetiva estruturação da silvicultura e sojicultura na área de estudo, ainda que devamos ressaltar que essas atividades são anteriores a nosso recorte temporal. Na última década em razão desse processo intensificou-se as disputas/territorialização entre sojicultura, silvicultura e agricultura familiar.

Tanto o governo Brasileiro, quanto o Uruguaio, governos progressistas, adotaram uma política neoliberal voltada a expansão produtivista, ampliaram o mercado para liberalização do comércio internacional e inversão estrangeira. Tais estratégias sempre visaram aumentar a balança comercial dos países, impulsionados pelo agronegócio e o preço das commodities (MARTINS, 2011).

A globalização proporciona a intensificação de terras agrícolas em detrimento de áreas de pastagens e uma transformação empresarial do setor agropecuário reduzindo a incidência de produtores familiares (GAUTREAU, 2014).

As transformações na dinâmica agrária com a inserção de monocultivos ligados a cadeia de soja e de silvicultura estão modificando a paisagem no Pampa. Segundo dados da FEE (2015) no Estado do Rio Grande do Sul, a soja foi responsável por mais de 40% do crescimento do Valor Bruto da Produção agropecuária do RS no período entre os anos de 2006 e 2014.

2.1. CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste estudo consideramos a pesquisa em sua natureza empírica como um estudo de caso, onde investiga-se um fenômeno social contemporâneo dentro de seu contexto.

Adotamos a abordagem metodológica de estudo de caso com intuito de análises que permitam detalhar o conhecimento para descrever as transformações na dinâmica agrária, e suas repercussões no modo de vida e relações sociais dos agricultores familiares. Segundo Yin (2010) um estudo de caso compreende “uma investigação empírica que investiga um fenômeno em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

O estudo se caracteriza como exploratório, descritivo e explicativo, utilizando o método dialético e a abordagem qualitativa para análise dos dados. Elegeu-se a abordagem qualitativa por tratar de uma realidade social, trabalhando-se um universo de atitudes, de diversidade nas relações, de conflitos e acordos a partir de uma realidade, onde para Minayo (2004) se faz importante a utilização de dois instrumentos para uma pesquisa de campo: a observação direta registrada em diário de campo, bem como o instrumento da entrevista.

Utiliza-se o território como uma categoria de análise pelo fato de ser considerado um produto social em constante transformação e para apreciação de seu estudo se faz necessário compreender a relação do espaço com a sociedade. A análise perpassa pelo conceito de território o qual se se faz entendido como o espaço usado, para esta pesquisa utilizaremos o conceito de território segundo Saquet (2003), um território não pode ser definido apenas pela sua identidade e formação cultural/política, mas também pelas relações econômicas, fruto das relações sociais, presentes neste espaço e em constante jogo de poder e disputas de espaços políticos, culturais e econômicos.

O território se configura através das relações sociais marcadas pelo poder no cotidiano do homem [...] “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (Raffestin, 1993, p.53).

Para Saquet (2007) o território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização onde os aspectos políticos, econômicos e culturais são decisivos nos processos de desterritorialização e reterritorialização. O autor remete a discussão sobre o território sob a ótica desenvolvida por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), destaca que os territórios possam ser temporários ou mais permanentes, a depender das relações de poder que se materializam no espaço a partir das relações sociedade natureza.

Os processos de des-territorialização e re-territorialização são historicamente determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; são produtos

socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as des-territorialidades e as re-territorialidades. De acordo com cada momento, período e lugar as forças econômicas, políticas e culturais condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as novas territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital representantes do modo capitalista de produção (SAQUET, 2003).

Em virtude da dialética proposta por esta tese busca-se compreender o território dinâmico, as territorialidades, principalmente o território da soja e da silvicultura e como estes territórios interferem nas relações dos agricultores familiares inseridos neste mesmo espaço.

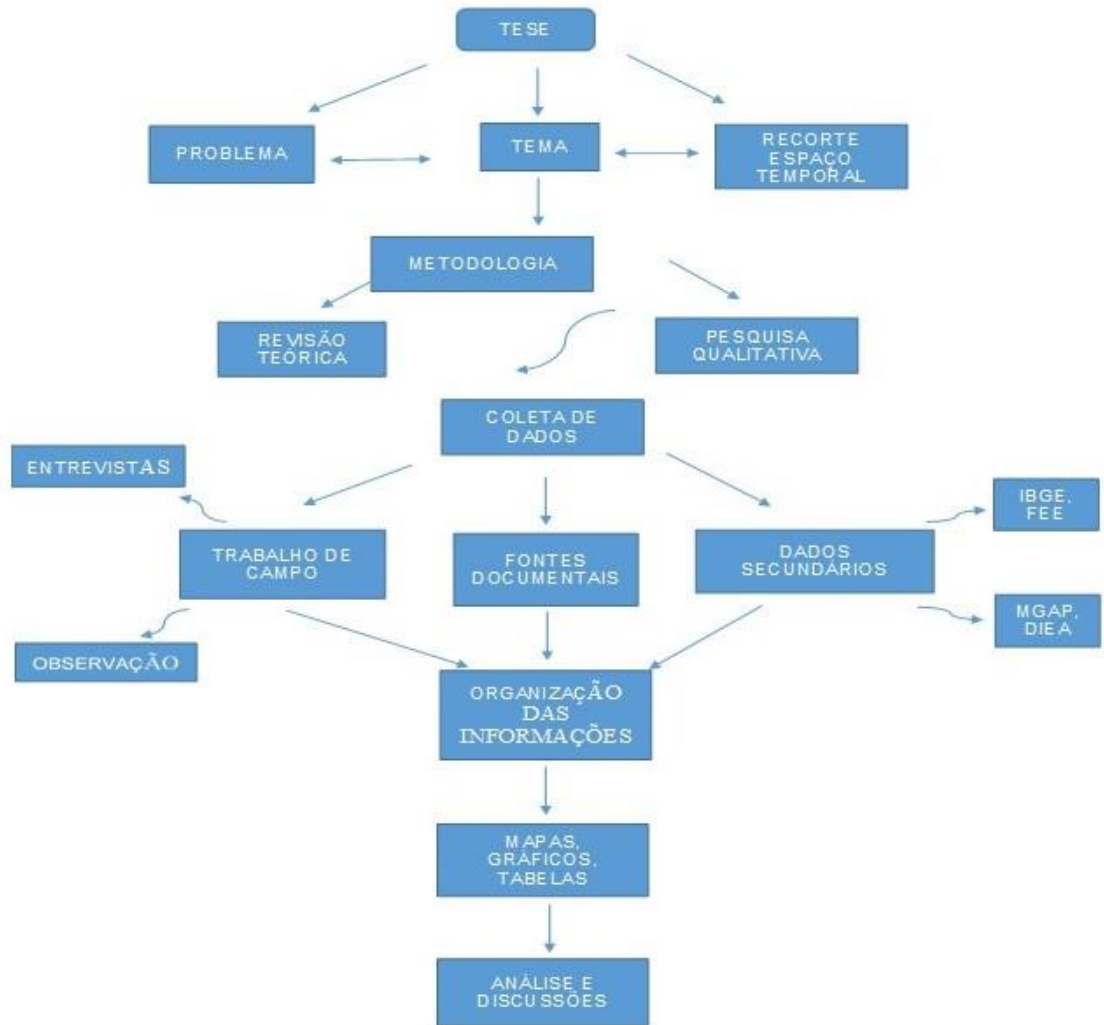
Para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa utilizamos diversos instrumentos tais como: revisão teórica, pesquisa de campo, coleta de dados em fontes primárias e secundárias. Por meio desses procedimentos, os dados foram organizados em mapas, tabelas, gráficos com análise e discussões amparadas nas revisões teóricas (Figura 1).

A última etapa da pesquisa se concentra na sistematização, processamento e análise dos dados e visa organizar as informações de modo que elas revelem as especificidades, as relações sociais impostas pelos territórios presentes na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY.

Especificamente utilizaremos uma proposta dialética para análise dos dados qualitativamente, segundo Minayo (2004) utilizaremos o método hermenêutico-dialético, que consiste na análise das informações prestadas pelos depoentes e do conjunto de informações dos sujeitos sociais contextualizadas em seu campo da especificidade história, no seu espaço.

Segundo Minayo (2004) a ciência é construída na relação dinâmica da razão daqueles que a praticam e a experiência na realidade concreta. Para a interpretação é necessário a determinação da conjuntura, do contexto sócio-histórico, da categoria social e produtiva, da agricultura familiar, que na referida tese está fundamentada na revisão teórica que acompanha a análise, dividida em: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise final.

Figura 1- Fluxograma de Desenvolvimento da tese



Fonte: Elaboração do autor, 2016.

2.2. TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa geográfica desde sempre inclui no trabalho de campo além da observação, a interpretação e a compreensão da realidade estudada, mais recentemente em razão da mudança de paradigmas na área a mesma incorporou uma visão crítica das situações alvo de estudos (MATOS e PESSÔA, 2013).

Assim como Souza e Pessôa (2013), entendemos o trabalho de campo como um procedimento necessário para melhor compreensão da dinâmica vivida por cada grupo social no campo. Nesse sentido, procuramos uma imersão na fronteira Livramento/BR e Rivera /UY. Imersões estas realizadas a partir de duas vivências acadêmicas, a Mobilidade da AUGM e o Estágio Doutoral Sanduíche (CAPES/PDSE) somando onze meses de permanência no território.

As vivências possibilitaram não somente a realização das entrevistas, mas o aprofundamento teórico, a observação direta, o diálogo com diversos atores e sujeitos presentes neste território. Procurando fazer uso de uma observação participante exploratória, acompanhamos seminários, estudos dirigidos, cursos da UDELAR, reuniões do Território da Cidadania (NEDET Pampa/MDA), encontros da Sociedade de Fomento Rural de Rivera, viabilizando uma apropriação rigorosa dos diferentes contextos que envolveram questões de agroecologia, política de território, questão agrária, desenvolvimento rural, entre outras.

“A imersão em campo significa ir para observar, olhar, sentir, detectar, ver e analisar” (MATOS e PESSÔA, 2013 p. 161). A partir desta vivência, da experiência exploratória e investigativa, somamos as reflexões teóricas e estabelecemos diretrizes para o levantamento de dados.

Simultaneamente realizamos: observação participante, pesquisa bibliográfica, documental e coleta de dados secundários - a partir de dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2011 Uruguay, Instituto Nacional de Estadística (INE), Censo Agropecuário 2011, Estadísticas Agropecuárias (DIEA) vinculados ao Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), além de páginas da internet de órgãos públicos, livros e demais publicações acerca do tema.

Com o intuito de complementar e triangular as informações optamos pela realização de algumas entrevistas semiestruturada com informantes qualificados que trabalham, convivem e/ou residem na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY. Para o desenvolvimento das entrevistas utilizamos da amostragem designada como bola de neve, segundo Vinuto (2014) uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência, utilizada para estudar grupos difíceis de serem acessados. As entrevistas são encerradas quando o quadro de amostragem se torna saturado, quando as informações começam a se repetir e não trazem revelações novas ao quadro de análise.

O universo de sujeitos entrevistados envolveu um total de 47 entrevistas: técnicos privados e públicos, englobando também órgãos diretivos de fomento e instituições de ensino (16) e agricultores familiares (31, entre pecuaristas familiares, produtores de leite, hortifruticultores, granjeiros).

A entrevista teve como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema, sendo executadas com base em um roteiro estruturado, divididas em duas etapas: a primeira realizada com pessoas de reconhecida trajetória e alto nível de conhecimento do setor agropecuário, a partir de sua atividade técnica, profissional, empresarial, de investigação ou acadêmica, sendo a segunda com agricultores familiares.

Se definiu um conjunto de entrevistados, com apoio da UDELAR e da Sociedad de Fomento de Rivera, e do NEDET (Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial), sendo um total de 16 informantes qualificados, pertencentes ao primeiro bloco onde se buscou a maior representatividade possível das diversas opiniões e visões, e que se integrassem nos diferentes sistemas produtivos. Não se constitui em uma amostra estatística, mas em uma estimativa de opiniões, mediante um conjunto qualificado de pessoas selecionadas para descrever a dinâmica agrícola presente e suas transformações no espaço na última década.

Através das entrevistas com os informantes qualificados estabeleceu-se o diagnóstico da dinâmica agrária na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, em consonância com o referencial teórico, definindo os territórios presentes e em disputa pelo espaço, o roteiro da entrevista está disponibilizado em anexo (Apêndice A), ainda que tenhamos dado início a essa coleta com informações de ordem geral, pressupondo a identificação dos depoentes, priorizamos para esse estudo as informações relativas a compreensão da dinâmica agrária da região.

As entrevistas também se estenderam aos agricultores familiares presentes na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, onde a identificação dos entrevistados seguiu a metodologia bola de neve. As indicações para se chegar as famílias também partiram da UDELAR e da Sociedad de Fomento de Rivera, e do NEDET (Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial). Ademais também se optou por realizar a aplicação de questionários aos agricultores familiares presentes no I Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Territorial do Pampa- A soja e a sustentabilidade em questão, dito instrumento, por ser, mais

objetivo e conciso foram mais adequados para o contexto da atividade em que os mesmos participavam.

Foram realizadas um total de 31 entrevistas de forma individualizada com representantes da pecuária familiar, produtores de leite, hortifruticultores e granjeiros, o roteiro da entrevista está disponibilizado em anexo (Apêndice B). E um total de 21 questionários respondidos pelos agricultores familiares presentes no I Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Territorial do Pampa, o roteiro do questionário está disponibilizado em anexo (Apêndice C).

Parte expressiva das informações disponibilizadas nesse estudo, resultam também de observações realizadas quando das atividades de campo, que não necessariamente foram gravadas, mas que resultam da imersão da pesquisadora no contexto de estudo, tendo sido frequentes os registros decorrentes de conversas informais.

Durante o período de vivência, através Mobilidade da AUGM e o Programa de Doutorado-sanduíche no exterior (CAPES/PDSE), com o intuito de familiarizarmo-nos com os grupos sociais presentes em nossa área de pesquisa, participamos de um conjunto expressivo de atividades, com especial destaque a:

- Curso de Sociedad Rural Actores e Instituciones, no período de setembro de 2014 a fevereiro de 2015. Ministrado pela prof. Virgínia Rossi, com participação de Matías Carámbula e Paola Mascheroni. Curso vinculado a Universidad de La Republica, Facultad de Agronomía, Unidad de Enseñanza, Unidad de Posgrados y Educación Permanente.
- I Jornada Binacional de Agroecología, projeto de extensão intitulado: “I Jornada Binacional de Agroecología e II Seminário Regional sobre Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar” realizada pela unidade da UERGS em Sant’Ana do Livramento, sob coordenação da professora Cassiane da Costa, no período de 12 de agosto a 14 de agosto de 2015.
- Curso Conflictos ambientales - Conceptos básicos y herramientas para su análisis desarrollado por el Proyecto Conservación y Desarrollo: diálogos entre los procesos sociales y las políticas públicas, ministrado por Prof. Carlos Reboratti (CONICET-UBA, Argentina) em outubro de 2015.

- Conferencia “De problemas a conflictos: la construcción de las tensiones socioambientales” palestrante Dr. Carlos Reboratti de la Universidad de Buenos Aires-Argentina, día 19/10/2015 referente de la temática a nivel continental.
- Apresentação do livro: “O Rural Contemporâneo em Debate”, por Gisele Guimarães, Tatiana Balem e Pablo Areosa, no salón Melita Hernandez do Centro Universitario de Rivera, em 9 de dezembro de 2015. Promovida pela Universidade Federal de Santa Maria, PDSE/CAPES), com colaboração de las Unidades de Extensión y de Apoyo a la Enseñanza del Centro Universitario de Rivera, apoio da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS/sede Livramento e Núcleo de Agroecología Pampa Sem Fronteiras (NAPAMPA).
- Visita a Comunidad de Cerro Pelado com docentes e estudantes da UFSM, UERGS, e del Centro Universitario de Rivera. Dezembro de 2015.
- Reunião do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, o NEDET do Território do Pampa, em dezembro de 2015.
- Curso Investigación Participativa y Agroecología desarrollado por la Facultad de Agronomía y cuyo profesor responsable fue el Prof. Adj. Dr. Pablo Díaz del Centro Universitario de Tacuarembó, no período do 1º semestre de 2016, com carga horária de 80 horas.
- 3º Simpósio Produção de Soja na Região da Campanha, que aconteceu entre os dias 04 e 06 de julho/2016, na sede da Associação Rural de Bagé.
- I Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Territorial do Pampa- A soja e a sustentabilidade em questão, nos dias 22 a 23 de setembro de 2016, UNIPAMPA/Sant’Ana do Livramento/RS.

É importante destacar que nos dias 1 e 2 de julho de 2016, na ocasião do Curso teórico prático de Educación Permanente, Derecho a la tierra en Uruguay y Brasil em Rivera(Uruguay), os resultados preliminares dessa investigação, foram apresentados para a comunidade acadêmica da UDELAR, com o propósito de obter da mesma um feedback da pesquisa, cabendo esclarecer que naquela oportunidade um conjunto importante de questões foram suscitadas, sendo por isso incorporadas nesse estudo, ainda que não apareçam de forma explícita nos instrumentos em anexo..

Nesse sentido, a pesquisa se apoia em informações de atores e sujeitos relevantes, suas opiniões e considerações acerca da dinâmica territorial que possibilitem contribuir com a hipótese da tese, qual seja: a sojicultura e a silvicultura impactaram significativamente a configuração espacial da área em estudo, com especial destaque a agricultura familiar.

Na análise realizada buscou-se evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores, para que se pudesse responder às questões colocadas nesta pesquisa. Na interpretação, procurou-se dar um significado mais amplo às respostas encontradas, referentes às informações empíricas, sendo esses aspectos discutidos nos próximos capítulos da tese.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO ESPACIAL

Vários impactos são decorrentes da globalização e da presença do capital junto a dinâmica agrária acarretando transformações territoriais, portanto sociais. Para entendermos a questão agrária contemporânea, devemos compreender as trajetórias presentes na agricultura com a introdução do capitalismo, do trabalho assalariado no campo, da modernização agrícola e da multifuncionalidade deste espaço. A questão agrária, de uma maneira geral, é situada num processo histórico de ocupação do campo, de exploração da terra, efetivamente na área de estudo, a fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, a estrutura fundiária baseia-se em estâncias³ e a agricultura familiar por muitos anos sobreviveu na sombra da agricultura patronal.

Atualmente se propaga a difusão de um modelo de agricultura agroexportador, modelo impulsionado pelas políticas públicas de ambos países e principalmente pela abertura do mercado internacional as empresas estrangeiras. Esta transformação é vista como um progresso estabelecido pela modernidade, onde o capital acessa o campo, diversificando tecnologias produtivas, modificando os modos de acesso à terra e padrões produtivos. A agricultura familiar inserida neste processo constrói novas perspectivas, frente às demandas contemporâneas, numa busca permanente por atribuições de sentido que permitam a sua própria renovação. É disso que trata este primeiro capítulo, de apresentar uma breve retrospectiva da trajetória histórica da Biorregião do Pampa, discutindo suas possíveis implicações para os territórios rurais.

3.1. ESPAÇO BIORREGIÃO DO PAMPA

Para definição de uma Biorregião são necessários estudos da ciência biogeográfica para a delimitação de uma área comum, seguindo critérios pré-estabelecidos que permitam um

³ Grandes extensões de terra, caracterizadas por latifúndios onde a principal produção é a pecuária, bovina ou ovina, é caracterizada uma herança histórica pela forma de ocupação com a introdução do gado pelas missões jesuítas no século XVII.

reconhecimento de padrões de distribuição para a delimitação e regionalização da biota (MORRONE, 2004).

Numa definição simplista do conceito de Biogeografia podemos defini-la como uma ciência que estuda a distribuição geográfica dos seres vivos. Figueiró (2015) amplia o conceito trazendo a paisagem modificada pela ação do homem na natureza, a qual comporta escalas de tempo e espaço diferenciadas.

A paisagem não pode ser caracterizada apenas pela presença de elementos vivos ou não vivos num determinado espaço, e sim pelo arranjo, pela relação e forma como estes elementos se apresentam no espaço. A formação da paisagem contemporânea está ligada a história evolutiva do planeta, contudo nos últimos séculos é a presença do homem que tem contribuído consideravelmente na composição dos animais e vegetais presentes em um determinado espaço geográfico (FIGUEIRÓ, 2015).

A Biogeografia traz a missão de compreender a complexidade de uma natureza transformada no ritmo histórico de apropriação do espaço pela sociedade. Para uma análise territorial devemos perceber as relações de poder frente ao controle e à gestão do espaço.

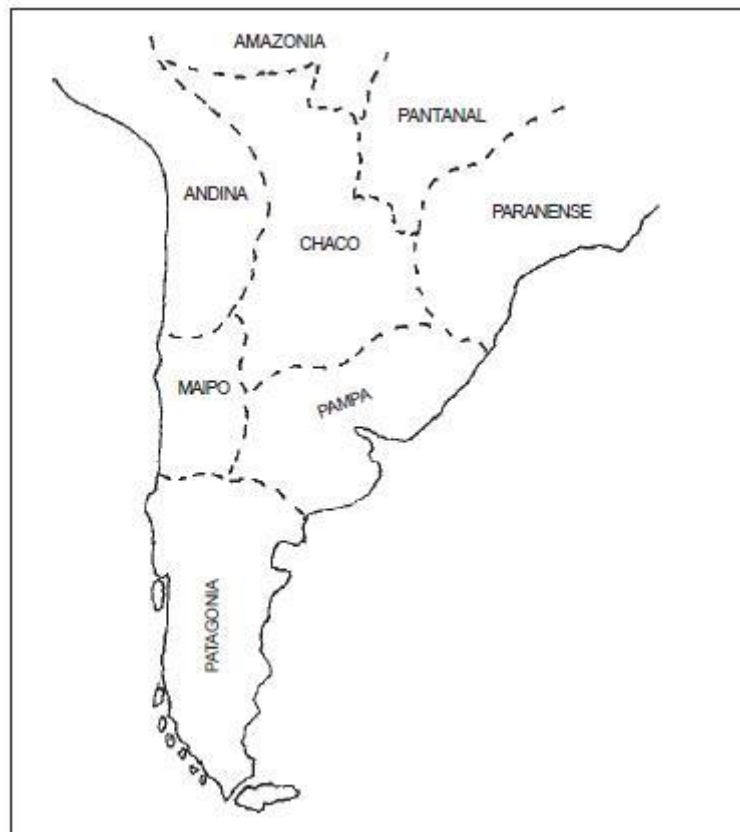
A Biogeografia está em permanente mudança de conceitos para uma melhor compreensão da distribuição dos seres vivos. Um dos conceitos chaves, utilizados para as regionalizações biogeográficas é o Bioma, porém biogeógrafos, como Gudynas (2002) utilizam do conceito de Biorregião para ampliar a discussão indo além de uma representação de fauna e flora dispostas por diferenças climáticas e absorvendo aspectos sociais, produtivos, comerciais e antropológicos (CARVALHO e ALMEIDA, 2010; FIGUEIRÓ, 2015; GUDYNAS, 2002; MORRONE, 2001).

Nesse sentido, o presente trabalho utiliza do conceito de Biorregião do Pampa, identificado por Gudynas (2002) que segundo ele articula as condições ambientais, de um determinado espaço geográfico, com as condições socioeconômicas vinculada aos usos das populações presentes nestes ecossistemas (Figura 2). O conceito de Biorregião também apresenta como propósito identificar áreas para conservar e restaurar a biodiversidade presente nos ecossistemas.

A Biorregião do Pampa identifica relações culturais entre o Sul do Brasil, Argentina e Uruguai apresentando ainda semelhanças em sua formação e ocupação histórica, bem como

sua procedência produtiva vinculada aos usos dos seus recursos naturais (GUDYNEAS, 2002).

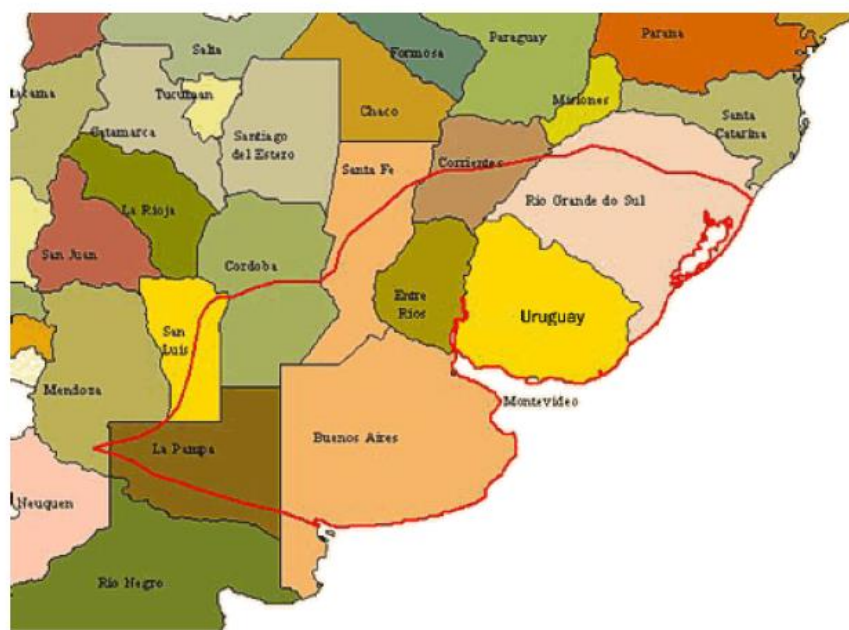
Figura 2- Identificação das Biorregiões da América do Sul identificadas por Gudyneas (2002)



Fonte: Gudyneas, 2002

Para a definição da Biorregião do Pampa, Gudyneas (2002) agrupou as regiões ecológicas similares e considerou os aspectos sociais, produtivos, e de ocupação humana para a definição deste território. A Biorregião inclui o sul do Brasil, todo o território Uruguaio e as províncias de Buenos Aires, Entre Ríos, sul de Córdoba e Corrientes, parte da província de San Luís e norte da província de Pampa na Argentina (figura 3) (GUDYNAS, 2002; MORRONE, 2001).

Figura 3- Localização da Biorregião do Pampa



Fonte: Morrone, 2001

A Biorregião do Pampa é composta por paisagens de campos o que caracteriza a presença de uma forte atividade pecuária, sobretudo o uso e ocupação do solo, e a incidência de determinadas atividades, tem correlação direta com as características ecossistêmicas: solos, hidrografia, vegetação, clima, relevo (ACHKAR et al., 2011; MORRONE, 2001).

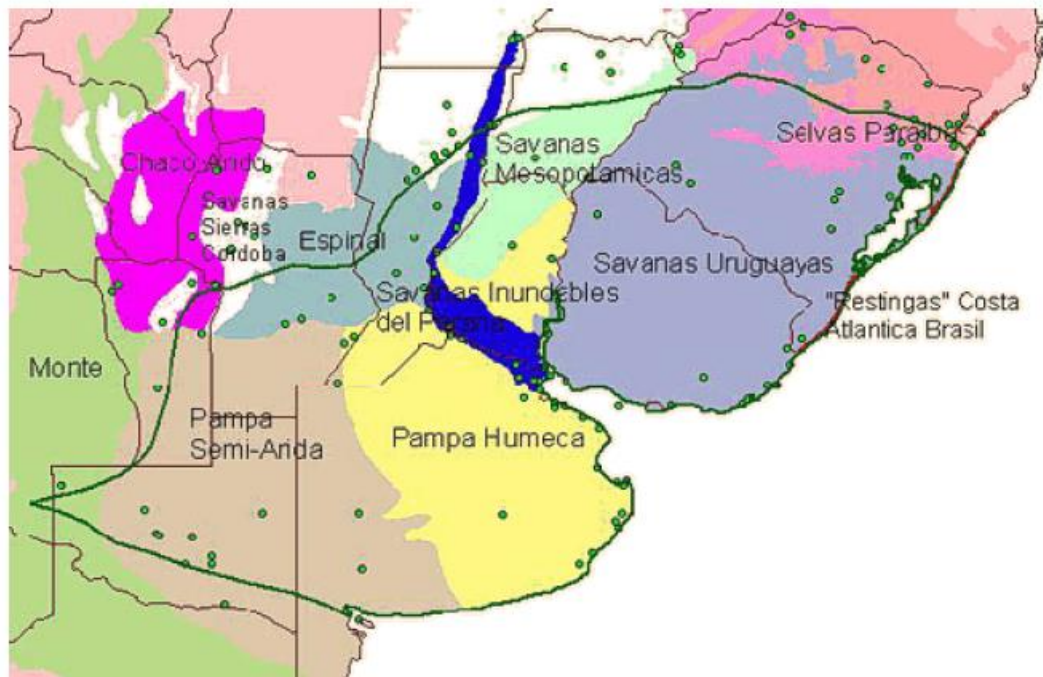
Ao longo do século a Biorregião do Pampa está vivenciando uma crise na tradicional economia de criação de gado extensiva, constitui num ecossistema com maior porcentagem de território modificado pela crescente pressão de cultivos agrícolas através da homogeneização de cultivos agrícolas, quer seja silvicultura ou grãos. As principais ameaças a este ecossistema podem ser nominadas as agressões oriundas da exploração agrícola, das extensas áreas de monocultivos, do uso exacerbado de agroquímicos, do desmatamento, entre outros (GUDYNAS, 2002; SUERTEGARAY e SILVA, 2009; MORRONE, 2001).

Evia (2002) assinala que os recursos biológicos de uma Biorregião são os grandes estabilizadores e reguladores dos processos de produção agropecuária. Os estímulos à produção agropecuária, nos países do MERCOSUL, foram ancorados em políticas de crédito incentivando a destruição de ambientais naturais para a inserção de cultivos agrícolas que

proporcionassem um crescimento econômico para o País, fator que proporcionou a perda da biodiversidade determinando a fragmentação e conversão de habitats.

Nesse sentido, para descrever os recursos biológicos presentes no Pampa, apresentamos as ecorregiões situadas na Biorregião do Pampa (Figura 4). As ecorregiões foram propostas por Olson et al.. (2001) e representam a espacialização de áreas com significativos padrões de distribuição de espécies e englobam critérios além dos dados biofísicos (chuva e temperatura), como: riqueza de espécies, grau de endemismo, singularidade taxonômica, raridade de ocorrência, dentre outros (FIGUEIRÓ, 2015; OLSON et al., 2001).

Figura 4- Ecorregiões presentes na Biorregião do Pampa



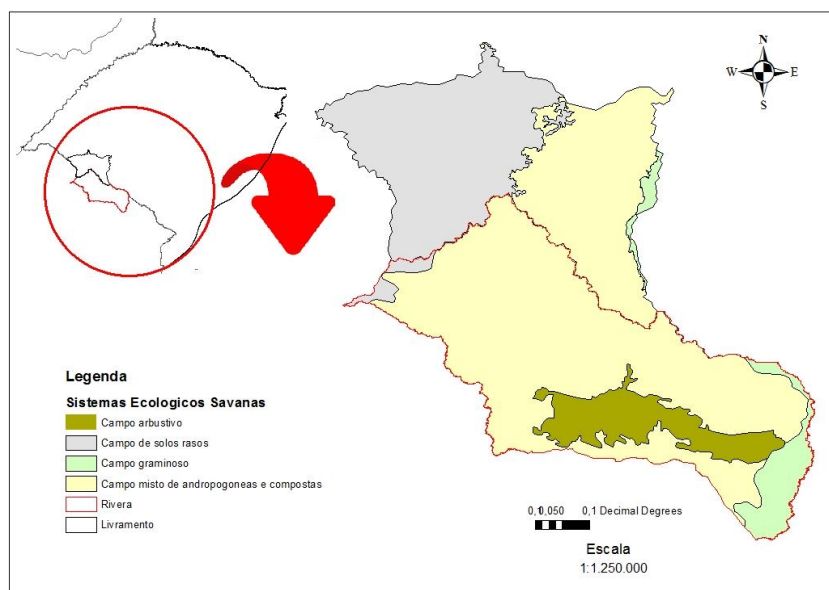
Fonte: Morrone, 2001

A área de estudo da tese compreende a ecorregião denominada Savana Uruguiaia (Uruguayan Savanna), uma das 867 unidades biogeográficas reconhecidas por Olson et al.. (2001), correspondendo à metade sul do estado do Rio Grande do Sul (Brasil) e ao Uruguai, uma área aproximada de 363.000 km².

A ecorregião Savana Uruguiaia, corresponde a uma das ecorregiões terrestres definidas como um conjunto geograficamente distinto de espécies, comunidades naturais e condições ambientais, nas quais importantes processos ecológicos e evolutivos interagem (OLSON, 2001; DINERSTEIN et al., 1995). Morrone (2001) afirma que a ecorregião apresenta um estado crítico de conservação e está incluída em uma prioridade de conservação moderada e alta, possui algumas áreas preservadas e isoladas devido a presença do gado, ademais no período dos anos de 1980 a 1990 aumentou a área de pastagens artificiais em 32%, aumentou o uso de fertilizantes e a introdução de espécies exóticas e áreas de erosão do solo (DINERSTEIN et al., 1995; MORRONE ,2001).

Os sistemas ecológicos na ecorregião da Savana Uruguiaia foram determinados pelo Centro de Ecologia da UFRGS e identificados treze sistemas ecológicos referentes a base da vegetação dominante (HASENACK et al.,2010). Todavia, na região de estudo, fronteira Livramento/BR e Rivera/UY (Figura 5) identifica-se apenas quatro sistemas ecológicos presentes: campo misto de andropogoneas e compostas, campo de solos rasos, campo arbustivo e campo graminoso.

Figura 5- Sistemas ecológicos na Ecorregião da Savana Uruguiaia



Fonte: Elaboração do autor, adaptação de Hasenack et al., 2010

Segundo Hasenack et al. (2010) a ecorregião da Savana Uruguaia apresenta um total de 53% de remanescentes campestres, sendo que o campo de solos rasos são os mais expressivos devido a característica dos solos, pedregosos e com pouca profundidade o que dificulta a mecanização. Entretanto a área de estudo possui maior inserção no sistema ecológico de campo misto de andropogôneas e compostas, o qual apresenta a maior proporção de áreas com silvicultura.

Os sistemas ecológicos permitem identificar as características da vegetação e o comportamento do campo natural. O campo misto com Andropogôneas e compostas quando bem manejados não apresentam solo descoberto, visto que as espécies dominantes, Capim-forquilha (*Paspalum notatum*), grama-tapete (*Axonopus affinis*) são espécies prostradas, rentes ao chão. Mas, sobre pastoreio a vegetação de compostas se sobressai e resulta em grandes porções de solos descobertos, destaca-se a presença de roseta (*Soliva pterosperma*), alecrim-do-campo (*Vermonia nudiflora*), maria-mole (*Senecio brasiliensis*). Ainda, podemos observar campos com barba-de-bode (*Aristida sp*) e caraguatás (*Eryngium spp.*) quando estes campos possuem boa drenagem (HASENACK et al., 2010).

Os campos de solo raso, observados na área de estudo, apresentam uma vegetação composta por gramíneas cespitosas de porte baixo (*Aristida murina*, *A. echinulata*, *A. venustula*, *A. uruguayensis*, entre outras) associadas a solos muito rasos, a partir do basalto, são solos pedregosos e com baixa retenção de umidade. Podem ser observados na parte oeste do município de Sant'Ana do Livramento com baixa aptidão para a agricultura e conseqüentemente se convertem em áreas de pecuária. São áreas suscetíveis a déficits hídricos, principalmente no verão, no qual a estiagem incide na declaração de situação de emergência por ambos os Países, pois afeta a produção agropecuária, sendo necessário subsídios do governo para com os produtores rurais (HASENACK et al., 2010; INCRA, 2006).

Os campos de solo raso apresentam manchas exclusivas deste sistema ecológico, manchas formadas por solonáceas (*Nierembergia linariifolia*), flores brancas azuladas que são tóxicas para o gado (HASENACK et al., 2010; BOLDRINI, 2009).

Reconhecer os sistemas ecológicos da região e as características dos campos que compõem o espaço permitem identificar e planejar estratégias de conservação da biodiversidade principalmente na área de estudo onde o uso intenso e prolongado do solo, seja

com a pecuária, o arroz e a introdução da sojicultura e da silvicultura no século XX, alterou a paisagem, ocasionando tanto mudanças no uso do solo quanto mudanças no clima. Na área restam apenas remanescentes de vegetação primária, estes fragmentados pequenos e isolados (Bilenca & Miñarro, 2004).

3.2. FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA UY

Em um primeiro momento vale destacar a importância da globalização para a ressignificação da fronteira Brasil/Uruguai, A fronteira na contemporaneidade não se caracteriza mais como uma região ao redor do limite entre Estados e sim como um espaço binacional. Principalmente a partir de 1991, com a institucionalização do MERCOSUL se repensa este espaço de fronteira, sua infraestrutura, logística e burocracias para a construção de um mercado comum tendo em vista seu potencial para um modelo de reconversão produtiva e sua localização no centro do eixo do Desenvolvimento do Cone Sul. (PUCCI, 2010).

Todavia tal estudo necessita uma visão sobre a fronteira a ser estudada, adotamos concepções sociológicas a fim de representar o conflito entre historicidades desencontradas tais como o tempo histórico de povos tradicionais e de grandes proprietários, latifundiários e pecuaristas presentes na Biorregião do Pampa. A concepção sociológica apresenta dois termos referentes a fronteira: a frente de expansão e frente pioneira.

Esta temática das frentes notabilizou-se nos estudos sociológicos a partir dos apontamentos de José de Souza Martins⁴ para o qual a história da configuração espacial do Brasil prioritariamente no século XX decorre do encontro de duas frentes, que evidenciam dois mundos, duas temporalidades. A frente de expansão, a primeira a constituir-se decorre do lento e progressivo movimento das populações tradicionais ocupando os diferentes espaços, imprimindo aos mesmos suas lógicas e suas representações de mundo. Com o advento do capitalismo e sua inserção no campo, notadamente pós década de 50 do século XX, estamos diante da construção de uma nova frente, denominada por Martins de frente pioneira, com seus tempos e lógicas diretamente relacionadas a um projeto desenvolvimentista orientado

⁴ MARTINS. J.de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

pela dinâmica do capital. Nessa frente identificamos as indústrias, empresas, especulação imobiliária, agronegócio, construção de complexos agroindustriais, além da configuração de um conjunto de modais de estradas, ferrovias, aeroportos, ...

Martins salienta, que a frente pioneira conflita abertamente com a frente de expansão, podendo resultar diferentes territorialidade como é o caso em estudo, no qual o paradigma desenvolvimentista se consolida.

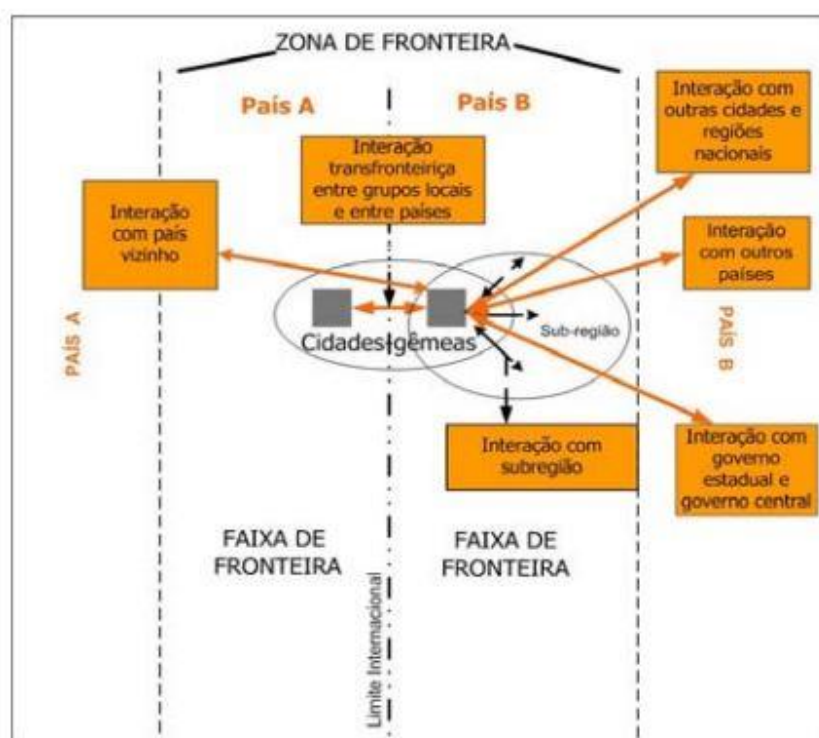
Todavia, Gudyneas (2002) atenta para o fato de que precisamos de um desenvolvimento sustentável presente nas políticas do MERCOSUL, para este autor é necessário que se trabalhe em conjunto os países priorizando a conservação da biodiversidade, articulando-a com usos produtivos promovendo o desenvolvimento econômico, mas mantendo as metas de qualidade de vida e de suprir as necessidades humanas, ou seja crescimento econômico, social e ambiental.

Para definirmos a fronteira Livramento/BR e Rivera/UY como área de estudo utilizamos da definição zona de fronteira e, para tanto nos reportamos a teses, estudos e pesquisas sobre a temática e ao Programa de desenvolvimento de Faixa de Fronteira sob coordenação do Ministério da Integração Nacional. Optamos para a pesquisa o uso do conceito de zona de fronteira, pois ao contrário da faixa de fronteira que apenas delimita a divisão de dois países, a zona de fronteira se destaca pela interação intrafronteiriça como exemplo a evidência das cidades gêmeas onde a territorialidade possui significado expressivo (LUCENA, 2011). Na figura 6 apresenta-se a diferença entre os conceitos de faixa de fronteira e zona de fronteira.

A Faixa de Fronteira interna do Brasil está estabelecida pela constituição de 1988 em 150 km de largura com os países vizinhos e foi determinada e alterada ao longo dos anos a partir de uma preocupação de segurança Nacional. Frente a isso as áreas de fronteira sempre se destacaram como áreas de baixa densidade demográfica e reconhecidas pela prática de contrabando, através da circulação de produtos ilícitos, sejam eletrônicos, drogas, veículos, medicamentos e/ou defensivos agrícolas, até mesmo tráfico de pessoas e delitos ambientais (PUCCI, 2010) (BRASIL, 2005).

[...] enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão de jure, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas. (BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005, p.21)

Figura 6- Identificação da zona de fronteira e faixa de fronteira



Fonte: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2005.

Utilizamos neste estudo o termo zona de fronteira caracterizada por uma área, ou seja, “faixas” territoriais de cada lado do limite internacional. Segundo Ministério da Integração Nacional (2005) em sua Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira este espaço abriga um alto grau de fluxo e interação entre os países vizinhos, que incide diretamente na promoção do desenvolvimento regional e da cidadania criando um meio geográfico próprio da fronteira.

Nesse sentido a zona de fronteira entre Brasil/Uruguai compreende uma área de integração política, cultural e de identidade própria, não se limitando a uma divisão espacial de 150 km segundo a constituição Brasileira (1988) a partir da linha imaginária divisória de fronteira, seja ela um limite natural ou artificial. Importante destacar que o Uruguai não

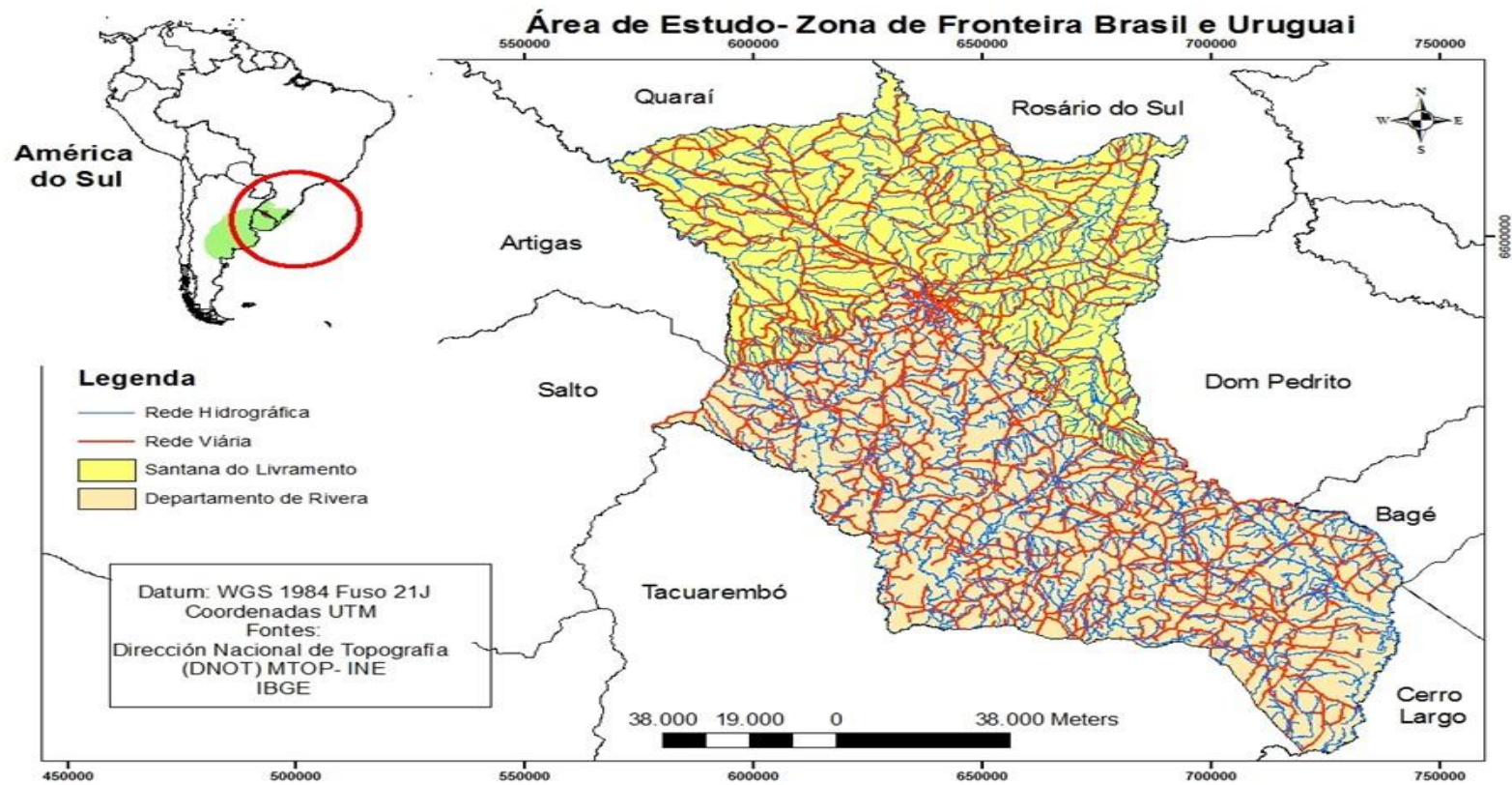
apresenta lei que instrumentaliza a faixa de fronteira. A partir do ano de 2008 tramita no Parlamento Uruguaio, através de um projeto elaborado pelo MGAP um processo de articulação para a delimitação de uma “faixa soberana”, ou uma “zona de biossegurança” numa extensão de 50Km nos limites da fronteira Brasil e Argentina (PUCCI, 2010).

A Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira sob coordenação da Prof. Lia Osorio Machado da Universidade Federal do Rio de Janeiro através do Grupo Retis - Departamento de Geografia identificou uma nova base territorial para o programa faixa de fronteira apontando para uma macro divisão da Faixa de Fronteira em três grandes Arcos: O Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre ,o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ainda com base no PDFF (Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira) a área de estudo se concentra no Arco Sul especificamente no segmento de fronteira da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul conhecido culturalmente como a Campanha Gaúcha. O Arco Sul é característico por apresentar interações intensas com os países vizinhos, interações fruto de um processo histórico de ocupação das áreas de campo naturais por grandes estâncias de gado.

O PDFF aponta que o meio geográfico que melhor representa a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas. Portanto, adota-se as cidades gêmeas Sant’Ana do Livramento e o Departamento de Rivera como recorte a esta pesquisa (Figura 7). Os adensamentos populacionais interligados pela linha de fronteira apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como são representativos dos problemas característicos da fronteira que interferem no desenvolvimento.

Figura 7- Zona de Fronteira Brasil e Uruguai



Fonte: Elaboração do autor, 2015.

Na figura 7 observa-se a localização geográfica da área de estudo que compreende um total de 16.320,34km² de extensão territorial, sendo 6.950,34 Km² no município de Sant'Ana do Livramento e 9.370 km² no Departamento de Rivera.

3.3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EMERGÊNCIA DA FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY

A dinâmica produtiva da fronteira Livramento/BR e Rivera /UY está alicerçada em sua composição florística e em seus aspectos históricos de formação territorial. Os primeiros colonizadores encontraram aqui paisagens campestres que favoreceram a inserção da pecuária. Segundo Bilenca e Miñarro (2004) historicamente o uso dos campos são destinados a zonas de pastagem e se modificam com a introdução da agricultura e da silvicultura, que se instalaram seguindo as atribuições do clima e de subsídios governamentais para a sua vinculação.

Na metade Sul do Estado, a agricultura até meados do século XX foi considerada uma atividade complementar reduzida a uma cultura de auto sustento, salvo as áreas orizícolas nas terras mais baixas da campanha gaúcha (ROCHA, 2000).

Os estancieiros integrantes da metade sul do RS, mantiveram-se por muito tempo em uma mesma atividade produtiva, pelo absoluto desconhecimento de outras formas de produzir. Mesmo quando a partir do final do século XIX a economia pecuária já se mostrasse em declínio, em contraste com a policultura presente na metade norte do Estado resultante de uma política governamental que visava a colonização e crescimento agrícola-industrial para a diversificação da economia do Rio Grande do Sul (ROCHA, 2000).

A partir da década de 70 visualiza-se na metade sul do RS, a inserção de cultivos nas lavouras temporárias, como sorgo forrageiro, soja e milho. Estão sendo incorporadas nas unidades familiares a lavoura permanente, no caso a fruticultura, tais como a produção de pêsego, de laranja, de bergamota, de melancia e as videiras. Podemos ponderar que tal processo de mudança no sistema produtivo, com a inserção da horticultura, fruticultura, lavoura temporária teve embasamento em incentivos da EMATER através de trabalhos de extensão rural, e tal processo se intensificou com a política de questão agrária proposta no

governo Olívio Dutra no RS, na década de 90, o qual insere-se os assentamentos e o início de uma reforma agrária no Pampa visando superar a crise socioeconômica da pecuária de corte e da lavoura de arroz irrigado (CHELLOTTI e PESSOA, 2006).

O Uruguai em sua história de ocupação e produção agropecuária se assemelha a história do Brasil, também por apresentar a introdução do gado pelas missões jesuíticas no século XVII, no século XVIII produtor de couro e charque, e no final do século XIX, como fornecedor de carnes e de lã para a Europa. Assim como no Brasil a agricultura presente neste período (século XVII ao século XIX) se manifestava de forma marginal para autoconsumo e abastecimento das cidades (ROSSI, 2010; PIÑEIRO, 2009).

Foi somente no século XX, entre as décadas de 1940 a 1960, período conhecido como Neo-Batllismo⁵ que o Uruguai passou por uma reformulação econômica política e social num processo de modernização, conhecido como o período de um Estado regulador da economia e promotor de bem-estar social. Nesse sentido, a política governamental apoiava o agro, a tecnificação, os estancieiros, os operários e se posicionava contra o latifúndio tradicional. No âmbito social, promoveu uma intensa legislação trabalhista, estimulou a agricultura familiar e desenvolveu vários projetos vinculados a educação, proteção à infância e adolescência, direitos da mulher e saúde pública que, transformaram-se em leis durante as primeiras décadas do século XX. Os agricultores foram aliados do projeto reformista de Batle, todavia porque padeciam de dificuldades ocasionadas pelo latifúndio principalmente pelos altos preços de arrendamento. A proposta de Batle foi o início da diversificação da produção do Uruguai associando a pecuária a agricultura (MOSCATELLI, 1999.)

3.4. AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY

A temática da agricultura familiar tem ensejado um conjunto ampliado de discussões, tanto de natureza acadêmica quanto no que tange a operacionalização decorrente da

⁵ O Batllismo foi um período reformista do governo uruguaio, no período das três primeiras décadas do século XX, incluiu os governos de José Batlle y Ordoñez. Entretanto o período denominado neo-batllismo incluiu presidencialistas e colegiados de Luis Batlle Berres (sobrinho de José Batlle y Ordoñez) no governo nas décadas de 40 e 50.

implementação de políticas públicas destinadas a esse segmento. A agricultura familiar pode ser representada pelo ator social presente no mundo contemporâneo, dotada de adaptação/ressignificação aos novos contextos econômicos e sociais, nesse sentido referimos análises que compreendem a agricultura familiar e suas relações com o mercado como estratégias que viabilizam a reprodução social do grupo, ou ainda autores que identificam tal aproximação como uma adaptação compulsória ao cenário contemporâneo. Independente do posicionamento destacamos que o conceito de agricultura familiar está forjado na presença de um mundo globalizado, conectado, com redes e tecnologias disponíveis e ao acesso/ de todos. Não podemos especificar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”, como Lênin, Kaustky e Chayanov (WANDERLEY, 2004).

Existe uma diferença conceitual entre camponês e agricultor familiar, o campesinato é formado por trabalhadores que ainda possuem seus meios e instrumentos de trabalho, nesse sentido não pode ser considerado uma categoria de capitalismo porque detém os meios de produção enquanto é também a mão de obra (CHAYANOV, 1981). Entretanto, o campesinato possui condições de resistir as instabilidades do capital pelo fato de não visar o lucro e sim a sobrevivência e a reprodução simples, característica que também pode ser absorvida e visualizada na categoria social da agricultura familiar, “ a resistência ao capital “

Segundo Chayanov (1974) a família camponesa se esforça em manter-se na terra e preservar o espaço de sustento guiada por uma racionalidade singular que gira em torno da terra, trabalho e capital. Cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência da família. O autor conclui que a força de trabalho numa unidade familiar de produção é definida pelo tamanho da família, a qual determina o tamanho da atividade familiar, o nível geral da intensidade do trabalho e o grau de satisfação das necessidades para as condições específicas de um determinado mercado e dos demais fatores de produção disponíveis (terra e capital), além do próprio consumo da família.

Todavia, a agricultura familiar como categoria social que representa um ofício e profissão é diferenciada do campesinato, principalmente pelo processo de integração econômica e social ao mercado, na qual as relações sociais são modificadas pela

intensificação da modernização. Para o campesinato, a agricultura representa um modo de vida, sustentada pelo saber tradicional e geracional.

Estudos como o de Graziano da Silva (1997) apontam a presença de uma ruralidade diferenciada, que proporciona a inserção de agricultores familiares ligando-os cada vez mais ao mercado, seja através de complexos agroindustriais, de uma agricultura moderna baseada em commodities ou pequenos negócios agropecuários (piscicultura, apicultura, horticultura...), esta modificação na forma de produzir conecta ao mercado ocasiona mudanças na vida social dos agricultores e questiona, /tenciona a lógica familiar de produção. As unidades familiares, nesta nova conjuntura, estariam se afastando das atividades tradicionais e sua gestão não se resumem mais a família e sim a um único membro, optam por buscar alternativas para aumento da renda fora da propriedade, embora ainda apresentem uma produção agrícola para autoconsumo.

Wanderley (2004) para quem não há significativamente distinção entre agricultor familiar e campesinato, toma esse sujeito como um ator social da agricultura moderna resultante da atuação do Estado, categoria está que ganha repercussão e políticas para a estabilização devido a sua importância social e econômica, principalmente em países como o Uruguai e Brasil em que persiste a participação da agricultura familiar na economia nacional e na dinamização de outros setores da economia. A agricultura familiar é caracterizada como uma categoria social e produtiva regulamentada pela Lei Brasileira nº11.326/2006 que estabelece a Política da Agricultura familiar, fato decorrente de um conjunto de lutas e disputas que propunham a distinção e tipologias diferenciadas entre os produtores. A mesma questão foi regulamentada no Uruguai através das Resoluções do Ministério de Ganadería Agricultura e Pesca (MGAP) nº 219/2014 e nº 397/2014. Nesse sentido cabe esclarecer que tal distinção, para fins de políticas públicas, decorre de um movimento mais ampliado no sentido de garantir a diversificação de tratamento para grupos sociais historicamente invisibilizados.

Na atualidade existe uma diversidade na agricultura familiar, famílias dinâmicas, tecnificadas, pluriativas, modernas, que se articulam ao mercado através de uma racionalidade em que suas bases de reprodução social estão determinadas e fundamentadas por uma sociedade cujo denominador comum é o caráter mercantil e monetário da economia (SCHNEIDER et al., 2006).

Segundo a Lei Brasileira nº11.326/2006 que estabelece a Política da Agricultura familiar, no seu Art. 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

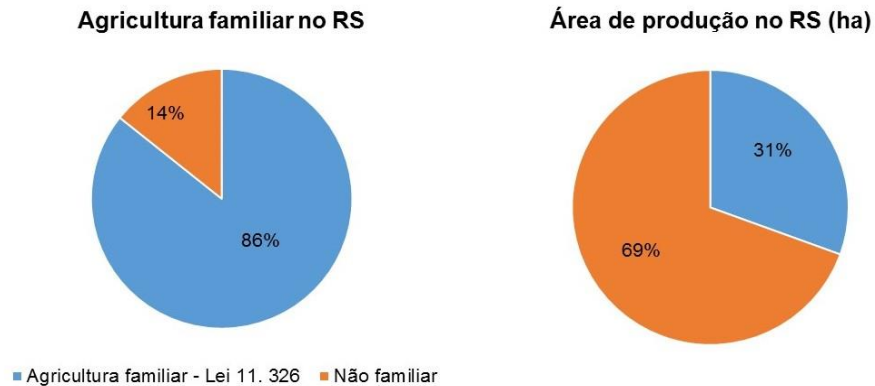
III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Abramovay (1998) descreve a agricultura familiar como aquela onde à propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Aponta que a agricultura familiar existe em ambientes sociais e econômicos os mais variados, podendo ser de grandes extensões de áreas ou não, depende da força de trabalho empreendida na gestão da unidade de produção. O caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão.

Segundo o Censo Agropecuário IBGE (2006) 86% dos estabelecimentos agropecuários no RS são de propriedades familiares, e representam 31% da área total do Estado (Figura 8). Ainda, para o IBGE (2006), a agricultura familiar participa em área plantada de 38,7% de lavouras temporárias e 73,2% de área de lavouras permanentes plantadas no Estado.

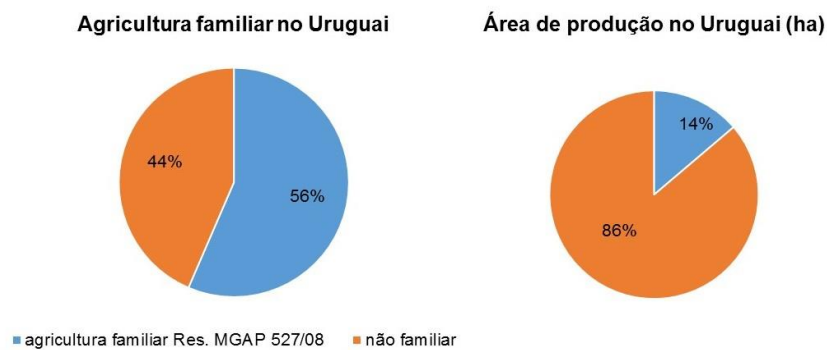
Figura 8- Estatísticas agricultura familiar no RS



Fonte: Censo agropecuário, IBGE (2006).

O Uruguai apresenta um total de 56% de produtores familiares em todo País, em uma área de 14% da superfície do País, conforme se observa na Figura 9 (MGAP, 2014).

Figura 9- Estatísticas agricultura familiar no Uruguai



Fonte: Censo General Agropecuario, MGAP (2011)

Entretanto a definição de Produtor familiar no Uruguai difere da do Brasil, considera características peculiares de índice de produtividade do solo, além de local de residência, presença do trabalho familiar, fonte de renda, tamanho da unidade de produção, entre outras.

A definição de produtor familiar no Uruguai é redigida pelas Resoluções MGAP 219/14 e 397/14, as quais definem que produtores/as familiares são pessoas físicas que com

ou sem a ajuda de outros gerencia diretamente uma exploração agropecuária e/ou realiza uma atividade produtiva agrária que não requer o uso direto da terra. Esta pessoa, em conjunto com sua família, deve cumprir os seguintes requisitos simultaneamente: realizar a exploração com a contratação de, no máximo, dois assalariados não familiares permanentes ou seu equivalente em jornadas de trabalho não familiares (500 horas ao ano); explorar no total até 500 hectares (em relação ao índice CONEAT⁶ 100) , sob qualquer forma de posse; residir na exploração ou a uma distância menor a 50 km da mesma; rendas familiares nominais extras devem ser inferiores ou iguais a 14 BPC (Base de Prestaciones y Contribuciones) média mensal. O valor atual da BPC equivale a 2.819 pesos, o que eleva a cifra a 39.466 pesos (MGAP, 2014).

O MGAP disponibiliza no Uruguai um cadastro de produtores familiares, o registro é gratuito e possui caráter de declaração jurada e tem como finalidade identificar as atividades produtivas familiares para atuar em políticas públicas destinadas a esta categoria social. Tal cadastro dá acesso a políticas de crédito rural, moradia e traz benefícios aos produtores como acesso diferenciado em planos, programas e projetos da Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR) e acesso a subsídios de emergências agropecuárias (MGAP, 2014).

Lamarche (1993) admite a existência e a diversidade na exploração familiar, as quais são derivadas de situações particulares vinculadas a diferentes contextos socioeconômicos. Podemos observar a exploração familiar desde sua vinculação totalmente integrada a economia de mercado a essencialmente de autoconsumo. O autor apresenta uma multiplicidade de termos que identificam os agentes sociais nela envolvidos: produtor, explorador agrícola, explorador familiar, cultivador, camponês, agricultor, cultivador da terra, chefe do empreendimento etc. revela a complexidade do tema e define que se toda exploração camponesa é familiar, nem todas as explorações familiares são camponesas.

Para Moraes (1998) as formas familiares da agricultura do Uruguai estão historicamente relacionadas a estabelecimentos agropecuários onde predomina a mão de obra familiar e não assalariada, a produção não está vinculada a acumulação do capital, embora os produtores sejam os proprietários da terra. Para a mesma autora a peculiaridade da agricultura familiar uruguaia se remete a sua origem, pecuaristas excluídos da estância moderna no fim

⁶ Comisión Nacional de Estudio Agronómico de la Tierra

do século XIX ao contrário do RS que remete a uma base indígena, de agricultores pré-coloniais e coloniais, e ainda imigrantes europeus.

O campesinato é formado por trabalhadores que ainda possuem seus meios e instrumentos de trabalho, nesse sentido não pode ser considerado uma categoria de capitalismo porque detém os meios de produção enquanto é também a mão de obra (CHAYANOV, 1981). Nesse sentido, adotamos o termo agricultor familiar e não o campesinato. Embora este agricultor familiar, presente na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, possa apresentar características de uma tradição camponesa, a história agrária, formação social e produtiva, assim como a estrutura fundiária do Uruguai⁷ não possibilitam caracterizar este sujeito social como camponês.

La imagen mas probable de un productor familiar en el Uruguay es la de un pequeño o mediano productor dedicado a la producción de carne, de lana o de leche, y que tal vez combine ese rubro principal con alguna actividad agrícola de carácter secundario". (PIÑEIRO, 2004 p.261.).

Porém, a luta pela terra, no Brasil, favoreceu a implementação de assentamentos rurais, nos anos 1991 e 1997 no município de Sant'Ana do Livramento incorporando ao espaço um novo perfil sociocultural com a presença de agricultores familiares camponeses que diversificam a produção agrícola e se utilizam da força de trabalho familiar (MÉLO, 2004). Atualmente Sant'Ana do Livramento acolhe 31 assentamentos, sendo esta a maior concentração do estado, num espaço já considerado de predominância do latifúndio pecuarista gaúcho (MEDEIROS, 2012, MONTEBLANCO e MEDEIROS 2013).

Nesse sentido, se aponta a existência de uma agricultura familiar camponesa, que segundo Ribeiro e Salamoni (2011) adotam lógicas de resistência e combinam, na sua diversidade de estratégias de reprodução social, produção tanto mercantil quanto para autoconsumo. Lógicas e estratégias pensadas no núcleo familiar, e de caráter de construção e reprodução do patrimônio familiar.

⁷ Para descrever o agricultor presente no espaço Uruguio é preciso identificar as origens do modelo capitalista colonial oriundo deste País. O modelo agrário colonial imprimiu três características na função e estrutura deste território: pecuária extensiva e dominante, concentração de terras (latifúndios), e áreas de usufruto para agricultura de autoconsumo e produção de alimentos para as cidades. Outra característica relevante é a formação da população, pois devido aos genocídios ao povo Charrua, o País foi povoado por imigrantes europeus (ROSSI, 2010).

A história de ocupação, estrutura fundiária e produção agropecuária do município de Sant’Ana do Livramento favoreceram a concentração de terra, fato que caracterizou as atividades rurais centralizadas na pecuária extensiva e na agricultura comercial voltada a rizicultura. A agricultura familiar característica, até a década de 80, estava limitada a pequenas explorações da pecuária de corte, da ovinocultura e pequenas plantações de arroz, isso até a inserção dos assentamentos no município (ALVEZ, SILVEIRA e FERREIRA, 2007).

Segundo dados do DGDR, MGAP (2016), tem-se um total de 970 produtores familiares (Tabela 1), registrados no Departamento de Rivera divididos entre as atividades de maior representação: pecuária de corte, apicultura, horticultura e pecuária leiteira.

Tabela 1- Descrição das atividades agropecuárias, da agricultura familiar registradas no Departamento de Rivera

Atividades agropecuárias	Número de famílias
Pecuária de corte	757
Produção de lã	13
Pecuária de leite	19
Queijo artesanal	4
Aves	2
Suíños	2
Horticultura	35
Cereais e oleaginosos	4
Apicultura	103
Outros	31
TOTAL	970

Fonte: Base de dados do Registro de Produtores/as Familiares, DGDR, MGAP (2016).

Já os dados da EMATER (2013) demonstram um número de 2040 agricultores familiares em Sant’Ana do Livramento, sendo destes 1.332 assentados, 35 quilombolas, 673 pecuaristas familiares e 100 agricultores familiares. Na tabela 2 podemos observar as atividades agropecuárias desenvolvidas em Livramento segundo dados da EMATER local.

Tabela 2- Descrição das atividades agropecuárias e quantificação das famílias envolvidas no município de Sant'Ana do Livramento

Atividades agropecuárias	Número de famílias
Pecuária de corte	2358
Ovinocultura (carne e lã)	1418
Pecuária de leite	600
Milho (autoconsumo)	600
Arroz	75
Soja	80
Horticultura	659
Fruticultura	61
Apicultura	130

Fonte: EMATER, Leitura de Paisagem do município, (2013/2014).

As atividades agropecuárias e o número de famílias participantes também foram identificadas pela EMATER. Porém, o número de produtores apresentados se soma nas atividades, pois muitos diversificam a produção e, neste caso, ao contrário dos dados do Departamento de Rivera, não foram identificados somente a atividade principal. Observamos que os dados da EMATER apresentam o envolvimento de 414 Pecuáristas não familiares e 69 agricultores não familiares contabilizados nessa soma de famílias atendidas pela instituição.

A EMATER também identificou, através da Leitura de Paisagem do município um total de 5 sistemas de produção mais representativos: Bovinocultura de corte + ovinocultura, Bovinocultura de leite + autoconsumo, Bovinocultura de corte + ovinocultura + autoconsumo, Soja + bovinocultura de corte e Bovinocultura de corte + arroz.

3.5. ESTRUTURA SOCIAL NA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI

A estrutura social do campo está vinculada a estrutura agrária e conforme Piñeiro (2012) não houve significativa modificações nos últimos 20 anos em toda a América Latina, ou seja, continuam a representar a distribuição desigual em termos de posse da terra. A posse da terra pode ser considerada o índice prioritário de definição da estrutura agrária pois através dela se vinculam as relações sociais.

Embora presente esta estrutura como igual na América Latina, Piñeiro (2012) diferencia os sujeitos sociais do campo Uruguaio, apresenta os latifundiários como sendo

propriamente os estancieiros, que desde sempre contratam mão de obra assalariada, e produtores familiares, os quais realizam formas de produzir não capitalista, contratando mão de obra eventualmente e com predomínio do trabalho familiar (PIÑEIRO, 2012).

As entrevistas com os informantes qualificados, observação direta, e dados dos censos Uruguai e Brasil, e o diário de campo permitiram identificar uma aproximação da estrutura agrária do campo Uruguio a estrutura agrária presente na metade sul do Estado do RS, ambos apresentam a estrutura social dividida em: assalariados rurais, empresários rurais, campesinos e/ou produtores familiares.

Cabe aqui ressaltar que o Uruguai não considera em seus estudos sociais a presença de campesinos, e sim atribui o título de produtor familiar para descrever esse agricultor que diversifica sua produção (OYHANTÇABAL, 2007; PIÑEIRO e MORAES, 2008) Oyhantcabal (2007) calcula que cerca de 20% da produção nas unidades familiares são destinadas ao autoconsumo, todavia opta pelo termo de agricultura familiar e não campesinato. Para Piñeiro (2012) os produtores familiares, são os que realizam formas de produzir não capitalista contratando eventualmente mão de obra com predomínio do uso da força de trabalho familiar e são quase inexistentes, por isso na primeira década do século XX o estado Uruguio impulsionou a distribuição de terra entre os produtores familiares visando a fortificação desta categoria.

Analisando campesinos e agricultores familiares pela ótica da questão agrária Fernandes (2008) entende que esse sujeito é o mesmo, que se recria, e se reinventa na presença de um conjunto de fatores políticos e econômicos, conforme apresenta:

[...] O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história [...] (FERNANDES, 2008 p.20).

A fronteira Livramento/BR e Rivera /UY apresenta uma estrutura agrária complexa, composta por empresários tradicionais e modernos, agricultores familiares/campesinos pluriativos ou não, e trabalhadores assalariados. Apresentam-se neste mesmo espaço diversos sujeitos sociais tais como: empresários agrícolas e de pecuária extensiva, agricultores

familiares fortemente capitalizados e ligados a complexos agroindustriais como soja e arroz, camponeses dedicados ao sustento e trabalhadores sem-terra.

O Uruguai apresenta uma maior proporção de trabalhadores assalariados rurais. Os assalariados rurais sempre estiveram presentes na estrutura social agrária do Uruguai e organizaram-se para reivindicação de salários e condições de trabalho, mas poucas vezes se mobilizaram para ascender a terra, salvo PIT- CNT⁸ e UTAA⁹ (PIÑEIRO, 2012).

Segundo Piñeiro (2012), as variações presentes na estrutura social do campo Uruguio são verificadas através do volume representativo, analisadas numa escala temporal e espacial e não, na extinção de um determinado estrato. O mesmo se observa no território fronteira Brasil/Uruguai a transformação na dinâmica territorial é observada na diversidade das unidades produtivas e na modernização das atividades.

Ainda se observa estabelecimentos agrícolas tradicionais, com baixo investimento e consequentemente baixa rentabilidade, em contraste com outras empresariais, com maior grau de investimento, como exemplo deste tipo de racionalidade empresarial se identifica as cabanhas que investem em aprimoramento zootécnico. Podemos apontar as cabanhas como uma fase inicial na mudança do comportamento do pecuarista adotando um perfil mais empresarial, onde se iniciou a adoção do consórcio com a agricultura e o arrendamento da terra para a rizicultura (COSTA, 1987).

O empresário rural é o que tem a posse da terra e emprega mão de obra assalariada (assalariados rurais), apresenta como dois subtipos distintos: o tradicional estancieiro que resiste a inversão tecnológica, domina e se mantém pelas grandes quantias de posse de terra. E o mais recente ator, o empresário “agrícola-ganadeiro”, presente nas últimas quatro décadas do século XX (PIÑEIRO, 2012).

O empresário agropecuarista, ou seja, aquele que consorcia atividades agrícolas com pecuária realiza constantes inversões tecnológicas sobre a terra para garantir a produtividade, complementa sua produção pecuária com diversos cultivos agrícolas (arroz, cereais, oleaginosas, silvicultura).

⁸ PIT- CNT- Plenario Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT) corresponde a central sindical única do Uruguai.

⁹ UTAA- Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas (UTAA), fundada em 1961 com apoio de Raúl Sendic Antonaccio, militante social do Uruguai. Representa os cortadores de Cana de açúcar de Bella Unión e luta por melhores condições de trabalho.

Também se identifica nos produtores familiares, dois tipos: os capitalizados e os pluriativos. Portanto, se inserem na lógica produtivista para se manterem na atualidade, diversificando a produção e utilizando de tecnologias, quando não possuem capital de giro oferecem sua força de trabalho como mão de obra (pluriatividade) ocasionando característica relevante em relação a estrutura social do campo. Para Piñeiro (2012) o produtor familiar se torna um assalariado rural possivelmente por não acessar os câmbios tecnológicos do processo de modernização agrícola.

Bartra (2006) discorre sobre a influência do capital na agricultura, para o mesmo a agricultura é uma atividade onde as tecnologias e as relações de trabalho não diretamente capitalistas se conservam e/ou se recriam para cumprir a finalidade de acumulação de capital. A heterogeneidade e diversidade dos ecossistemas dificulta a chamada “agricultura industrial”, para tanto o capital adentra a natureza privatizando os recursos e valorando-os, assim como intervém na reprodução social favorecendo a proletarização do trabalho e a privatização da terra.

A diversidade nos agrossistemas, presente no sistema produtivo, interferem na produção, nos custos desta e conseqüentemente no lucro. Para tanto, o capital intervém com mecanismos de controle no mercado agrícola, tais como: estatização de terras e água, fixação de preços em planos nacionais ou internacionais, intervenção estatal, intensificação em processos de desenvolvimento na estrutura agrícola para a produção, incentivo em programas de extensão rural e crédito agrícola, políticas de fomento, normatização no uso dos recursos naturais, fomento para a fixação e criação de cooperativas e na industrialização de mercado.

O referido autor ainda identifica que no século XX mudanças tecnológicas, e a intensificação de pacotes tecnológicos emergem no intuito de criar uma natureza com imagem e semelhança do capital, como exemplo o uso de transgênicos, nanotecnologias e agricultura de precisão. O capital quando acessa o campo tem que diversificar tecnologias, modos de acesso à terra e padrões produtivos.

A presença da modernização no campo proporcionou a exigência de um novo perfil de trabalhadores rurais altamente qualificados, e como isso evidencia o surgimento de novos sujeitos sociais, os técnicos especializados, também produtos desta nova lógica de globalização e da presença do capital, que favorece /incentiva a intensificação da ciência, da técnica e do conhecimento.

Estudos como de Schneider (2006) apontam a existência de uma ruralidade diferenciada, que descreve a inserção de agricultores familiares conectados ao mercado, seja através de complexos agroindustriais, de uma agricultura moderna baseada em commodities ou pequenos negócios agropecuários (piscicultura, apicultura, horticultura...). As famílias rurais, segundo o autor, optam ainda por buscar alternativas para aumento da renda fora do estabelecimento rural, embora ainda apresentem uma produção agrícola para autoconsumo.

Lamarche (1993) admite a existência e a diversidade na exploração familiar, as quais são derivadas de situações particulares vinculadas a diferentes contextos socioeconômicos. Podemos observar a exploração familiar em dois extremos, com sua vinculação totalmente integrada a economia de mercado e essencialmente de autoconsumo. O autor apresenta uma multiplicidade de termos que identificam os agentes sociais nela envolvidos: produtor, explorador agrícola, explorador familiar, cultivador, camponês, agricultor, cultivador da terra, chefe do empreendimento etc.

A diversidade presente hoje na exploração familiar tem origem na divisão social do trabalho rural que transformou o trabalho em mercadoria. Lênin (1985) afirmou que a descamponização significaria a criação do mercado interno para produção capitalista.

Lênin (1985) aprofundou o estudo do capital junto as relações dos camponeses, e para o referido autor, o capitalismo leva ao conflito de classes, desintegração camponesa e formação do proletariado. Lênin em seus estudos apresenta o processo de formação de um mercado interno para o capitalismo, para ele, inclusive os meios de sustento do agricultor convertem-se em mercadoria, a partir do momento em que a força do trabalho constrói o mercado.

Lênin ressalta que quando a produção mercantil é pouco desenvolvida, a população residente no campo não se limita a trabalhar apenas nas atividades agrícolas, inserindo-se em atividades industriais. Com a expansão da divisão social do trabalho e das trocas, uma parcela cada vez maior da população rural afasta-se da agricultura e passa a exercer atividades puramente industriais.

Com o desenvolvimento da produtividade no trabalho é cada vez menor a quantidade de trabalho necessária para explorar o mesmo pedaço de terra, e obter a mesma quantidade de produto. Nesse sentido, as unidades familiares, nesta nova conjuntura, estariam se afastando

das atividades tradicionais e sua gestão não se resume mais a família e sim a um único membro.

4. QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIO: ELEMENTOS TEÓRICOS

Este é um capítulo que liga o capítulo anterior e os subsequentes. No anterior, tratou-se de apresentar o conceito de agricultura familiar e a formação histórica da mesma na Biorregião do Pampa. A perspectiva a ser considerada neste capítulo da tese, em termos de tópicos abordados, atenta para as dimensões da Questão Agrária e a sua consolidação enquanto paradigma, na qual os problemas agrários fazem parte do capitalismo, tendo como ponto de partida as disputas e os conflitos territoriais.

4.1. QUESTÃO AGRÁRIA E A SUA CONSTRUÇÃO COMO UM PARADIGMA FRENTE AS DISPUTAS TERRITORIAIS

Vários impactos são decorrentes da globalização e da presença do capital junto a dinâmica agrária acarretando transformações territoriais, portanto sociais. Para entendermos a questão agrária contemporânea, devemos compreender as evoluções presentes na agricultura com a introdução do capitalismo, do trabalho assalariado no campo, da modernização agrícola e da multifuncionalidade deste espaço.

A questão agrária na contemporaneidade é produto da dominação e resistência do capital resultantes da expropriação, concentração da terra e das riquezas que procedem em formas de organização social incongruentes em um mesmo espaço gerados pela conflitualidade em disputa por território (FERNANDES, 2008).

Fernandes (2008) aponta a sujeição da renda como uma constante conflitualidade presente na questão agrária contemporânea que resulta num enfrentamento de classes sociais na disputa pela política e território. O mercado ao se tornar território do capital gera diferentes modelos de desenvolvimento evidenciados pelos conflitos das classes na qual o capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, e o campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra.

Para Oliveira (2004) a questão do capitalismo agrário se desenvolveu com diversas contradições, entre elas destaca as relações de trabalho que surgem para a construção do capital- a transformação dos camponeses em capitalistas que se desenvolvem através de relações não capitalistas (mão de obra familiar).

O capitalismo presente no campo faz com que surjam diversas situações de produção de capital, segundo o referido autor o capitalismo ao mesmo tempo em que aumenta a mão de obra assalariada presente nas grandes e médias propriedades aumenta também a mão de obra de trabalho familiar presente nas pequenas unidades de produção.

Importante se faz entender o conceito de capitalista, ou seja, são todos aqueles que portadores de capital o destinam a produção. Para compreendermos as desigualdades do capitalismo devemos entendê-la que ela está ligada ao processo de desenvolvimento econômico em uma economia internacionalizada.

A modernização da agricultura se caracterizou como um processo induzido, ocorrido a partir do avanço da ciência e da tecnologia, que introduziu novas formas de produção, resultando no aumento da produtividade e na baixa quantidade de mão-de-obra. É preciso apontar, no entanto, que nem todos os agricultores de um país adotam as mesmas técnicas, existindo graus de modernização diferenciados em unidades agrícolas vizinhas, sobretudo na relação entre grandes e pequenas unidades de produção (ABRAMOVAY, 1992).

Milton Santos (1994) destaca que esta modernização gera modificações nas repercussões geográficas, na configuração territorial, a história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. Os lugares podem até permanecer os mesmos, mas as situações se modificam, transformam-se as funções e modificam-se as estruturas emergindo novas formas de organização espacial

O império da técnica predomina na sociedade atual, ainda conforme o autor supracitado através das novas técnicas vemos a substituição de uma configuração territorial por outra. Santos propõe pensar o espaço como uma categoria histórica em constante movimento, ditado pela dinâmica forma-conteúdo, ou seja, o espaço é pensado como um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações ou, respectivamente, de fixos e de fluxos, pensado não mais como um meio geográfico, mas como um meio técnico-científico-informacional. “O meio técnico científico informacional é a resposta geográfica ao processo de globalização” (SANTOS, 1988, p.3).

Para Milton Santos (1998) a existência de uma nova dinâmica territorial é determinada a partir do avanço da mundialização, na qual ele destaca o meio técnico-científico informacional que marca a expansão das multinacionais e o avanço de novos sistemas de produção que demandam o desenvolvimento.

As redes que compreendem os espaços rurais atuais, bastante relatadas nos estudos de Milton Santos ao discutir o período técnico científico informacional, envolvem as empresas, nacionais e multinacionais, os serviços existentes, públicos e privados que demandam a interação entre estes diversos sujeitos presente neste espaço e, portanto, constroem uma identidade pelo fenômeno denominado por Eli da Veiga como proximidade social.

A modernização reflete na reprodução de novas ruralidades via integração dos agricultores aos centros agroindustriais e surgimento das atividades não agrícolas, dada à interseção crescente entre a agricultura e os demais setores da economia.

Riella e Mascheroni (2011) apontam diversos impactos, positivo e/ou negativos, nos territórios advindos da globalização, entre eles destaca-se a exclusão de produtores, fragmentação social, inserção de novas tecnologias, inserção de novas formas sociais para organização da produção, melhorias nas condições de vida, entre outros, na qual os resultados destes impactos é dependente das condições sociais pré-existentes no território.

A modernização da agricultura não é fruto da dinâmica da família, mas é fruto do desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo, fruto da inserção do capital nas bases familiares. A modernização e a presença do capitalismo resultam em uma agricultura com um modelo de crescimento vinculado a uma estrutura produtiva, fordista e tecnológica, com pacotes tecnológicos difundidos/exigidos pelas empresas processadoras de alimentos. Incorpora-se na agricultura moderna o trabalho industrial exigindo dos produtores um comportamento empresarial e não mais familiar, condicionando a presença de trabalhadores assalariados (FLORES, 1998).

O cenário da globalização resulta em transformações territoriais e sociais oriundas de novas relações de produção com a introdução de novos cultivos, em reposta à dinâmica agrícola-industrial-produtiva de organização do espaço em redes. Observa-se a presença de redes articuladas pela racionalidade econômica, na quais Flores (1998) destaca que a empresa transnacional global não possui um centro geográfico, nacionalidade ou personalidade e necessita sempre ampliar as fronteiras a procura de mercado.

A dinâmica agrícola se transforma a partir da abordagem do capitalismo agrário, através da flexibilização da agricultura e das complexas relações da natureza com a sociedade que moldam as formas de produção e mercado presentes neste espaço. A agricultura flexível acarreta na diversificação produtiva, na incorporação de novas tecnologias e descentralização das empresas transnacionais com formação de redes e novas formas de organização do trabalho que se adaptam e se reorganizam e até refuncionalizam formas de produção tradicionais (FLORES, 1998).

Flores (1998) ao realizar uma análise social, desta produção agrícola observa distintas classes presentes, destacando-se o campesinato apoiado na lógica produtiva familiar. Para a referida autora a pobreza rural e a falta de alternativas para a manutenção de uma produção tradicional e de autosustento levam esses produtores a inserirem-se como trabalhadores eventuais, assalariados rurais, buscando uma complementação de renda, fenômeno este conhecido como a pluriatividade.

Ao identificarmos a introdução de novos cultivos no território fronteira Brasil/Uruguai, ligados às cadeias globais de valor, tais como a soja e a silvicultura, observamos a reorganização deste espaço, com a introdução de novas relações sociais. A partir de 2000 intensificam-se os estudos das cadeias globais de valor (CGV), nas quais através da fragmentação da produção em âmbito mundial, possibilitariam aos países em desenvolvimento uma via rápida de industrialização através da captura de etapas ou tarefas dos elos das cadeias de valor. Para tanto, organizações econômicas internacionais como OCDE, Banco Mundial, OMC e UNCTAD estimulam a intensificação das políticas de liberalização comercial (VEIGA e RIOS, 2014).

Embora as cadeias globais de valor, como o nome mesmo descreve, estejam inseridas mundialmente, autores como Baldwin, destacam uma regionalização destas cadeias em relação aos custos de deslocamento e às políticas comerciais (VEIGA e RIOS, 2014). A política de desenvolvimento economicista acarreta em acordos comerciais entre países vizinhos favorecendo o surgimento de cadeias regionais que alteram a dinâmica espacial frente à diversificação de sujeitos e compreendem tensões territoriais, uma vez que o território é fruto das relações de poder da diversidade destes sujeitos presentes neste espaço.

As relações impostas no território não são derivadas somente dos seres humanos e seu espaço, e sim de diversos atores, entre eles e o espaço, na qual as relações de inclusão e

exclusão resultantes desta dinâmica definem o território e a territorialidade. A organização em redes observada como exemplo na cadeia de soja insere-se no Biorregião do Pampa desterritorializando-o, modificando a relação entre os produtores e orientando novas espacializações (GUIBERT et al., 2011).

As transformações territoriais podem resultar em perda da identidade local, na qual gera espaços produtivos, mas espaços sem representação política, social e totalmente dependente da economia global. Para o desenvolvimento sustentável emerge hoje que os territórios possuam as bases e poderes dissipados pela cooperação e reconhecimento da diversidade, da realidade e do contexto histórico presente neste espaço.

Haja vista, que os territórios são formados por uma relação híbrida entre global e local a dinâmica agrária presente neste espaço influencia diretamente as relações sociais, portanto os sujeitos presentes e resultantes desta dinâmica. Segundo Abramovay (2007) ponderar sobre território favorece o avanço nos estudos dos espaços rurais ao menos em quatro dimensões básicas sendo elas: a multifuncionalidade, o desenvolvimento sustentável, o estudo empírico dos diversos sujeitos sociais e a relação entre sistemas sociais e ecológicos na organização produtiva deste espaço.

Atualmente se tem presente a influência da globalização, da informação, da tecnologia que dão origem ao capital virtual, resulta no território na inserção de redes, onde os gigantes corporativos se apropriam da biodiversidade desterritorializam comunidades e destroem culturas (BARTRA, 2006).

A agricultura hoje enfrenta cada vez mais mudanças tecnológicas em virtude do produtivismo do paradigma do capitalismo agrário. Flores (1998) aponta que as mudanças tecnológicas, e a intensificação de pacotes tecnológicos emergem sempre no intuito de criar uma natureza com imagem e semelhança do capital, como exemplo a inserção de transgênicos, nanotecnologia e agricultura de precisão.

A imposição da tecnologia ao agricultor interfere no uso dos saberes tradicionais e nas relações de produção. O campesino hoje, não tem como trabalhar fora da lógica do capital, pode não trabalhar para ele, mas se integra ao mercado e trabalha junto ao capital. Para Fernandes (2008) o camponês não se extingue e proletariza-se, ao contrário do que pensava Lênin e Kaustky, ao acessarem a terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e também se subordinando a ele, se reinserindo na produção capitalista das relações

não capitalistas de produção, pois na exclusão e geração do trabalho familiar criam, recriam relações sociais como arrendamento, parceria e meação.

O capital quando acessa o campo tem que diversificar tecnologias, modos de acesso à terra e padrões produtivos. A diversidade agroecológica presente no sistema produtivo interfere na produção, nos custos desta e conseqüentemente no lucro. Para tanto, o capital intervém com mecanismos de controle no mercado agrícola como: estatização de terras e água, fixação de preços em planos nacionais ou internacionais, intervenção estatal, intensificação em processos de desenvolvimento na estrutura agrícola para a produção, incentivo em programas de extensão rural e crédito agrícola, políticas de fomento, normatização no uso dos recursos naturais, fomento para a fixação e criação de cooperativas e na industrialização de mercado (BARTRA, 2006).

Mundialmente se percebe o fenômeno de estrangeirização da terra que provoca a concentração fundiária e alta valorização do preço da terra, resultado de arrendamentos e compras de grandes extensões de terra por governos e corporações para a produção de commodities. Este modelo de produção capitalista se expande a partir de conjunturas de mercados internacionais, favorece um processo de verticalização da produção restando ao campesino a subordinação ou o assalariamento parcial ao inserir-se nesta cadeia criando novas conflitualidades (FERNANDES, 2014).

O Uruguai já possui estudos voltados a estrangeirização da terra, segundo PIÑEIRO e MORAES (2008) este processo combinado com a concentração de terra resulta no desaparecimento de parte de agricultores familiares, no Uruguai, esta classe social reduziu para a metade nas últimas três décadas do século XX. A resposta para este acontecimento, segundo os mesmos autores, é a grande inversão na agricultura e na silvicultura e nos costumes que parte dos pecuaristas tradicionais adotam com relação a propriedade da terra, consideram a terra como um bem capital, uma fonte de renda.

4.2. OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA DISPUTA TERRITORIAL

Consideramos território o espaço usado pela sociedade. Nesse sentido, temos movimentos socioterritoriais que segundo Fernandes (2005 b), camponeses, agricultores familiares, indígenas, empresas do agronegócio, Estados, criam territórios através de suas relações sociais forjadas para conquistar e formar espaço. O território e as distintas territorialidades e identidades são constituídas no espaço geográfico.

Fernandes (2005b) enfatiza que os movimentos sociais e socioterritoriais fazem parte de um mesmo sujeito social, que se organizam em defesa de seus interesses. Entretanto, movimentos socioterritoriais se referem a uma perspectiva geográfica e não sociológica.

“Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2008, p.251).

Para Gohn (2008), os movimentos são coletivos e desenvolvem uma identidade que politiza as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-se na esfera pública da luta política. Frente a contemporaneidade observa-se a existência de novos movimentos sociais que não dizem respeito somente a questão econômica envolvem valores diversos e subjetivos, não diz respeito somente ao conflito de classes e sim conflitos entre atores na sociedade.

Todos os movimentos sociais produzem espaço, todavia o movimento socioterritorial é aquele que tem o território como trunfo, sendo essencial para a sua existência. E segundo Pedon (2009, p. 227) movimentos socioterritoriais “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade”.

Os movimentos socioterritoriais são oriundos da conflitualidade e é a mesma conflitualidade que transforma o espaço em território. Fernandes considera o território como um espaço de vida e morte, resistência e liberdade (FERNANDES, 2005b).

Não existe território sem a ação do sujeito social, segundo Pedon, (2009, p. 157) “o território é constituído a partir do comando de um sujeito individual ou coletivo, marcado pela identidade de sua presença e, conseqüentemente indissociável da sua capacidade de domínio e de poder”.

O sujeito social é protagonista da mudança que advém do movimento social, o sujeito se torna agente da transformação consciente de sua história, seu papel e sua ação indica recusa e resistência a uma determinada ordem de significações (PEDON, 2009; FERNANDES, 2005b). Fernandes (2005, b) destaca que a conflitualidade gerada pela imposição de modelos de desenvolvimento territorial favorece a inquietação e o questionamento das relações sociais hegemônicas.

Todo movimento socioterritorial é ao mesmo tempo um movimento pela autodefinição. Busca-se afirmar uma representação de si mesmo, como indivíduo ou grupo, que se apropria de um espaço. Esta autodefinição constitui-se dentro de um espaço maior, onde as relações de poder estão arrançadas de forma a dar sentido ao ordenamento no território. Impor sua territorialidade, imprimir no espaço o conjunto de seus valores, ideias e vontades, faz com que a conquista do território seja um trunfo para os movimentos socioterritoriais. O espaço torna-se trunfo ao tornar-se território, nesse processo, ele é a base da criação e recriação das experiências de resistência e transformação das relações sociais (PEDON, 2009, p.175).

Para Fernandes (2005b; 2008b) as ações e agendas dos movimentos socioterritoriais representam um momento do conflito social pertinente à sociedade atual, na qual o processo de territorialização da agricultura familiar camponesa está vinculado com a luta do movimento social.

Como exemplo das ações de luta e resistência, de movimento socioterritoriais na área de estudo se apresentam os assentamentos rurais. O Movimento dos Trabalhadores rurais no Brasil (MST) recusa a proletarização e a migração como condição imposta pelas classes hegemônicas, busca modificar a ordem estabelecida no campo e acessar terras para a reprodução social de uma classe marginalizada (FERNANDES, 2005b; 2008b).

Segundo Fernandes (2008c) foi a partir da década de 1990, com o Movimento dos Trabalhadores rurais no Brasil (MST), que se multiplicou as ações de luta pela terra com a criação de assentamentos rurais. Durante o período de 1999-2002 o governo de Olívio Dutra no RS instituiu a política de Reforma Agrária, pressionado pelas ações populares do MST, comprou terras para assentamentos rurais na região da Campanha Gaúcha também com o propósito de ocupar um vazio demográfico.

A Campanha Gaúcha concentra grande número de assentamentos, na qual agricultores familiares camponeses estão se reterritorializando, inserindo neste espaço novas formas de produção, quer sejam agroecológicas na produção de hortifrutigranjeiros ou sistemas diferenciados com a cadeia leiteira, transformam o território inserindo novas relações com a natureza (MEDEIROS, 2007).

Segundo os informantes qualificados, na área de estudo a ocupação durante o processo de entrega de lotes em Sant'Ana do Livramento foi pacífica em relação aos latifundiários, na qual muitos até se interessaram pelas visitas do INCRA, visando a rentabilidade das possíveis desapropriações. Embora se relata, na época de expansão de áreas para a reforma agrária, ter havido conflitos por parte do poder público municipal que era favorável a política da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul (FARSUL), entidade está contrária aos movimentos do MST.

No Uruguai o processo de colonização é administrado pelo Instituto Nacional de Colonización (INC) criado em 1948 pela Lei nº11.029 um instrumento governamental, com participação de trabalhadores rurais e agricultores, através da Comisión Nacional de Fomento Rural do Uruguai (CNFR) e outros sindicado formados por produtores familiares e empresários do setor rural O instituto é responsável por dividir as terras, o qual o Estado adquire por meio de compra, ou de usufruto, repassa a administração para as famílias, em forma de arrendamento, trabalharem adequadamente promovendo o aumento e a melhora da produção agropecuária (VASSALO e CHÁVEZ, 2014).

Entretanto, modificações na lei no ano de 2007 alterou-se a forma de acesso a estas terras, a partir da lei nº18.187/2007 acessam as terras grupos de pequenos produtores agropecuários organizados. Em uma das modalidades de acesso à terras somente se autorizam pessoas jurídicas, podendo ser sociedades ou associações agrárias, cooperativas agrárias, sociedades de fomento rural, sindicatos ou outra forma jurídica de associação que seja compatível para os fins de colonização.

Segundo Vassalo e Chávez (2014), o INC passou por uma transformação a partir do ano de 2005 quando introduziram novas formas de organizar a colonização e a produção agrária implementando novos modelos produtivos. Esta modificação se fez necessária para superar limitações de uma colonização clássica, assim denominada pelos autores, uma colonização que devido ao tamanho das unidades produtivas e escassez de capital dificultava

a permanência, a médio e longo prazo, das unidades familiares e gerava condições precárias de subsistência.

A solução pensada e imposta pelo INC pretende que, a partir de um caráter associativo e solidário, as unidades familiares compensem as dificuldades de tamanho, acessem inversões e tecnologias associando-se a cadeias de valor e/ou a um processo agroindustrial. Para tanto o INC investe em modelos produtivos diversos, modelos estes adaptados as diferentes zonas de produção, como exemplo instalam colônias leiteiras com frações de 100 a 150 ha, com tambos individuais ou coletivos, e com campos para desenvolver o plantio da forragem, campos de recria e açudes para a irrigação (VASSALO e CHÁVEZ, 2014).

Alvez, Silveira e Ferreira (2007) identificam a necessidade da reforma agrária para desafogar as altas concentrações fundiárias que são oriundas do processo histórico de construção social, e que fazem parte da identidade da Biorregião do Pampa, vazios demográficos e concentração de terra e renda. No atual contexto de um modelo de crescimento econômico, promovido pelas políticas de governo neoliberais se intensifica as cadeias exportadoras e os processos de concentração e expropriação, excluindo os agricultores familiares

Nesse sentido, Fernandes (2005, b) aponta a existência de movimentos socioterritoriais através do agronegócio. As empresas do agronegócio, podem se constituir em movimentos socioterritoriais porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzir seus próprios territórios. A partir do momento em que se cria um território destrói-se outro, criando o processo de desterritorialização. Processos de territorialização-desterritorialização são construídos a partir de conjunturas políticas e econômicas; modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais (FERNANDES, 2005b).

São os processos e as relações sociais formadas junto a conflitualidade, a luta inter e intraclasses, que determinam os territórios. Mas são os sujeitos territoriais, oriundos dos territórios da agricultura familiar, do agronegócio e dos conflitos gerados por relações capitalistas e não capitalistas que determinam a espacialização e a transformação dos territórios através da modificação do sistema agrário, aliando se ou afastando-se do capital, formando e complementando mercados.

Segundo Fernandes (2008) os territórios são compreendidos simultaneamente como espaços sociais: de governança, de propriedades e como espaço relacional. Ao analisarmos a conjuntura de desenvolvimento, dos movimentos socioterritoriais presentes na área de estudo, da disputa de classes, da inversão estrangeira de capital, do movimento de políticas públicas por parte do governo incentivando a relação do agricultor familiar a empresas do agronegócio identificamos três tipos de campos de poder: território social do agronegócio, território social da agricultura familiar camponesa e território social da agricultura familiar articulada ao agronegócio.

O território do agronegócio é facilmente identificado pela presença do monocultivo, as relações forjadas nesta conjuntura são para a produção de bens, ao contrário do território da agricultura familiar camponesa na qual as relações sociais são para permanência e preservação do seu modo de vida.

Embora identifiquemos a presença de um território familiar camponês, também reconhecemos que esta categoria social se encontra pressionada pelo capital. Assim como Fernandes (2005b;2008) acreditamos que este agricultor familiar se adequa de diferentes formas nos processos de produção capitalista para sobreviver e se manter ativo, fortalecendo inclusive sua própria identidade. Com referência as informações obtidas na pesquisa (informantes qualificados, observação direta, fontes bibliográficas) identificamos como representantes deste território os pecuaristas familiares, os agricultores familiares oriundos dos assentamentos rurais e dos institutos de colonização e os remanescentes quilombolas.

Em relação ao território social da agricultura familiar articulada ao agronegócio identificamos a presença do agricultor empresário pecuarista. Sujeito este que desenvolve atividades de pecuária e insere plantios de soja e arroz em sua unidade produtiva.

As entrevistas e a bibliografia consultada sobre a temática de expansão agrícola no Uruguai identificaram que a presença da soja, está fortemente conectada com a inversão de capital estrangeiros, quer sejam brasileiros ou argentinos, no Departamento de Rivera. A silvicultura também se apresenta na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY por inversão de capital estrangeiro impulsionados por políticas de incentivo e subsídios governamentais. Entretanto, a soja em Sant'Ana do Livramento segundo relato dos informantes qualificados, surge a partir da inserção dos assentamentos rurais no município. Portanto, os próprios assentamentos oriundos de um movimento socioterritorial, promovidos por uma ação

contrária ao desenvolvimento capitalista, se associam e se articulam junto ao agronegócio buscando a sobrevivência e permanência no campo.

4.3. MULTIFUNCIONALIDADE E TERRITÓRIO

Atualmente se observa um movimento das reorientações para a capacidade produtiva dos estabelecimentos rurais com a absorção de novos componentes econômicos, culturais e sociais. Segundo Carneiro e Maluf (2005) as funções que a agricultura familiar desempenha para a sociedade, vão além da produção, compreendem entre outras perspectivas: a preservação do meio ambiente, a segurança alimentar e a manutenção do patrimônio cultural.

As complexas relações da natureza com a sociedade moldam as formas de produção fazendo surgir atividades agrícolas e não agrícolas ancoradas numa visão sócio-política que defende que a atividade agrícola não se esgota na produção de alimentos e oferece a sociedade uma gama de bens tangíveis e intangíveis ligados ao simbólico e principalmente ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2003, CARNEIRO e MALUF, 2003, FROEHLICH, 2002).

A este fenômeno se nomeia a multifuncionalidade do rural, que emerge em função das novas interações societárias. Carneiro (1998). Se refere à multifuncionalidade do espaço agrário como resposta à crise dos agricultores advindas da modernização, onde se passa a adotar alternativas não agrícolas, chamadas hoje de pluriativas. Pode-se perceber na dinâmica multifuncional um resgate da importância do conjunto de contribuições da agricultura para a dinâmica econômico-social dos territórios.

Carneiro e Maluf (2005) considerando a abordagem multifuncional das famílias rurais fazem uma aproximação do sujeito social agricultor familiar com o camponês, para os autores, o fazer agrícola, a lógica econômica e o modo de vida estão vinculados com a cultura e o modo de se relacionar com o território.

Ploeg (2008) aponta que a partir da década de 1990 surge uma tendência de novas formas de multifuncionalidade tais como: o desenvolvimento do agroturismo; a gestão agrária da natureza, da paisagem e da biodiversidade, a produção de energia, a produção, transformação e comercialização de produtos de alta qualidade e de especialidades regionais; os cuidados com pessoas deficientes; a retenção de água escassa, entre outras. E para o

mesmo autor são quase sempre as unidades agrícolas camponesas que funcionam como ponto de partida para a criação desse tipo de entidades multifuncionais.

O conceito de multifuncionalidade remete ao pensar a contribuição da agricultura, principalmente familiar, e sua contribuição ao desenvolvimento sustentável, essencialmente no núcleo de constituição de políticas públicas. A multifuncionalidade dos espaços agrários, aliada a políticas de desenvolvimento da agricultura familiar, tende a contribuir para o desenvolvimento rural, prova disso são a geração de novos processos econômicos sociais e políticos derivados das novas relações sociais e atividades rurais (CARNEIRO e MALUF, 2005).

[...] multifuncionalidade é discussão que se abre para políticas públicas voltadas às múltiplas funções que a agricultura familiar já desenvolve e as que poderá desenvolver. Requer que haja reconhecimento de parte dos formuladores de políticas públicas do dimensionamento do que a agricultura familiar tem de possibilidades de desenvolver e do que será permitido. Um exemplo que ilustra muito bem isso é admitir que os agricultores familiares são, de fato, pelos ambientes em que vivem, verdadeiros guardiões do agroecossistemas (EMATER, 2006 p. 71).

Ao analisarmos as informações obtidas a campo, através das observações diretas e entrevistas, identificamos que na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY está se construindo espaços de discussão de políticas públicas voltadas a agricultura familiar, na qual o conceito de multifuncionalidade está sendo considerado. Entretanto, vale destacar que a multifuncionalidade faz parte de uma conjuntura histórica e social deste território, e que somente no momento em que se leva estas discussões a nível de políticas públicas se proporciona um diferencial, na qual a institucionalização deste conceito pode proporcionar uma conservação ambiental e sociocultural deste território.

Um dos exemplos é a construção do Território Rural do Pampa, desenvolvida a partir da política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Em 2013, o MDA propicia a criação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, os NEDETs, vinculados a instituições públicas de ensino superior responsáveis pela estruturação e gestão dos Colegiados Territoriais.

No território do Pampa, o NEDET está vinculado a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. UERGS, e realiza ações de mobilização da agricultura familiar, propondo o desenvolvimento territorial e rural. Através do Núcleo, em parceria com o MGAP, são realizadas oficinas binacionais, com o intuito de trabalhar conjuntamente MDA no Brasil e o

MGAP no Uruguai, o foco das oficinas é pensar numa política de territórios rurais transfronteiriços, com o objetivo de trabalhar ambos lados da fronteira, como um só.

A equipe do território de assessoria tem buscado constituir o colegiado territorial com toda a representação da agricultura familiar que o território possui, bem como os povos tradicionais e representação ativa das mulheres. Para isso, a equipe no primeiro ano de trabalho buscou apresentar a política territorial e trabalhar com os gestores públicos, associações formais ou não, cooperativas, instituições de ensino, instituições de assistência técnica e outros órgãos, convidando e convocando para participarem e integrarem o Colegiado do Território Rural do Pampa, com o objetivo da busca de respostas e soluções às necessidades da região. O colegiado foi formado em novembro de 2015 e conta com a participação da gestão pública, associações e cooperativas do segmento da agricultura familiar, universidades e assistência técnica (GODOY, VIEIRA e GUEDES, 2016 s/p.).

Segundo os assessores do NEDT, o público alvo de uma política de desenvolvimento territorial pensada para o Pampa, são: Agricultores e Pecuaristas Familiares, Comunidades Remanescentes de Quilombolas, Pescadores Profissionais artesanais, Assentados da Reforma Agrária, Trabalhadores Rurais, Indígenas e Artesãos.

Em acompanhamento das reuniões do Território do Pampa pode ser observado o esforço dos assessores em coordenar e estruturar o colegiado representante deste espaço deliberativo. A fala dos assessores sempre vem acompanhada de uma estratégia de desenvolvimento agrário e sustentabilidade a partir da agricultura familiar. Entretanto, toda concepção de território abordada pela política territorial é pensada como ferramenta de organização e intervenção do Estado, com fins administrativos. Prova desta percepção é a construção de territórios para acesso a políticas públicas, tais como políticas de crédito, de apoio à comercialização e assistência técnica, através do PROINF (Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais).

Cabe ressaltar que embora o território rural do Pampa tenha sido reconhecido em 2014, até 2015 não apresentava um colegiado estruturado e muito menos um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Os planos devem integrar uma visão ampla do território, projetando as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável. E, foi a partir da criação dos NEDETs, através de Edital CNPq/MDA 2013, que se consolidou a construção do colegiado em novembro 2015 e atualmente se constrói o PTDRS, com o auxílio dos assessores em conjunto com os representantes da sociedade civil organizada

(associações, grupos de interesse, cooperativas, etc.) e entidades públicas (universidades, órgãos de extensão, institutos, etc.) que fazem parte do colegiado.

Outro aspecto que se visualiza ao se observar e analisar a construção desta política pública é o caráter de desconcentração da ação pública e a descentralização, na qual a criação de coordenadorias territoriais, colegiados e outros níveis de atuação descentralizam o poder do Estado. As políticas públicas construídas nesta dimensão de território apontam dificuldades em termos de participação representativa dos principais atores sociais, em âmbito local/regional. Problemas como paternalismo, coronelismo, patrimonialismo, ingerência político-partidária, manipulação na priorização dos investimentos podem se reproduzir no âmbito dos territórios e dificultar o processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento rural enfrenta dificuldades em avançar quando se visualiza apenas economicamente o conceito de multifuncionalidade do espaço agrário, focando e centralizando as ações em atividades não agrícolas. A mercantilização e o viés econômico reduzem a lógica das atividades e das relações sociais, limita o potencial metodológico principalmente na dinâmica de reprodução social.

Desta forma, destacamos a necessidade de uma formulação pautada em um desenvolvimento rural endógeno, que contemple as especificidades do contexto da pesquisa, prioritariamente a dimensão regional, quando analisada pela órbita dos estados nação, além da dimensão nacional e transfronteiriça. Neste contexto é possível destacar a dimensão interescalar necessária para a compreensão do lócus de pesquisa.

Para este desenvolvimento as políticas públicas devem considerar as multifuncionalidades presente nas novas ruralidades que concebem o campo não somente como um espaço de produção primária, um espaço agrário que deve ser focado pela visão social, econômica e ambiental na dinâmica das relações sociais do território com a natureza. Compreender a agricultura familiar como uma unidade social complexa e não meramente produtiva. Apoiar a produção familiar e legitimar formas de produção que vinculem não somente rendas e sim a incorporação de novos valores simbólicos, tangíveis e intangíveis derivados da transformação cultural do novo espaço rural e das inter-relações sociais do mesmo com o ambiente.

Guanziroli et al., (2001) descreve que na maioria dos casos, a decisão para a inclusão de atividades não agrícolas na produção familiar se deu como estratégia de sobrevivência e

uma fonte de alternativa de renda, em consonância com a precariedade das políticas públicas de custeio e crédito a agricultura familiar.

Destacamos que a pluriatividade é um fenômeno, resultado de decisões individuais e familiares em um contexto social e econômico, em que a família combina duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2006). Este conceito permite reconceituar a unidade de produção familiar viabilizando sua reprodução.

Muitas destas unidades possuem diferentes tipos de receita. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da unidade familiar, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração

Para a EMATER (2006) a pluriatividade é um conceito que encerra muitos dos fundamentos da agricultura familiar, sobretudo em termos de estratégias de garantias à reprodução da agricultura familiar. Nesse contexto, a pluriatividade na agricultura familiar torna-se capaz de conter o êxodo rural, dando um novo sentido à produção (MATTEI, 2007).

Tendo em vista a política de territórios implantada na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, uma política que tem como objetivo “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural” (BRASIL, 2005a, p. 7). Visualiza-se a necessidade da institucionalização das representações sociais, entretanto Geraldi (2012) reflete que a institucionalização destes segmentos sociais ao integrarem o colegiado acabam por entrar em consenso em decisões políticas e deixam de politizar os conflitos sociais, o que decorre de um conjunto de questões de diferentes naturezas, com especial destaque a incipiente mobilização social presente no contexto, o que é agravado pela dimensão demográfica que caracteriza o Pampa. Nesse sentido, o autor aponta que o programa territorial articulado pelo Estado, assume um controle no embate político entre os interesses diversos, visto que se apoiam em uma concepção consensual de participação.

[...]. Quanto maior o controle sobre a dinâmica social, maior a previsibilidade da ação e, por conseguinte, maior a possibilidade de adequar a própria dinâmica às necessidades imperativas do projeto. Dessa forma, a institucionalização da participação e a garantia de que todas as decisões afetam ao projeto tenham o controle do coletivo – coletivo entendido enquanto institucionalidades territoriais – garantiriam, por sua vez, o ambiente favorável às iniciativas de desenvolvimento territorial (GERALDI, 2012.p. 180).

Assim sendo, e já sinalizando uma concordância com a análise de Geraldi (2012), entende-se que o território abordado por esta política não é o mesmo apresentado pelos conceitos e estudos geográficos aqui representado nesta tese. Principalmente pelo fato de que a política pressupõe um controle sobre o ordenamento da sociedade e uma forma de intervenção nas dinâmicas sociais, não necessariamente pautado na participação e consequente legitimidade dos diferentes sujeitos envolvidos.

5. TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY

Neste capítulo, após a descrição dos diferentes sujeitos bem como suas respectivas territorialidades, com base na pesquisa bibliográfica, documental e de campo identificamos e buscamos compreender o alcance dos conflitos presentes no espaço de estudo, apresentando os resultados e discussão bem como sinalizando algumas possibilidades de minimizar o referido conflito.

Os dois municípios em estudo experimentaram significativos processos de transformação na dinâmica agrária devido as isenções e incentivos fiscais para empresas transnacionais se inserirem neste espaço. Este capítulo tem como finalidade caracterizar os territórios presentes e em disputa neste espaço, situando ainda os processos de territorialização da silvicultura e da soja num espaço temporal de 10 anos.

5.1. OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA /UY

A discussão sobre o conceito de território emerge após a década de 60/70 com o surgimento da crise paradigmática positivista que resulta na evolução do pensamento geográfico, mais comprometido socialmente, cujo olhar voltou-se para as redefinições do espaço em decorrência do modo de produção capitalista.

O território passa a ser uma categoria recorrente em virtude da globalização e de novos atores de poder instituídos no rural. Impera-se a tendência de desenvolvimento econômico local, delimitada por um espaço compreendido como território, onde o foco se dá no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais.

Este desenvolvimento proposto não se desprende dos recursos exógenos, ou seja, da globalização, mas atua em nível local levando em conta as diferenças e as especificidades. O desenvolvimento local representa uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional (BUARQUE, 1999; JARA, 1998).

Os diferentes e convergentes conceitos de território são influenciados pela realidade estudada, por seus objetivos e por sua concepção de espaço

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços (FERNANDES, 2005, p.27 b).

Raffestin (1993) possui importância primordial na definição de território, pois destaca o caráter político do território. O autor descreve o caráter político referenciando-se e apoiando-se nas ideias Ratzelianas que destacava como elemento fundador e formador do Estado o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais. Salienta-se que o estado ao qual Ratzel descrevia em sua obra e em sua época histórica considerava o Estado totalitário, diferente de nosso tempo real um Estado que absorve diversas relações de poder. Ratzel foi pioneiro ao trabalhar a geografia política e introduziu conceitos importantes e utilizados até hoje na geografia política tais como categorias centro versus periferia, interior versus exterior, superior versus inferior (RAFFESTIN, 1993).

As relações de poder se apropriam do espaço e produzem o território, formando as múltiplas territorialidades, onde para supracitado autor, as representações do espaço revelam a imagem do território através do controle exercido pelo poder. Assim como o referido autor consideramos importante frisar a diferenciação entre espaço e território, onde o espaço é anterior ao território.

O referido autor ao abordar a territorialidade sobressai à necessidade de superar a visão naturalista tão presente desde os estudos de Ratzel, define a territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Raffestin (1993) perpassa sua concepção de território pela vertente naturalista, pois entende o território como resultados de relações sociais, de poder e dominação embora enfatize a necessidade de superar a visão naturalista tão presente desde os estudos de Ratzel abordando então as formas espaciais resultantes das relações de poder.

Henri Lefebvre também foi citado por Raffestin (1993) quando o autor traz a abordagem de território como um espaço modificado pelo trabalho que revela relações de poder políticos que produzem malhas, nós e redes no espaço. Para o autor as relações de poder não estão descoladas das formas espaciais e vice-versa.

Ao referenciamos o conceito de território numa visão atual da geografia que repassa pela corrente crítica cita-se Milton Santos como um dos principais autores que repassa o conceito de território por meio de uma abordagem econômico-material. O conceito de território por Milton Santos também é construído a partir de um viés político, pelas dominações de poder onde o referido autor frisa suas reflexões sobre a des-territorialização.

Milton Santos (1996) apresenta uma concepção de território a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico resultado do processo histórico da base material e social das novas ações humanas.

“[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p.247).

O autor afirma a existência de uma nova dinâmica territorial e em sua obra Território: globalização e fragmentação, Milton Santos (1994) enfoca conceitos como território usado, horizontalidades e verticalidades, onde afirma que o território pode ser formado por lugares contíguos e de lugares em rede, considerando a historicidade e o caráter híbrido.

Não podemos esquecer que a discussão de território corrente e que teve início com a modernidade remete ao conceito de relação de poder e disputa, por pessoas e grupos presentes neste território, onde merece destaque o conceito formulado por Claude Raffestin “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que se envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Haesbaert (2007) analisa o território incorporando elementos como cultura e identidade em seus estudos segundo três vertentes de análise: uma culturalista, uma econômica e outra jurídico-política. A territorialidade é um continuum da dominação político-econômica - funcional e concreta que se estende aos aspectos simbólicos e culturais, ligado às dinâmicas efetivas de apropriação. Haesbaert (2007) se embasa em Lefebvre no respeito à

construção de identidade destacando territórios-rede, territórios-zona e aglomerados de exclusão, sendo estes constituintes da multiterritorialidade.

O autor citado defende a construção de uma multiterritorialidade fruto de imbricadas relações de poder definida como “[...] a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”.

A identidade é múltipla e sujeita as diversas reconstruções principalmente na atualidade com a mobilidade crescente e a complexidade das relações espaço-tempo. A identidade territorial remete a uma identidade social, uma vez que o referente simbólico para a construção dessa identidade parte do ou perpassa o território repleto de símbolos e representações (HAESBAERT, 2007).

Fernandes (2009) aprofunda a reflexão e análise na temática de territórios e defini a existência de diferentes territórios em relação a forma e tipos derivados de relações sociais distintas. Apresenta uma tipologia que defini os territórios que se sobrepõem em diferentes escalas a partir das classes sociais presentes e suas relações em permanente conflito e disputa pelo poder e controle. Nesse sentido, destaca a existência de três territórios: “primeiro território”, “segundo território”, e “terceiro território”.

Segundo o mesmo autor o primeiro território é o ponto de partida de existência das pessoas, o espaço de governança da nação, organizado por escalas, podendo ser os municípios, departamentos, estados,... Existe uma relação intrínseca entre o primeiro e o segundo território, no qual o segundo território é composto pelas diferentes relações das classes sociais presentes no primeiro território, subdivide o espaço em propriedades. O autor se refere a propriedade como espaço de vida, propriedades privadas, comunitárias, públicas, capitalistas, não capitalistas propriedades que se definem pelo seu valor de uso ou de troca. É no segundo território que visualizamos os movimentos socioterritoriais que disputam o primeiro território em suas diversas escalas (FERNANDES, 2009).

O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. Sendo assim, podemos descrever os sujeitos territoriais pertencentes ao primeiro território como sendo o MERCOSUL, o Uruguai, o Brasil, o município de Sant’Ana do Livramento e o Departamento de Rivera.

Fernandes (2009) destaca a presença de multinacionais no segundo território, quando estas alcançam o espaço privado através da compra ou ocupação de terras geram conflitos e disputas ou pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso ao território disputando os espaços de governança do primeiro território.

Sujeitos e classes sociais não existem sem territórios, portanto para o autor o estudo da propriedade permite analisar os territórios das classes sociais, seus meios de produção, suas decisões vinculadas as suas territorialidades (FERNANDES, 2009).

O segundo território é constituído pelos diferentes tipos de propriedades particulares, como familiares, de um lado, e capitalistas e/ou patronais, de outro. São as frações que se integram ao primeiro território. Podemos prever então a presença de propriedades familiares, pequenos/camposinos, médios e grandes latifúndios com a presença de estancieiros bem expressivas.

Nesse sentido, podemos destacar a lei de terras no Brasil em 1850 como o marco da inserção da grande propriedade patronal no modo de produção capitalista. A mercantilização transforma a terra em propriedade privada e mercadoria, favorecendo então o cercamento e a delimitação do espaço. Já no Uruguai, o cercamento do campo que acabou por restringir a fronteira agrícola no País, ocorreu a partir do ano de 1879 com a reforma do Código Rural e a instituição da “medianería forzosa” (PIÑEIRO, 2012).

O cercamento permitiu a ocorrência de um conflito social, pois determinou uma menor necessidade de mão de obra dentro das estâncias, não sendo mais necessário o peão para recorrer o campo e parar o rodeio. Se expulsa os peões e agregados que acabam por formar núcleos sub-urbanos e rurais, "pueblos de ratas", configurando a marginalização do campo (MONTEBLANCO e MEDEIROS, 2013).

Outro fator relevante na posse das propriedades de terras na Biorregião do Pampa é o avanço em políticas de desenvolvimento de indústrias de capital estrangeiro que favorece o fenômeno de estrangeirização da terra, portanto, permite a concentração e a apropriação do capital natural o que pode apontar problemas futuros em relação ao desenvolvimento sustentável, o que resulta em questionamentos sobre o comprometimento da sustentabilidade através da extração descontrolada destes recursos (PIÑEIRO, 2012).

O terceiro território determinado na tipologia de Fernandes (2009) é produzido nos territórios fixos do primeiro e do segundo território, está relacionado às formas de uso dos

territórios, portanto, às suas territorialidades. O terceiro território está relacionado a forma de uso dos espaços, não se vincula ao caráter de propriedade do segundo território mas faz uso desta condição mesmo sem se subordinar a ideia de posse. É resultado do movimento de expansão e refluxo das propriedades fixas e móveis, determinado pelas relações sociais, conflitos entre os grupos, classes, sociedade e Estado “O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano” (FERNANDES, 2009).

Na primeira década do século XXI com a alcance da globalização impulsionando a estrangeirização da terra surgem novos sujeitos, empresas multinacionais que compram e constroem plantas agroindustriais com a finalidade de produzir matéria prima, e as empresas em rede que investem na produção de grãos e dominam as tecnologias de produção e conhecimento e os canais de comercialização internacionais. Nesse sentido, podemos apontar como sujeitos pertencentes ao terceiro território, em maior escala, a cadeia de soja e de silvicultura e as cabanhas.

5.2. AS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA AGRÁRIA FAMILIAR DA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI

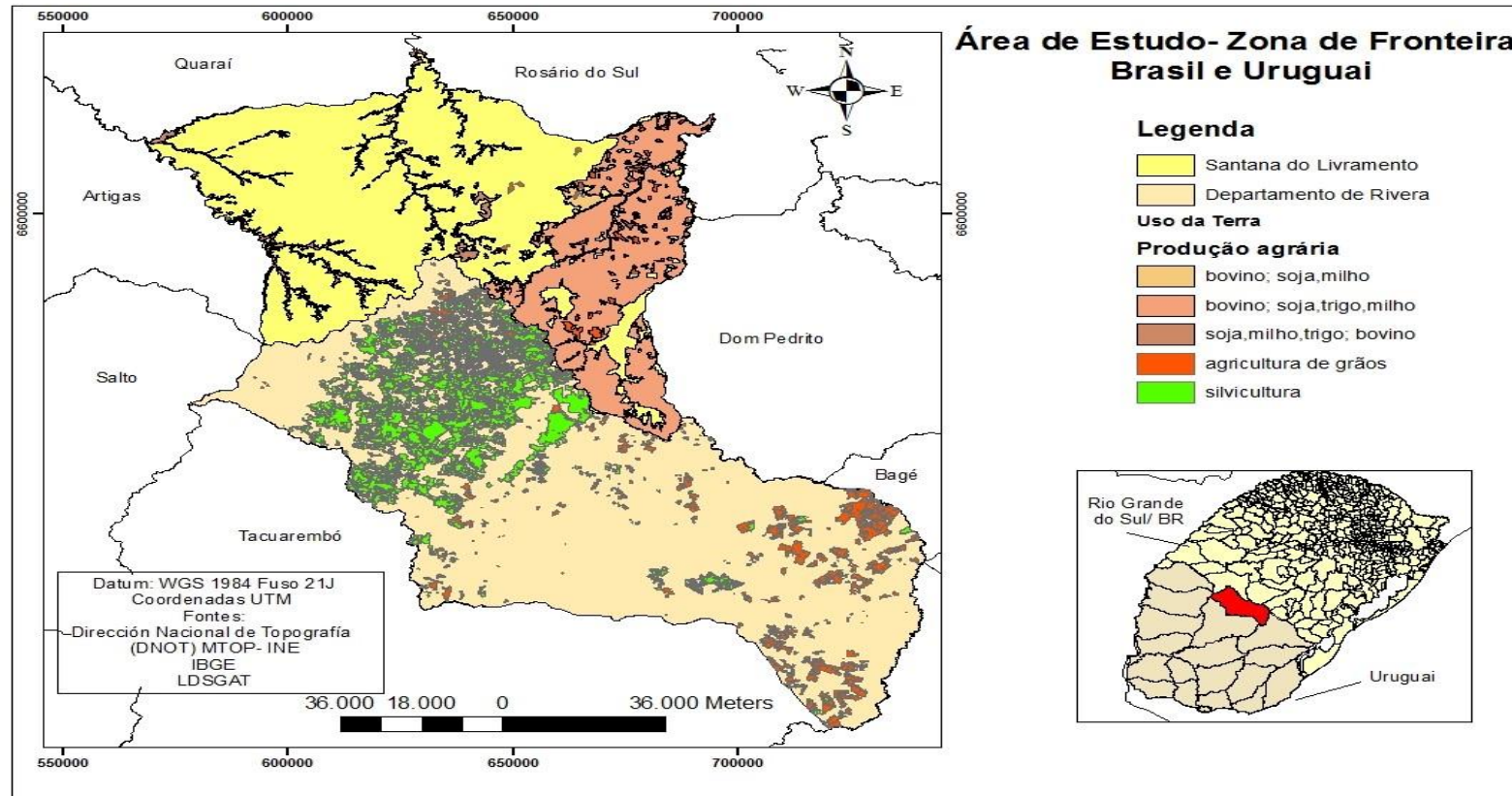
As transformações realizadas na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY na última década ocasionaram uma reconfiguração territorial do espaço rural, e essa reconfiguração é consolidada e instituída pelos novos sujeitos territoriais, sujeitos estes oriundos do território do agronegócio e da agricultura familiar, em disputas constantes pelo território. Neste sentido, identificamos a territorialização da soja e da silvicultura, que segundo Pedon (2009, p.15) territorialização refere-se ao processo pelo qual se torna concreta a apropriação política do espaço, resultando na tarefa da administração e no exercício do comando.

Nesse sentido, podemos descrever dois tipos de agricultores familiares presentes neste território, os capitalizados e os pluriativos. E além desta categorização podemos ainda identificar a presença de agricultores familiares camponeses que não separam a produção, da execução e administração das atividades, sua função social está vinculada a sua forma de trabalho e modo de vida, diferentemente dos capitalistas que organizam o território para a produção de mercadorias.

A conjuntura de disputa de território fortalece as mudanças na reprodução social, visto que os agricultores familiares organizam suas atividades em prol da sua existência e, portanto, optam por diversificar a produção e vender sua força de trabalho para se manterem ativos. A pressão pela disputa de terras ainda persiste, embora o valor da terra tenha aumentado, o território é alvo constante de especulação imobiliária.

Os informantes qualificados juntamente com a utilização de dados secundários de censos agropecuários do Brasil e do Uruguai promoveram a identificação da territorialização da cadeia da soja e da silvicultura (Figura 17), tais modificações são frutos da intensificação da expansão agrícola em zonas de pecuária tradicionais, intensificando a monocultura.

Figura 10- Territorialização da soja e da silvicultura na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY



Fonte: Dados de campo, 2015.

A disputa territorial, segundo Fernandes (2004) controla as territorialidades e ocorre de duas maneiras quer seja pela desterritorialização ou, pelo controle das formas de uso e de acesso a esses territórios. Podemos descrever três territórios distintos em conflitualidade constante na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY: território da silvicultura, território da soja e território da agricultura familiar.

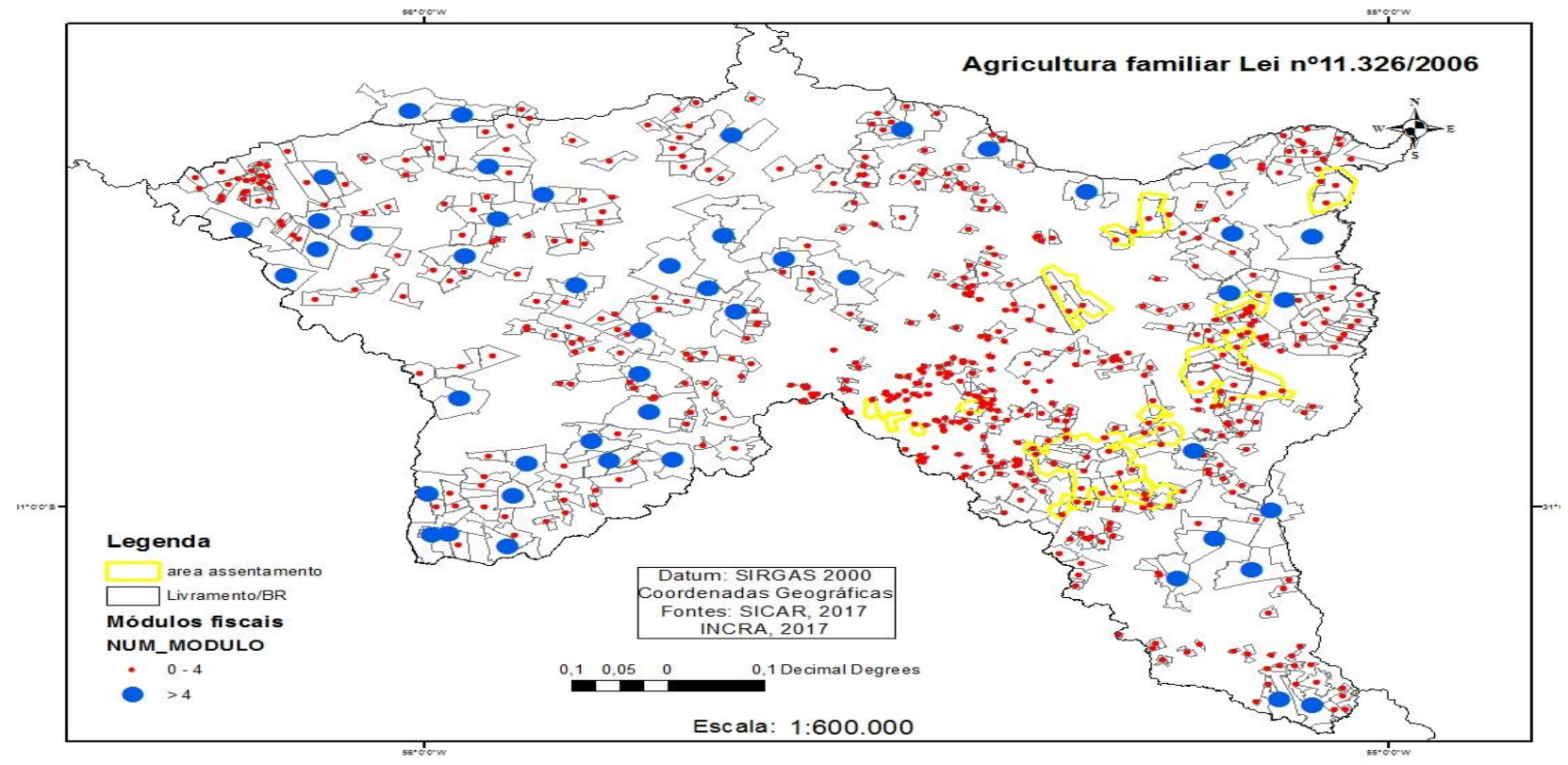
Podemos identificar o território da agricultura familiar em Livramento/BR analisando os dados do SICAR (2017), onde as informações constantes do Cadastro ambiental rural ¹⁰identificam os módulos rurais que compreendem a unidade de produção cadastrada. Importante destacar que em Livramento uma unidade de produção para ser considerada agrícola familiar deve apresentar uma área de até 4 módulos fiscais ¹¹(Lei nº 11.326/2016), cada módulo corresponde a 28 ha, segundo Instrução Normativa do Incra (2013) ou seja uma propriedade com 112 ha pode ser considerada agrícola familiar atendendo também outros requisitos tais como: utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; possua renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Analisando os dados do SICAR obtêm-se a estimativa referente ao mapeamento da Agricultura familiar em Livramento conforme se observa na figura 11. Tal mapeamento foi elaborado considerando o número de módulos fiscais das propriedades indicadas no Cadastro ambiental Rural.

¹⁰ Cadastro ambiental rural é um instrumento de regularização ambiental de propriedades e posses rurais que contém informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública. Tal instrumento está previsto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e sua regulamentação por meio do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

¹¹ O Módulo Fiscal é estabelecido pelo INCRA para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município, seguindo algumas orientações tais como: tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de "propriedade familiar".

Figura 11- Estimativa da espacialização da Agricultura familiar em Livramento/BR



Fonte: Elaboração do autor, 2017

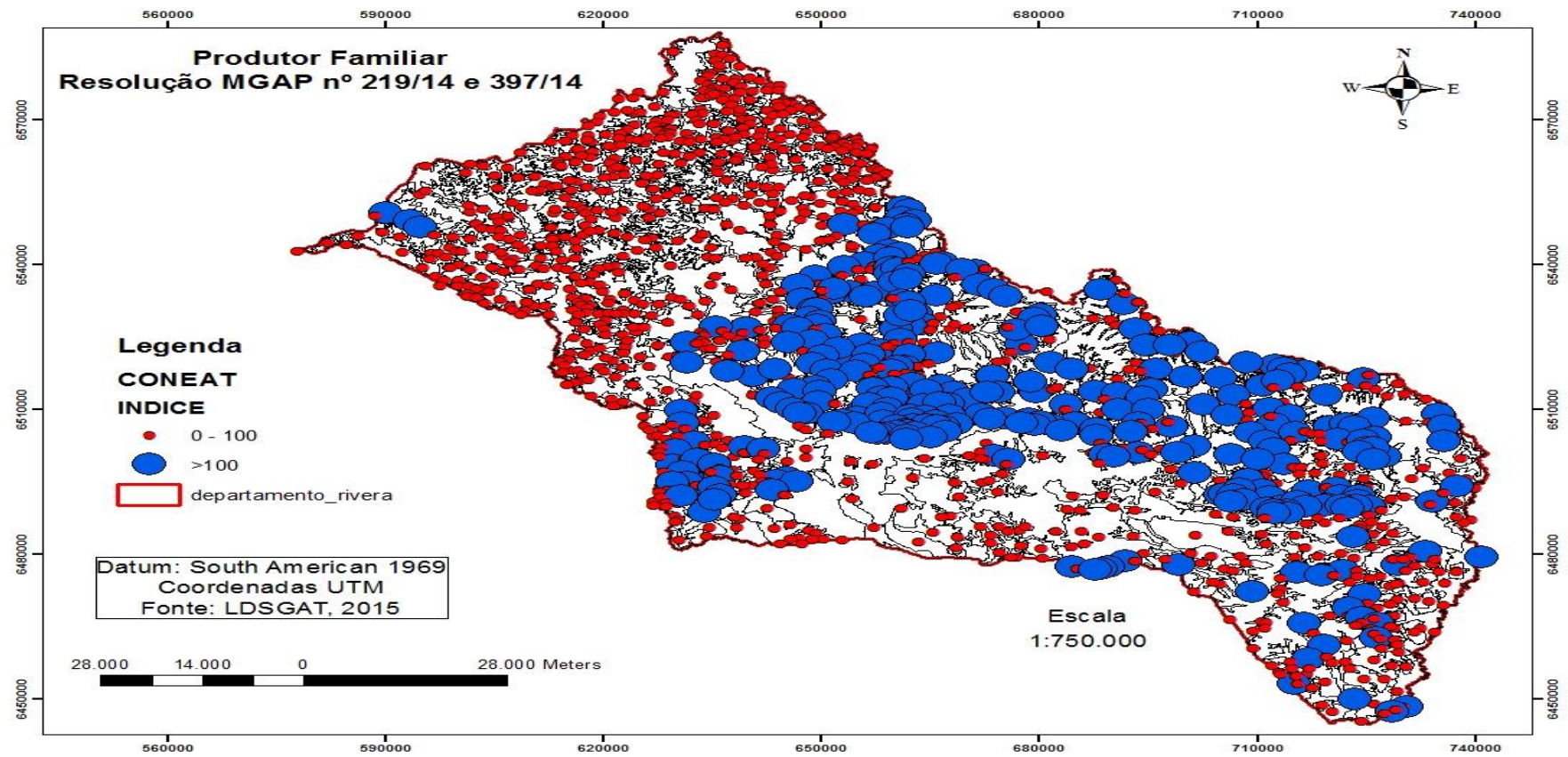
A leitura do mapa anterior evidencia a existência expressiva de unidades de produção familiar, prioritariamente nas regiões demarcadas em amarelo onde localizam-se áreas de assentamentos de reforma agrária, processo esse que como dito anteriormente, modificou, pós década de 1990, a configuração espacial e as atividades produzidas na região, confrontando a tradicional produção pecuária.

Em Rivera também podemos estimar o território da agricultura familiar analisando os dados do índice CONEAT (Comisión Nacional de Estudio Agronómico de la Tierra- (CO.N.E.A.T.) em relação a produtividade do solo. Levando-se em consideração que uma unidade de produção que configure uma área de 500 ha, segundo o padrão da legislação Uruguiaia (explorar um total de até 500 hectares em relação ao índice CONEAT 100). Para definir o índice CONEAT 100 se faz necessário multiplicar a área pelo índice de produtividade dividido por cem, sendo assim, se dimensionarmos a área em 500 ha o índice de produtividade se considerada o limite para a dimensão da agricultura familiar, o que resulta no mapeamento da Figura 12.

Diferentemente de Livramento, em Rivera não identificamos a espacialização com base no tamanho das unidades de produção, mas conseguimos dimensionar a localização da agricultura familiar através dos índices de produtividade. Entretanto as entrevistas com os depoentes identificaram áreas da unidade de produção inferiores a 500 ha.

A riqueza na classificação de solos do Uruguai, na qual toda a superfície do país é mapeada e indicada a produtividade do mesmo, permite fazer uma classificação diferenciada da agricultura familiar pelo fato de não considerar somente a área de produção e sim aspectos econômicos e sociais de produtividade indicando áreas de potenciais usos produtivos, características de drenagem e tipos de solo. O índice CONEAT é a característica fundamental que expressa o caráter de capacidade produtiva, constitui-se como unidades cartográficas de solo, em áreas homogêneas definidas pela capacidade produtiva de rendimento.

Figura 12- Estimativa da espacialização da Agricultura familiar em Rivera/UY



Fonte: Elaboração do autor, 2017

Os índices de produtividade correspondem a 188 agrupamento de solos com similar produtividade que são resultados da interpretação das aptidões para produção de carne e lã. E as descrições dos grupos de solo CONEAT resultam da classificação de solos do Uruguai (MGAP, 2017). Para o dimensionamento da espacialização da agricultura familiar se utilizou os índices CONEAT referentes as unidades de solo presentes em Rivera e a classificação referente a sua produtividade conforme a descrição de grupos de solo CONEAT, identificados na Tabela 3.

Tabela 3- Identificação dos Grupos de solo CONEAT, índice de produtividade e cálculo referente a IC 100 de 500 ha de unidade de exploração familiar.

Grupo de solos CONEAT	Índice de produtividade	IC 100 ¹²	Grupo de solos CONEAT	Índice de produtividade	IC 100	Grupo de solos CONEAT	Índice de produtividade	IC 100
1.10b	30	150	2.13	92	460	7.1	31	155
1.11b	40	200	2.14	61	305	7.2	61	305
1.12	61	305	2.21	105	525	7.31	66	330
1.20	79	395	3.13	5	25	7.32	88	440
1.21	86	430	3.15	35	175	7.33	92	460
1.22	88	440	3.40	66	330	7.41	57	285
1.23	83	415	3.51	35	175	7.42	53	265
1.24	26	130	6.1/1	79	395	8.11	92	460
12.20	118	590	6.10a	130	650	8.4	84	420
13.1	79	395	6.10b	96	480	8.5	105	525
13.31	123	615	6.13	144	720	G03.10	18	90
13.32	149	745	6.2	66	330	G03.11	70	350
13.4	166	830	6.3	109	545	G03.21	83	415
2.10	9	45	6.4	127	635	G03.22	22	110
2.11 ^a	53	265	6.5	88	440	G03.3	96	480
2.11b	26	130	6.6	86	430	G10.2	142	710
2.12	83	415	6.8	123	615	G10.8	70	350

Fonte: Adaptação dos dados MGAP,2017

¹² IC 100- índice CONEAT- A superfície de terra equivalente CONEAT 100 surge de multiplicar a superfície real, referente ao tamanho da propriedade, pelo índice de produtividade CONEAT segundo o tipo de solo correspondente, dividido por cem (100).

Entretanto, para a definição de Produtor familiar no Uruguai considera-se ainda fatores somados ao índice CONEAT 100 a presença do trabalho familiar, podendo contratar no máximo, dois assalariados não familiares permanentes ou seu equivalente em jornadas de trabalho não familiares (500 horas ao ano); residir na exploração ou a uma distância menor a 50 km da mesma; rendas familiares nominais extras devem ser inferiores ou iguais a 14 BPC (Base de Prestaciones y Contribuciones) média mensal. O valor atual da BPC equivale a 2.819 pesos, o que eleva a cifra a 39.466 pesos (MGAP, 2014).

Em questionamento aos informantes qualificados todos eles responderam ser visíveis as transformações, da última década, na dinâmica produtiva no território da fronteira. Destacam a modificação no tradicional sistema produtivo, a pecuária de corte, que está dando espaço a agricultura, seja esta a silvicultura ou a soja.

Segundo os dados da EMATER local referente a produção vegetal, grãos e fruticultura no ano de 2013 e 2014, indicam que a produção de soja já ultrapassou a produção e arroz, inclusive no número de produtores conforme se observa na Tabela 4.

Tabela 4- Dados Produção vegetal: grãos e fruticultura, safra 2013 e 2014

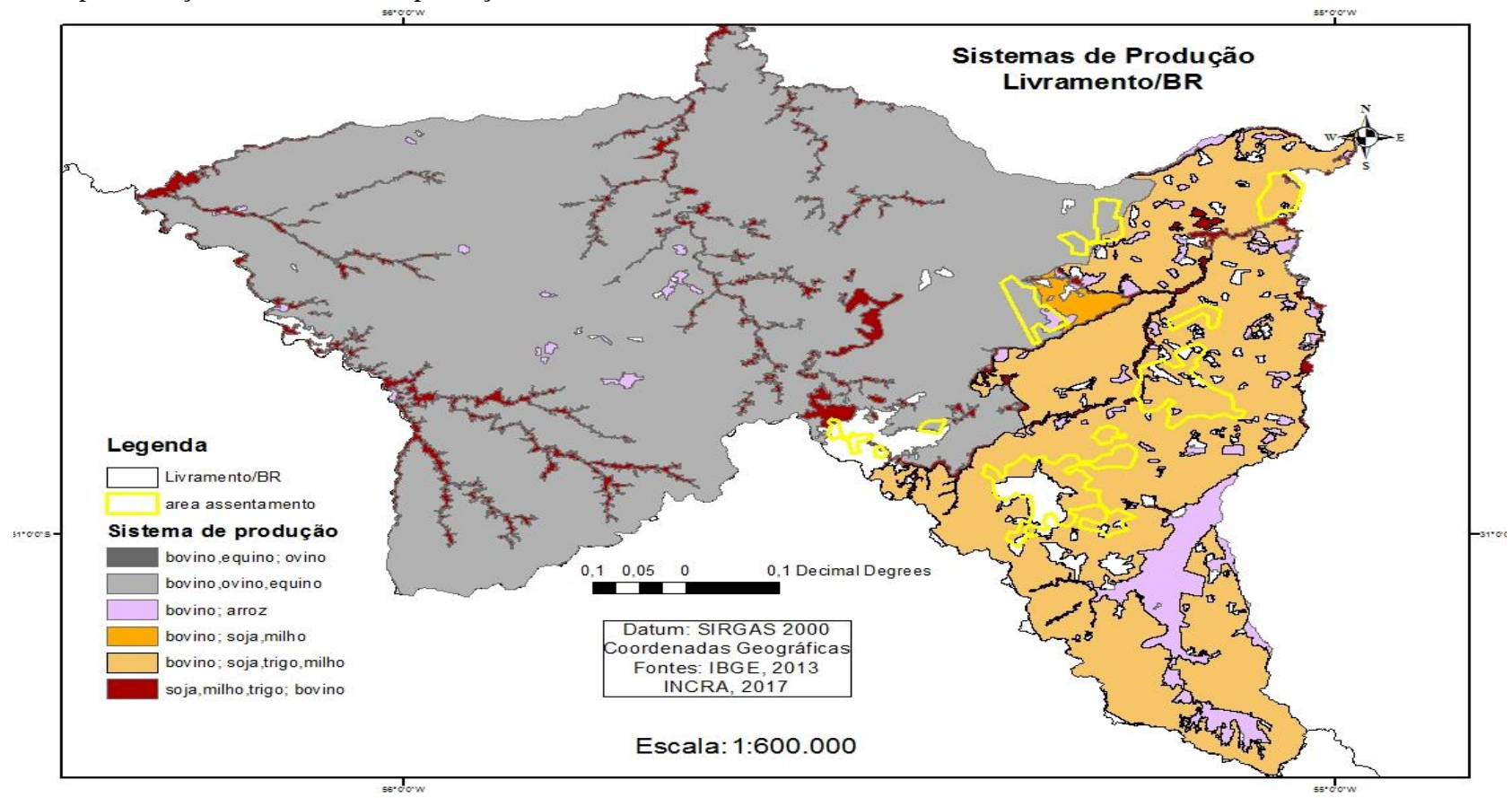
CULTURA	PRODUTORES (Nº)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO ANUAL (T)	PRINCIPAIS DESTINOS
Arroz	75	9.206	69.045	Apenas 1 agroindústria local (Arroz Fronteiriço)
Milho	600	3.500	7700	Autoconsumo
Soja	80	35.000	77.000	Agrosoja e Camera
Trigo		2.000	4.800	Agrosoja
Uva	37	1.050	8.400	Almadén, Salton e Cooperativa Nova Aliança, Valduga
Citros	2	78	702	Início de produção (laranja)
Melancia	12	300	3.600	São Paulo e Porto Alegre
Oliveiras	1	72	60	Processamento terceirizado
Pêssego	9	15	90	Mercado local

Fonte: SMAPA, EMATER/RS-ASCAR, IRGA, AGROSOJA

As informações coletadas, bem como as observações da pesquisadora, permitiram identificar que as maiores transformações no espaço acontecerem após a introdução da soja e da silvicultura, onde diversos cultivos tais como: fumo, melancia, arroz estão diminuindo suas áreas de produção (Diário de campo, 2016), nesse sentido verificamos a existência de uma

diversificação de sistemas de produção, ainda que possamos evidenciar a permanência da pecuária extensiva, como pode ser observado na espacialização das informações referentes aos sistemas de produção presentes em Livramento, segundo dados do IBGE (2013), Figura 13.

Figura 13- Espacialização dos sistemas de produção em Livramento/BR



Fonte: Dados de campo, 2017

Em análise desde mapeamento se identifica um conjunto diversificado de cultivos, juntamente com a produção pecuária (bovinos e ovinos) que integram os sistemas de produção do município. Como principais cultivos temporários, Sant’Ana do Livramento apresenta o arroz, o milho, soja e trigo; esses cultivos ocupam a maior parte das áreas utilizadas para agricultura. Em maior extensão se apresenta o sistema de bovino+equino+ovino, seguido pelo bovino+soja+milho.

Segundo a EMATER local a tendência da pecuária é seu fortalecimento e a profissionalização. As possibilidades de financiamento com juros baixos oferecido pelos bancos favorecem a atividade pecuária. A integração lavoura/pecuária também é outro ponto favorável para o setor, já que há expansão das áreas de cultivo de verão no município, que possibilitam a utilização com pastagens de inverno para a engorda de animais.

A título de esclarecimentos passaremos a destacar, com maior detalhamento a constituição dos dois territórios, quais sejam: o da soja e o da silvicultura

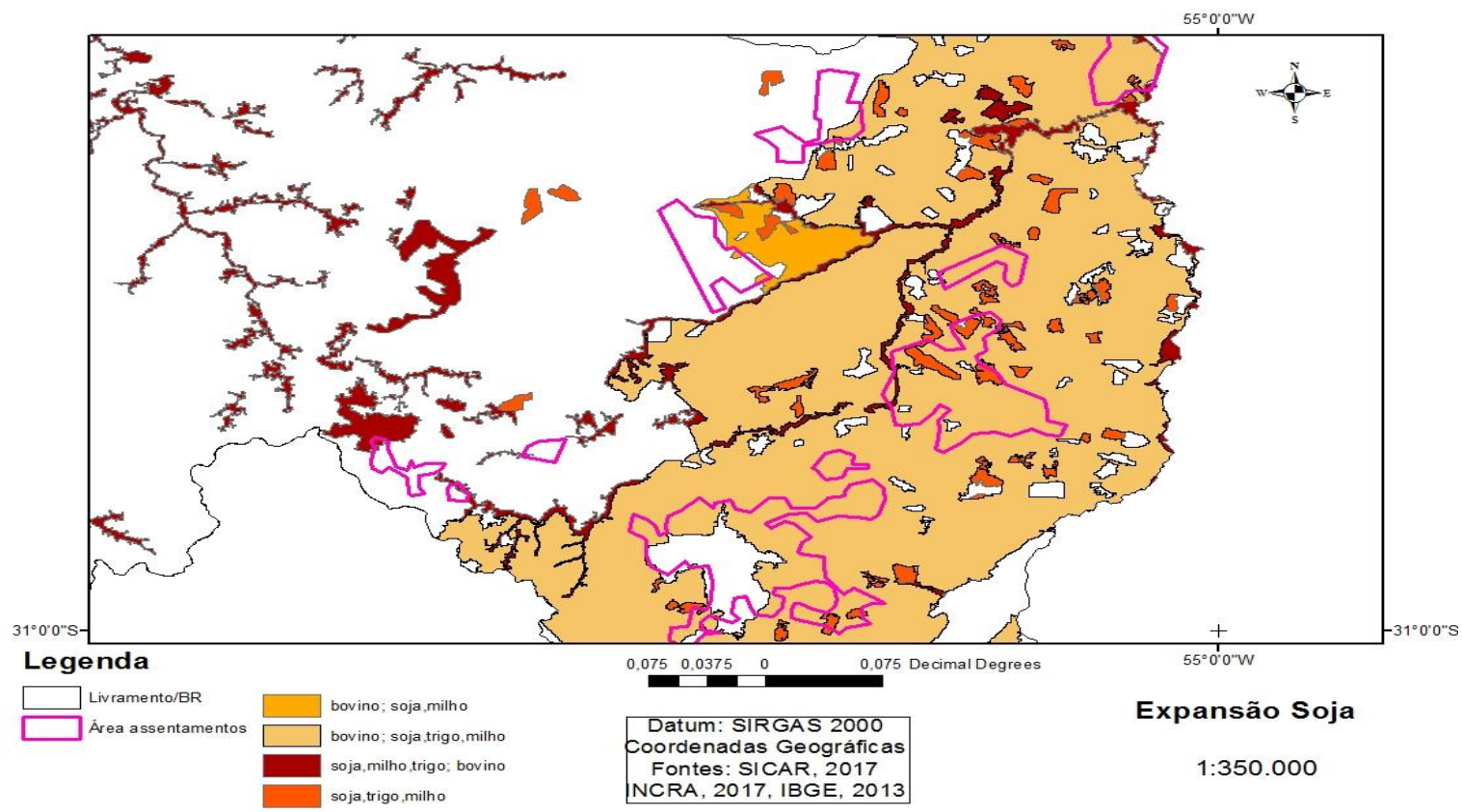
5.2.1 Soja

A soja aparece consorciada com o cultivo de arroz, perdendo espaço para esta em razão da rentabilidade. Todavia, essa nova espacialização da soja advém do agronegócio que tem origem no território da fronteira no início da década 90, a partir da reinvenção do produtor rural diferenciado, denominado “agropecuarista”. O agropecuarista, ou seja, aquele que consorcia atividades agrícolas com pecuária realiza constantes inversões tecnológicas sobre a terra para garantir a produtividade, complementa sua produção pecuária com diversos cultivos agrícolas (arroz, cereais, oleaginosas, silvicultura).

Verdum (2017) observa que a soja se inseriu no Pampa do RS nos anos de 1970, através dos arrendamentos que os pecuaristas realizavam com produtores/agricultores da região norte do estado. As terras arrendadas eram provenientes de solos arenosos, de baixa produção para a pecuária e que se manejadas para tal fim aumentariam processos de degradação e arenização.

Entretanto, as entrevistas revelam a inserção da soja no território da fronteira trazida também pelos assentamentos, tal observação também se confirma com os dados de uso da terra do IBGE de 2013, conforme se verifica na Figura 21.

Figura 14 Expansão da soja nos assentamentos em Livramento/BR



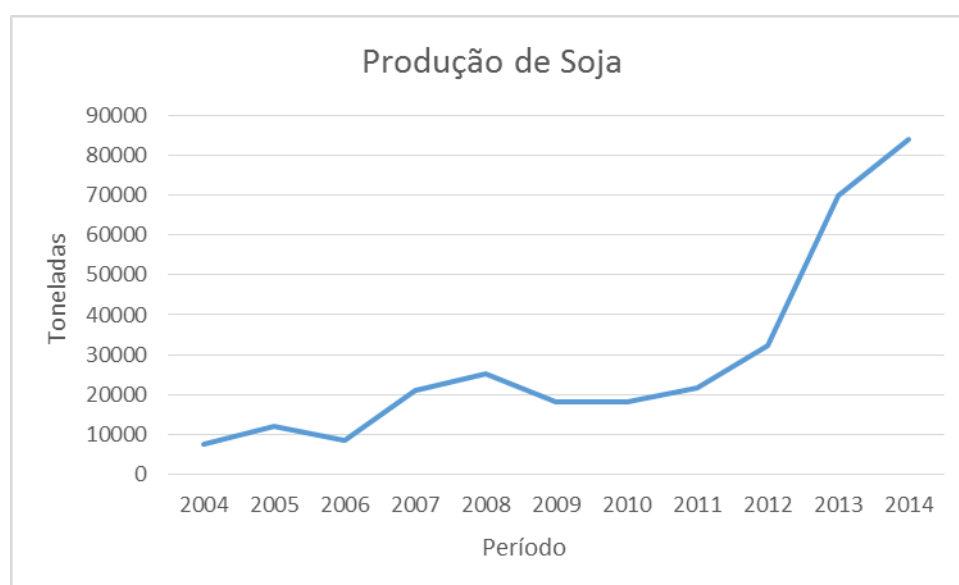
Fonte: Elaboração do autor, 2017

A soja foi introduzida no município através de um processo de territorialização da agricultura familiar com o processo de assentamentos rurais, os agricultores de outra região do Estado do RS, o qual os dados secundários indicam ser, os sujeitos oriundos do Norte do Estado RS, são responsáveis pela reorganização do processo produtivo, inserindo a cadeia leiteira e de soja (CHELLOTTI e PESSOA, 2006).

Esse processo de territorialização da agricultura familiar no Pampa, teve início com o governo Olívio Dutra no RS, na década de 90, o qual insere-se uma política de questão agrária visando superar a crise socioeconômica da pecuária de corte e da lavoura de arroz irrigado (CHELLOTTI e PESSOA, 2006).

Atualmente se observa um aumento na produção de soja no município de Sant'Anna do Livramento (Figura 15), através de dados do IBGE (2014) visualiza-se um aumento na área plantada no município de Sant'Ana do Livramento, no ano de 2004, segundo dados da produção agrícola municipal, equivalia a 4.700 ha, já em 2013 se apresenta um total de área plantada de 29.100 ha. Já a área de cultivo de arroz houve uma diminuição, em 2004 a área plantada era de 11.400 ha em 2013 apresentava-se uma área plantada de 8.627 ha.

Figura 15-Gráfico referente a produção de soja no município de Sant'Ana do Livramento



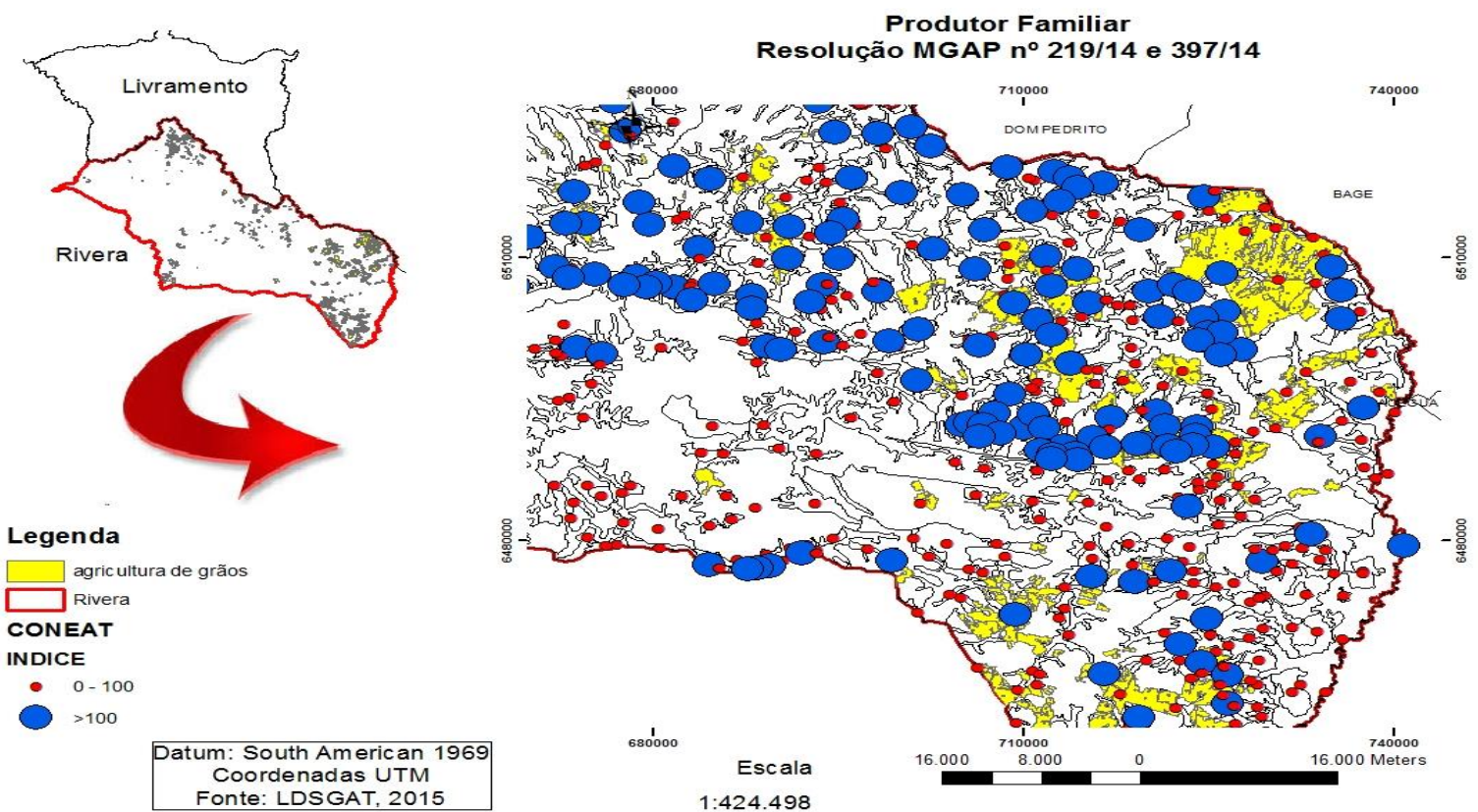
Fonte- IBGE,2013

Trabalhos da Embrapa também comprovam a expansão da soja no Sul do Brasil, principalmente na região do Pampa, mas ao contrário desta tese que se preocupa em registrar as implicações da expansão da soja, a EMBRAPA destaca a necessidade de formulação de políticas públicas, pois para esta linha de pesquisa “conhecer a direção da expansão da soja permite prever linhas de crédito e estruturas de armazenamento e logística de escoamento da produção”

Observou-se também um aumento na área de plantio de soja principalmente na zona de Vichadero. Não existem dados específicos do plantio de soja no Departamento de Rivera e sim uma estimativa que varia entre 15.000 a 20.000 hectares de área plantada de soja. De acordo com os informantes qualificados o capital investido no cultivo de soja está associado ao capital Argentino. Vale também destacar a proximidade entre a localidade de Vichadero/UY e o Município de Bagé no Brasil, onde ocorre um aumento significativo no plantio de soja. A área de produção de grãos pode ser identificada no mapeamento da área de grãos em Rivera, conforme Figura 16.

Os documentos consultados, bem como os relatos dos depoentes evidenciam o aumento da área de soja, é consequência a rotação de cultivos adotada pelos produtores, pois os mesmos optam pelo plantio da soja para fazer a rotação de cultivos nas lavouras de arroz. Com o passar das safras os produtores acabam sempre aumentando a área de plantio de soja devido a rentabilidade, o preço da soja e, além do mais, destacam que a rotatividade ajuda a limpar a terra, cabendo destacar ainda os recentes incentivos por parte do poder público, agentes econômicos, bem como das Universidades no sentido de fomentar a integração lavoura-pecuária, como uma alternativa para a diminuição de externalidades, principalmente decorrente de insumos, assim como aspectos de natureza agroecológica, diversificando o sistema produtivo.

Figura 16- Espacialização da agricultura de grãos, incluindo a soja em Rivera/UY.



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Ao se relatar a integração lavoura pecuária (ILP) temos a consolidação de duas atividades onde ocorre beneficiação mútua, proporcionando renda e melhoria da qualidade do solo, segundo Cordeiro et al. (2015), a ILP constitui-se de pastagens anuais de inverno para produção de carne e/ou leite entre abril e setembro, constituídas principalmente por aveia - preta (*Avena strigosa*) e azevém (*Lolium multiflorum*) em consórcio, seguidas do cultivo em sucessão de cultivos graníferos de verão, como a soja (*Glycine max*), o milho (*Zea mays*), o arroz (*Oryza sativa*) e o feijão (*Phaseolus vulgaris*).

O sistema ILP é apresentado tanto em pequenas propriedades quanto em grandes, são utilizados pelos produtores/agricultores que priorizam a otimização do uso dos recursos: terra, mão de obra, máquinas e insumos, almejando maior rentabilidade por área e por tempo. Podemos ponderar que estes são os produtores que já modificaram a sua racionalidade e suas formas de produção, com a modernização e avanços de tecnologias na pecuária reduz-se a idade de abate dos animais sobrando espaço físico para início a outra produção, a soja traz benefícios fixando nitrogênio no solo, melhorando o desenvolvimento de pastagens plantadas em sucessão.

Também ficou evidenciado que as cooperativas presentes no espaço atribuem o papel de repasse de insumos ao agricultor; contratam a compra do grão com preço fixo antes do plantio, com volume para assegurar o pagamento dos insumos; estimulam o produtor a plantar a soja com a tecnologia indicada; contratam antecipadamente a venda do grão com as agroindústrias com preço fixo e acompanham tecnicamente o plantio e às lavouras.

A cadeia da soja é sinônimo de crescimento econômico no território da fronteira Brasil/Uruguai e está presente na mídia, sendo divulgada pelos sindicatos, e pelos representantes políticos. Estas instituições defendem e apresentam o Pampa como um espaço propício a integração lavoura pecuária e uma Fronteira Agrícola a ser desbravada¹³. Tal expressão foi divulgada no 3º Simpósio Produção de Soja na Região da Campanha, que aconteceu entre os dias 04 e 06 de julho/2016, na sede da Associação Rural de Bagé.

¹³ O termo fronteira agrícola a ser desbravada segue a concepção de frente pioneira, já apresentada no capítulo de contextualização histórica espacial, item 3.2. Tal concepção visualiza a fronteira como um local de expansão somente embasada em questões econômicas, na qual uma situação espacial e social consolidada induz à modernização para maior capitalização, ocasionando à formulação de novas concepções de vida, provocando uma mudança social e cada vez mais a exclusão de agricultores familiares e povos tradicionais, estes últimos responsáveis pela frente de expansão sobreposta pela pioneira.

Ao serem questionados os informantes qualificados sobre a expressão “Fronteira Agrícola a ser desbravada”, constatou-se uma preocupação com essa afirmação, principalmente por parte dos agricultores familiares e pecuaristas, integrados a cadeia leiteira e oriundos de assentamentos que se mostram contrários. Estes, defendem o Pampa como uma área a ser conservada e protegida e ressaltam a existência de um sistema produtivo já instalado, a pecuária: com produção de ovinos e bovinos. Destaque se dá a fala de um dos informantes: “ Uma ofensa à população local que desenvolve agricultura e pecuária na região há alguns séculos...um termo pejorativo para justificar ações abusivas destrutivas em nome do desenvolvimento”.

Nesse sentido, evidenciamos um conflito, ainda que não tão explícito entre diferentes tipos de produtores, visto que aqueles vinculados a produção leiteira, assim como segmentos que se ocupam da hortifruticultura, identificam negativamente a inserção da soja, ainda que combinada com a pecuária, na região.

5.2.2 Silvicultura

A cadeia da silvicultura tem início a partir do incentivo de políticas neoliberais do governo Uruguaio, através de subsídios para empresas nacionais e internacionais investirem no País. Além das políticas de neoliberalismo e incentivos econômicos para a vinda de empresas transnacionais da cadeia florestal para o Departamento de Rivera, os aspectos biofísicos da região, o bom índice de pluviometria, territórios rurais com baixa densidade populacional, solos aptos ao plantio e a instalação dos mesmos em áreas de campo sem recorrer ao “desmatamento” também influenciaram.

Mas, segundo Gautreau (2014), não seriam somente as condições biofísicas a atraírem as empresas para o Pampa, e sim a oportunidade de terras disponíveis em áreas de baixos índices de conflito social. ¹⁴Entende-se como se não houvesse grandes conflitos instaurados para implantação de grandes áreas de plantio, visto a já existência de grandes latifúndios,

¹⁴ Em que pese a referência do autor da reduzida conflitualidade social destacamos um conjunto de estudos, cujo marco cronológico inicial foram as demandas de reforma agrária lideradas por José Gervásio Artigas que sinalizam conflitos fundiários na fronteira Brasil/Uruguai desde o início do século XIX. Ademais referimos também os constantes tensionamentos na região da Campanha Sul Riograndense, área esta historicamente identificada com o latifúndio, resultando a constituição de processos desapropriatórios para fim de assentamentos da reforma agrária na região.

porque tal característica já é considerado um fator histórico e que culturalmente foi aceito. Entretanto, entendemos que o espaço sempre compreendeu lutas de classe e disputas por terra, e território, mas realmente não foi palco de grandes batalhas e disputas. Mesmo diante destes argumentos referimos a partir da pesquisa de campo, que o principal fator decisivo para a instalação das transnacionais na região platina como um todo, resultou do baixo preço da terra desde o início dos anos noventa até princípios do século XXI.

As visitas de campo possibilitaram uma visão geral da realidade da dinâmica agrária na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, confirmando o diagnóstico inicial realizado junto aos informantes, o trinômio pecuária, soja e silvicultura. A pecuária, o sistema produtivo de maior representatividade histórica, está visivelmente cercada pela soja e pela silvicultura. Salvo algumas áreas de plantio de melancia (Figura 17), prática ainda cultivada no Departamento de Rivera a qual representa um total de aproximadamente 7% de produtores cadastrados no Departamento como familiares.

Importante destacar que a localidade de Tranqueras em Rivera, é reconhecida pela tradicional “Fiesta de la Sandya e la Forestación”. A festa teve início em 1992 promovida pelo Rotary Club local, nas duas primeiras edições da festa que ocorre anualmente, o tema da festa era a melancia, mas com a inserção da silvicultura no espaço, a característica e identidade da localidade se modificou. Anterior a chegada da silvicultura a região se dedicava principalmente ao cultivo da melancia e a pecuária, integrada basicamente por agricultores familiares medianos e pequenos.

Figura 17- Paisagem identificando a presença da pecuária, silvicultura e agricultura familiar em Rivera/UY



Fonte: dados de campo, 2016.

Os solos arenosos característicos da região são propícios ao plantio da melancia e também ao cultivo florestal, entretanto hoje, a instalação da silvicultura compete com áreas de plantio e impacta as já existentes. O impacto direto na água superficial disponível afeta os produtores familiares, existem relatos de poços de 20 metros que secaram e que se faz necessário a perfuração de poços mais fundos o que encarece a produção.

O plantio de melancia requer muita água para o cultivo, o que atualmente é um recurso que está sendo diretamente afetado pela produção silvícola, quer seja pelo uso de agrotóxicos, ou pela quantidade de pólen dos Pinus dispersada pelo vento chegando até os cursos d'água, poluindo e até matando a fauna aquática.

Os produtores de melancia atualmente adotam técnicas de mini estufas protegendo as mudas, mantendo as mesmas com condições favoráveis de umidade e temperatura, as plantas ficam no mínimo 30 dias nas estufas para o enraizamento e amadurecimento. A produção pode ser visualizada na figura 18.

Figura 18- Plantio de melancias por agricultores familiares em Tranqueras.



Fonte: Dados de campo, 2016.

Nas entrevistas foi possível constatar que a maioria dos informantes destacam a transformação no espaço da fronteira a partir da Lei Florestal em 1987. Ou seja, nas últimas duas décadas já haviam ocorrido incentivos para o plantio de espécies florestais no final da década de 70. No entanto, as transformações se intensificaram a partir da década de 90 em Rivera e se concentram na produção florestal com os incentivos, subsídios e a determinação de áreas de prioridade florestal.

Áreas historicamente ocupadas pela pecuária de corte, basicamente para a carne e lã, foram gradativamente destinadas a áreas de silvicultura (Figura 19), diminuindo assim as áreas de campo nativo junto ao Departamento de Rivera segundo o censo de 2011 Rivera apresenta um total de 546.352 ha de campo nativo (INE, 2011).

Figura 19- Imagem característica do espaço em estudo



Fonte: Dados de campo, 2016

Figura 20- Paisagem característica na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, pecuária e silvicultura dividindo território



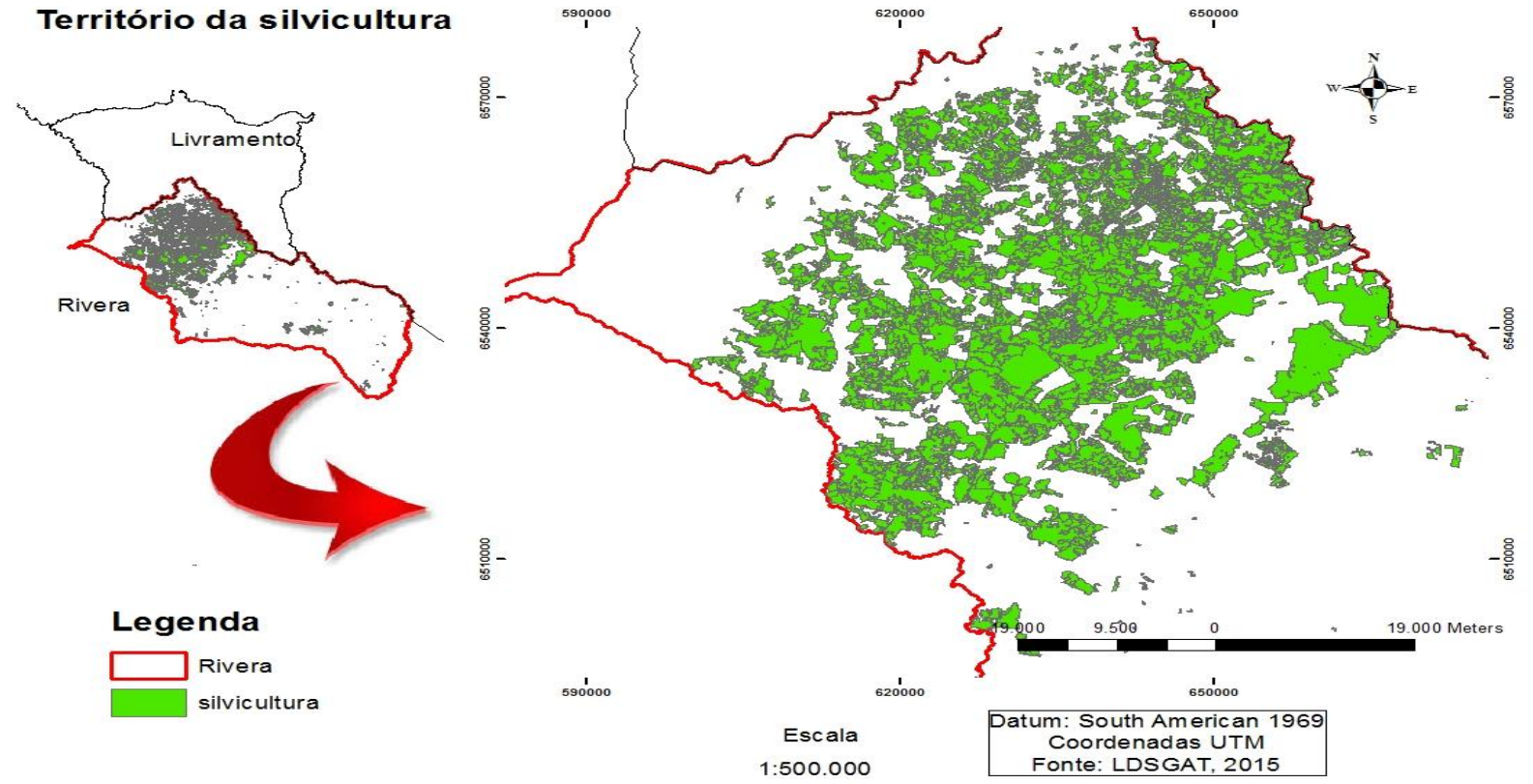
Fonte: Dados de campo, 2016

Assim como observado nas imagens podemos constatar a silvicultura em espaços de conflito/ disputa com a agricultura familiar principalmente pela perda de áreas para atividade pastoril. Da mesma forma que a sojicultura, a silvicultura é um monocultivo que produz impacto tanto ambiental quanto social.

Em Rivera se concentra extensas áreas de latifúndios florestais em posse de empresas internacionais, plantios de *Eucalyptus sp* e *Pinus sp*, geneticamente modificados, com uso constante de herbicidas e maquinários que impactam o ecossistema natural, afetando diretamente o solo e os recursos hídricos. Com a inserção da silvicultura os pecuaristas procuram novas formas de acessar áreas de campo principalmente nas áreas das empresas florestais entre os talhões florestais e nos corredores.

A espacialização da silvicultura em Rivera em conflito com o território da agricultura familiar pode ser observada na figura 21.

Figura 21- Espacialização do território da silvicultura Rivera/UY



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

O Grupo Guayubira, uma ONG Uruguaia, que agrupa pessoas e organizações preocupadas com a conservação do ecossistema do Pampa, atua ativamente no país apontando os impactos socioeconômicos e ambientais do modelo de desenvolvimento florestal. Todo discurso de qualquer modelo de desenvolvimento embasado no monocultivo e na instalação de indústrias, é acompanhado da afirmação de geração de emprego e renda local e regional. Mas, segundo esta ONG, e as observações da pesquisadora, as empresas florestais instaladas na região contratam pouca mão de obra, salvo alguns técnicos, capatazes, diretores e secretários, na maioria dos casos subcontratam trabalhadores eventuais, os chamados peões. As formas de contrato terceirizados também impossibilitam que estes trabalhadores se organizem em sindicatos, e reivindiquem condições de trabalho e salários.

5.2.3 Outros (pecuária familiar, ovinos, leite, horticultura...)

Tendo em vista que o principal sistema produtivo do território é a pecuária, os maiores representativos da agricultura familiar, são, portanto, os pecuaristas familiares presentes tanto no Uruguai como Rivera. Sujeitos estes que frente a expansão das cadeias produtivas soja e florestação, perdem espaço de campo nativo para a sua reprodução familiar.

A denominação “pecuarista familiar” surgiu através de estudos da EMATER e da Embrapa no RS, foi inicialmente concebida por Ribeiro, no ano de 2003, na qual o autor define como pecuarista um determinado ator social que apresenta lógicas e estratégias próprias da produção familiar e tem como atividade principal na propriedade a pecuária bovina e ovina, apresentando o gado de corte como mercadoria de reserva (efetuando a venda somente quando necessário).

Segundo a EMATER-RS /ASCAR (2003) o pecuarista familiar é um agricultor familiar oriundo das condições históricas de luta e adaptação ao meio. Este sujeito, considerado o gaúcho do Pampa, é fruto da mentalidade das grandes estâncias, da família como unidade de defesa da terra, com o passar do tempo ele foi diminuindo a área de sua propriedade em divisão por heranças, empobreceu em renda e patrimônio, dispensou a mão-de-obra contratada e adaptou-se em gastos e consumo e buscou novas fontes de renda para permanecer na atividade.

No Brasil são considerados pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições: tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte; utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano; detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a 300 hectares; tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e obtenham no mínimo 70% da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BRASIL, 2011; EMATER, 2014).

Entendemos nesta pesquisa o pecuarista familiar, como o sujeito que apresenta lógicas e estratégias próprias da produção familiar e tem como atividade principal na propriedade a pecuária bovina e/ou ovina prioritariamente. Este sujeito encara a pecuária como um modo de vida e não como um ofício, uma atividade de trabalho. Sendo assim, a definição da terminologia pecuarista familiar se define pelo trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada ou não e possuir residência na unidade de exploração ou a uma distância próxima.

Aos pecuaristas familiares, que ainda resistem na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, especificamente no Departamento de Rivera, só lhes resta destinar seu gado para as áreas de plantio florestal, junto as empresas florestais para colocar o gado a pastejar nas áreas de florestamento através de arrendamentos com as mesmas. Talvez resulte desta questão a ausência de referência expressa acerca da espacialização da pecuária em Rivera conforme verificamos ao analisar os dados disponíveis pelo MGAP.

No que se refere à silvicultura os entrevistados apontam que áreas rurais foram vendidas para empresas de capital externo. Este fenômeno impulsionou o processo de estrangeirização da terra. E aos pecuaristas restou comprar terras de menor valor e citam como exemplo o Departamento de Artigas, que por serem terras de basalto possuem maior extensão de área o que propicia o desenvolvimento da atividade pecuarista.

Quando questionados sobre a intensificação de determinados sistemas produtivos e o desaparecimento de outros, os entrevistados relatam que a pecuária de corte ainda é a atividade que caracteriza a fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, a produção se mantém.

Segundo a fala de um dos entrevistados “o negócio mudou de mão, são outros titulares das terras, os produtores se definem não mais como produtores e sim como empresários”.

Em relação ainda a pecuária de corte, a fala do técnico entrevistado destaca que: “o valor da terra é muito alto, tanto no Brasil como no Uruguai, antigamente não era atraente aumentar a produtividade ou fazer um investimento quando a terra valia tão pouco, e hoje não, a terra vale dez vezes mais do que valia, então, o que acontece é que muitos desses produtores fazem investimentos fronteira adentro e não a fora. É muito difícil crescer porque o valor do arrendamento não está de acordo à produtividade”. Para muitos agricultores o valor do arrendamento para o cultivo de soja paga mais que a produção agrícola.

Através das entrevistas observamos que existem casos de assentados que não praticam nenhuma atividade agrícola, apenas vivem da renda do arrendamento para plantio de soja. Um dos informantes qualificados apontou que arrenda 100 ha em áreas de assentamento e que em muitas destas propriedades faz o plantio em toda extensão da área, prática que impede que o proprietário ou o responsável pelo lote exerça alguma outra atividade, fazendo com que sua renda seja oriunda somente do arrendamento. Este arrendamento é pago com sacas de soja, a qual o arrendatário recebe o valor referente ao arrendamento, equivalente a 10 sacas de soja por ha, diretamente das cooperativas de soja que atuam na região. A gravidade da situação informada dificultou com que a autora obtivesse maiores detalhes a cerca desta prática.

E ressalta ainda que prefere o arrendamento nas terras de assentamentos, pois não é necessário a existência de um contrato formal para tal atividade, são os chamados “contratos de boca”, contratos informais diretamente com o proprietário da unidade de produção

Informantes qualificados também ponderaram sobre uma nova racionalidade do produtor, em que cada vez mais se denominam empresários, e assim modificam sua racionalidade, acabam por contratar mão de obra especializada para atuar na produção, sempre visando ampliar a rentabilidade e a produtividade. Sobretudo se aumenta as áreas de plantio de campo melhorado, introduzindo espécies exóticas e com isso alteram a biodiversidade local. Tal informação é comprovada com os dados do Censo Agropecuário do Uruguai que apresenta um aumento em pastagens artificiais, campos melhorados fertilizados. A introdução de cultivos forrageiros anuais, no ano de 2004 em Rivera apresentava uma área de 55.414 ha e em 2012 apresenta uma área total de 96.071 ha (DIEA, 2006).

Segundo os informantes qualificados no Departamento de Rivera ocorreu uma diminuição no número de produtores na pecuária de corte, e os que permanecem ativos adotam, em sua maioria, medidas de melhoramento tais como: manejo produtivo, melhoramento genético, inserção de pastagens exóticas, controle de pragas, distribuição de aguadas, instalação de cercas elétricas.

Alguns entrevistados também relataram a persistência de produtores na pecuária de corte pela tradição em manter a atividade e estarem voltados a vida campeira. Conforme palavras de um dos entrevistados “ao desaparecer os pequenos produtores desaparece a cadeia de produção”, e é através da resistência e das alterações em sua reprodução social que o mesmo se mantém ativo.

Na produção ovina também ocorreu à diminuição em números de cabeças. Tal informação vem ao encontro com a crise mundial na década de 90, a qual foi caracterizada pelos altos estoques australianos de lã, pela entrada dos sintéticos no mercado e pelo colapso da antiga União Soviética. A crise afetou o Uruguai e o Rio Grande do Sul reduzindo drasticamente a população ovina. O Rio Grande do Sul passou de 12 milhões de cabeças para pouco mais de três milhões de animais atualmente. Segundo os informantes qualificados a produção ovina já chegou a atingir 28 milhões de cabeças no Uruguai.

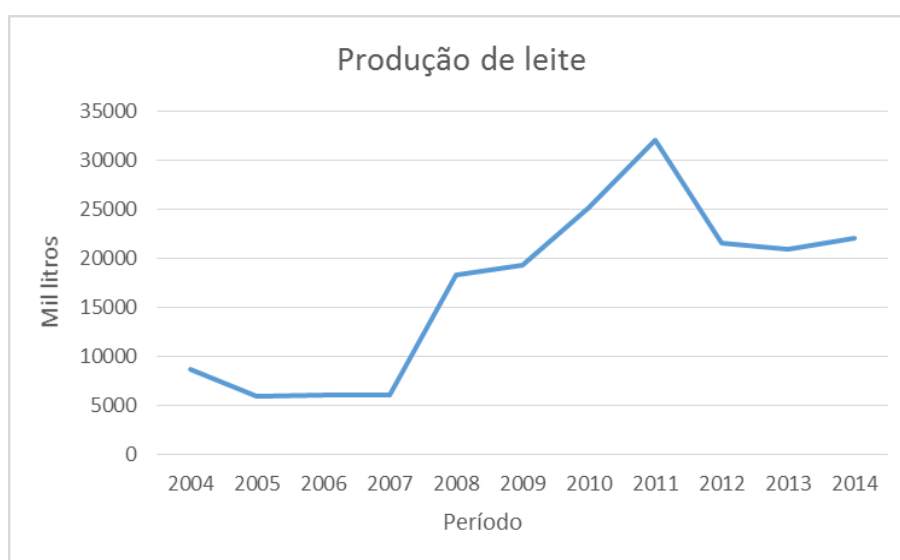
O Rio Grande do Sul e o Uruguai voltaram recentemente a intensificar a criação de raças laneiras. Esse fato é corroborado pela consulta de dados do censo agropecuário do Uruguai, onde se detecta a estabilização no número de cabeças de ovinos no Departamento de Rivera. No ano de 2005 havia 442.000 cabeças e no ano de 2012 o número de cabeças é de 342.000 (DIEA, 2013). Já em Sant’Ana do Livramento no ano de 2004 eram 587.387 cabeças de ovinos, em 2013 já são 608.753 cabeças de ovinos.

Ainda foi possível, através das entrevistas, observar estar ocorrendo um decréscimo no número de produtores de leite em Rivera. Anteriormente eram 150 produtores e atualmente o número se limita a 34 produtores no máximo. Estes que restaram são os grandes produtores, pois, os pequenos não conseguem mais se manter e venderam as propriedades.

Entretanto, a cadeia leiteira em Sant’Ana do Livramento se mantém ativa e teve início com a instalação dos assentamentos, na Figura 22 podemos observar a produção que possui uma estrutura apoiada no cooperativismo (COOPERFORTE-Cooperativa dos Assentados de Sant’Ana do Livramento e APPLESA -Associação dos Pequenos Produtores de Leite de

Sant'Ana do Livramento) e está sendo diretamente afetada pelos conflitos de disputa territorial, principalmente em relação a soja.

Figura 22- Produção do leite em Sant'Ana do Livramento



Fonte: IBGE,2013

No ano de 2009, a partir de avanços no diagnóstico da cadeia produtiva leiteira, incentivado pela Prefeitura Municipal, Banco do Brasil, EMATER/RS, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, COOPERFORTE, UNIPAMPA, organizou-se o seminário “Rumos da Bacia leiteira”, onde se reuniu vários produtores de leite, com a realização de palestras técnicas e apresentação dos resultados parciais da caracterização da bacia leiteira.

A partir desta data se consolida no município um Arranjo Produtivo Local do Leite (APL), onde as instituições que já atuavam no setor, permaneceram trabalhando, agora como Comitê Gestor, promovendo ações de gerenciamento da produção de leite; vacinação contra brucelose; acompanhamento a criação correta de terneiros; orientação a produção de leite de forma coletiva; melhoria da qualidade do leite; estimular a produção de leite a pasto; cursos de nutrição animal com ênfase em pastagens; e estabelecimento e manejo de forrageiras de verão para pastejo, corte ou ensilagem para a alimentação de vacas leiteiras.

Atualmente este Comitê Gestor é formado por 9 instituições: Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; EMATER/RS-ASCAR (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); COOPERFOTE (Cooperativa dos Assentados de Sant’Ana do Livramento), UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa), APPLESA (Associação dos Pequenos Produtores de Leite de Sant’Ana do Livramento), FEPAGRO (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária), Banco do Brasil, Núcleo Santanense de Criadores de Gado Leiteiro, COPTec (Cooperativa de técnicos agropecuários).

Estima-se que estejam ligados diretamente ao APL do Leite cerca de 600 produtores rurais, que juntamente com suas famílias, somam cerca de 3000 pessoas diretamente envolvidas com a produção diária de mais de 55 mil litros de leite por dia. Além destes pequenos empreendedores rurais, existe no município empreendimentos diretamente ligados a atividade, como Associações de produtores, Cooperativas, Indústria de beneficiamento de leite, além de fornecedores de insumos e equipamentos (Diário de campo, 2016).

Podemos descrever através dos informantes qualificados que à área orizícola no Departamento de Rivera, segundo uns dos técnicos entrevistados, consta de uma superfície mínima para a produção, com menos de 5.000 ha. Em Sant’Ana do Livramento, de acordo com dados do IBGE (2014) a área plantada de arroz em 2013 foi de 8.627 ha. Segundo ainda, o entrevistado essa diminuição na área plantada de arroz no Departamento de Rivera, ocorreu em decorrência da queda do preço em meados dos anos 2000, no qual muitos produtores abandonaram a atividade por problemas econômicos e financeiros.

Outro elemento determinante para a redução da área plantada é o aumento do preço do combustível, já que o sistema de irrigação utiliza óleo diesel no bombeamento da água. As que permanecem seguem sendo por gravidade. O entrevistado relata que existem de duas a três grandes áreas no Departamento de Rivera que seguem com as instalações de irrigação inoperantes o que afeta diretamente na área de produção da atividade orizícola, pois eram propriedades de grandes áreas com 1500 hectares em média. Segundo palavras do técnico: [...] “o problema do arroz é a rentabilidade... estamos em níveis de produtividade muito grande, entre a produção e a pesquisa não há brecha tecnológica. O mercado do arroz é muito pequeno no mundo e os custos da produção são muito altos”.

Um dos entrevistados aponta como a transformação na dinâmica produtiva se deu na titulação da propriedade. Em 2002, 2003 uma crise financeira fecha o sistema bancário

Uruguai provocando grande endividamento do setor agropecuário. Neste momento grandes empresas capitalistas conseguem acessar a propriedade da terra e são estas empresas que começam a desenvolver a agricultura de sequeiro basicamente a soja. “A soja em Rivera está na mão de menos de 10 produtores” (técnico entrevistado).

Os dados do IBGE (2006) apresentam uma área de silvicultura no município de Sant’Ana do Livramento de um total de 1.863 ha e sistemas agroflorestais 426 ha. Observa-se que a implantação da silvicultura no município de Sant’Ana do Livramento não foi possível por ser integrante de uma faixa de fronteira, o que impede pelas leis brasileiras a compra de terras por estrangeiros, impedindo assim a fixação de empresas neste local. Outro impedimento foi a classificação da FEPAM através da unidade de paisagem PC5 do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul que classifica áreas do município e restringe seu uso no qual objetiva manter as características da paisagem do Bioma Pampa associados às tradições culturais do gaúcho, garantir a conservação dos recursos hídricos e solo na região. Também a presença na área da APA do Ibirapuitã não admite plantações florestais, em atendimento ao ofício nº 010/2006/ADA/RS do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA (FEPAM, 2010).

Já os dados do Departamento de Rivera, destaca o Departamento como uma área de importância no polo florestal madeireiro e de maior em representação por extensão territorial no Uruguai, apresentando uma área plantada de 160.917 ha segundo dados Censo Agropecuário, conforme se observa na tabela 01 (DIEA, 2013).

O departamento de Rivera se conceitua como um centro industrial, madeireiro florestal com empresas como UROFOR e FYMNSA e com áreas florestais de COFUSA (UROFOR), FYMNSA e GMO. As pequenas serrarias se abastecem dos pequenos produtores rurais e das madeiras descartadas pelas grandes empresas

5.3. TERRITORIALIZAÇÃO DE MONOCULTIVOS: SILVICULTURA E SOJA E SEUS CONFLITOS COM A AGRICULTURA FAMILIAR

Com base na análise de dados que subsidiou essa investigação, bem como nas informações dos depoentes, sobre a continuidade das transformações na dinâmica agrícola com a inserção da cadeia da soja e da silvicultura, as respostas são distintas. Um dos entrevistados acredita que a soja tende a diminuir em Rivera e se fixar em áreas do Brasil e do Paraguai devido às características ecossistêmicas dessa região. E em relação à silvicultura afirmam que a área de plantio já chegou ao máximo na região departamental de Rivera e que os investimentos devem ser em indústrias de beneficiamento da madeira, complexificando a cadeia produtiva.

Entretanto o uso do Sistema de Plantio Direto, correção do solo com calagem (redução PH com uso de calcário) e uso de sementes transgênicas (Soja RR) possibilitou o uso da soja em solos rasos e friáveis¹⁵, assim a técnica aliada a incentivos de crédito e inovações tecnológicas possibilitou a expansão do cultivo da soja.

Podemos identificar também a instalação do agronegócio e das grandes empresas no espaço em estudo, e que a agricultura na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY se consolida como uma atividade importante. Em relação a silvicultura podemos observar que as empresas transnacionais da indústria de madeira, ao se instalarem na região platina, optaram por um modelo de integração vertical, na qual se abastece a planta industrial com plantações próprias. Optaram por essa metodologia porque não existia um mercado local de pequenos e médios produtores de madeira que abastecessem as plantas celulósicas (GATREAU, 2014). Tal solução também proporcionou que as empresas não se sujeitassem a um mercado local de produção madeireira o que poderia facilitar uma oscilação nos preços de produção.

Tal medida facilitou o processo de concentração e estrangeirização da terra que resultaram em processos de êxodo e migração rural de produtores familiares ocasionando a concentração fundiária e alta valorização do preço da terra, resultado de arrendamentos e compras de grandes extensões de terra por governos e corporações para a produção de commodities. Este modelo de produção capitalista se expande a partir de conjunturas de

¹⁵ Caracterizado como um solo que se desfaz com leve pressão

mercados internacionais, favorece um processo de verticalização da produção restando ao campesino a subordinação ou o assalariamento parcial ao inserir-se nesta cadeia criando novas conflitualidades (FERNANDES, WELCH e GONCALVES, 2014).

No Uruguai o conflito gerado pela instalação de Fray Bentos reforçou a imagem do País como um lugar “sério” para os investimentos agrários, no sentido em que o governo foi o interlocutor central favorecendo a permanência e instalação do sistema madeireiro. O governo transpôs uma imagem de que o modelo de gestão florestal representava uma questão de soberania para o desenvolvimento e economia, na qual criticar a silvicultura correspondia a não ser solidário com o governo.

Nesse sentido, se estancou qualquer mobilidade contrária ao modelo de expansão florestal. Embora esse mesmo conflito, a instalação de Fray Bentos, tenha oportunizado as instituições acadêmicas e ambientalistas um recorrido em acidentes empresariais e contaminação provenientes da cadeia florestal e conseqüentemente a abertura para investigações de conhecimentos ecológicos referente a biodiversidade do campo e os efeitos socioeconômicos provenientes de mudanças na dinâmica agrária.

O fato é que as empresas transnacionais representantes da expansão silvícola se transformam em atores locais que competem pelo território, controlam e demandam novos processos econômicos sociais e políticos derivados das novas relações sociais, ainda que o Estado Uruguaio tenha interferido nas questões de ordem econômica que orientaram tal reconfiguração. A partir disso, podemos destacar ainda a intensificação da ciência, da técnica e do conhecimento, o aumento no número de escolas técnicas e universidades voltadas a gestão ambiental e ecológicas que futuramente reproduzam um discurso ambiental pró-setor madeireiro reportando uma natureza com imagem e semelhança do capital, onde observamos cada vez mais a inserção de transgênicos, nanotecnologia e agricultura de precisão na busca pela produtividade.

As empresas florestais acessam os governos e a política local investindo na denominada responsabilidade social, destinando parte dos recursos a serem recolhidos pelos cofres públicos às equipes esportivas locais, festas comunitárias, e apoiam com recursos as escolas por meio de doações de computadores e melhorias nas instalações, acabam por muitas vezes executando o papel do estado e aproximam-se das comunidades se transformando em atores, controlando e ocupando o território pelo poder, nesse sentido inegavelmente a

proposta de responsabilidade social implica na sensibilização/convencimento da adequação de suas atividades.

Os conflitos provenientes da silvicultura no território estudado são provenientes da territorialização, um processo que resulta na fragmentação da paisagem de um lado propriedades com plantações de árvores e de outro, propriedades com campo que ainda estão nas mãos dos pecuaristas.

A expansão silvícola se fez principalmente mediante a compra de terras, territorialização que está embasada em empreendimentos silvícolas independentes, não conectados a um projeto industrial com a qual só produzem madeira roliça que é vendida com relação a demanda do mercado internacional. Tal situação favorece a inserção de grupos de investimento visto que a madeira produzida é vendida sem processamento pela inexistência de indústrias junto aos plantios de *Eucalyptus sp* e *Pinus sp*, fato este uma promessa desde a implantação da Lei Florestal.

Neste sentido, identificamos o conflito através da utilização de um espaço por um determinado grupo, no qual o seu uso incide no uso dos demais grupos que compartilham este território alterando seu modo de vida (ZHOURI et al., 2005). Podemos apontar como consequência dos conflitos advindos da silvicultura: migrações de populações, redução da biodiversidade, êxodo rural, territórios marcados pelo baixo desenvolvimento econômico, promessas de geração de vagas de emprego, entre outros.

O Departamento de Rivera merece destaque como uma área de importância no polo florestal madeireiro e de maior em representação por extensão territorial no Uruguai, apresentando uma área plantada de 160.917 ha segundo dados Censo Agropecuário (DIEA, 2013). O departamento de Rivera se conceitua como um centro industrial, madeireiro florestal com áreas florestais de COFUSA (UROFOR), ¹⁶FYMNSA, Grupo GMO e Weyerhaeuser. As pequenas serrarias se abastecem dos pequenos produtores rurais e das madeiras descartadas pelas grandes empresas. Também se observa a presença da Weyerhaeuser através de uma planta de geração de energia a partir de produtos da biomassa.

¹⁶ URUFOR e COFUSA pertencem a um mesmo grupo econômico dedicado a industrialização e comercialização da madeira de *Ecucalyptus grandis*, reconhecida pela marca RED GRANDIS. A COFUSA é responsável pelos plantios florestais que abastecem de madeira a UROFOR que industrializa e vende no mercado internacional.

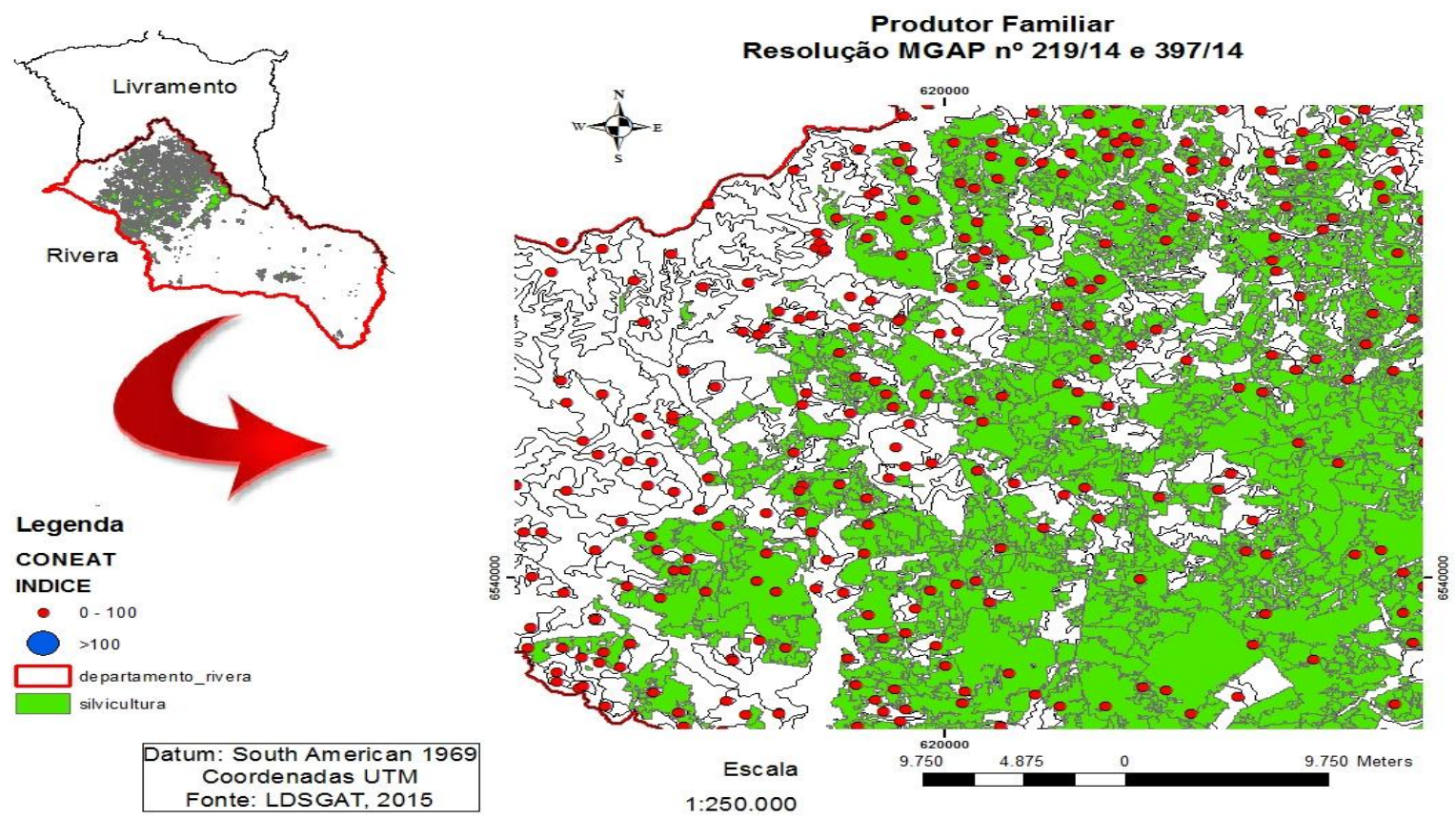
Pode-se perceber a influência de capital estrangeiro, o Uruguai se destaca como o segundo receptor de inversão estrangeira na América do Sul, representando 5% do PIB (URUGUAY XXI, 2014). Recebe investimento no Departamento de Rivera através do grupo GMO Renewable Resources, com sede em Boston o qual administra distintos tipos de fundos de investimento entre eles: concessões, fundos de pensão, fundos públicos, fundações e instituições culturais, assim como fundos de investimento em dívida e ações da empresa Weyerhaeuser, uma empresa americana que possui empreendimentos em nove países incluindo o Uruguai, desde plantios florestais a plantas de produção.

Já a URUFOR e COFUSA são duas empresas uruguaias pertencentes a um mesmo Grupo Econômico dedicado a produção florestal, industrialização e comercialização de madeira de *Eucalyptus grandis*, de alta qualidade no mercado internacional.

A cadeia florestal gera conflito com os produtores familiares tendo em vista que os mesmos competem para apropriação de um território, tendo maior destaque o alto preço da terra e a escassez da mesma, além disso, a competição por recursos humanos e as consequências ambientais que a silvicultura proporciona no solo, na disponibilidade de água e na fauna e flora local (FERNÁNDEZ e CARÁMBULA, 2012).

Em Rivera podemos observar a espacialização da área de silvicultura junto ao território da agricultura familiar, território já identificado na espacialização em referência ao índice CONEAT 100 e o índice de produtividade dos grupos de solo característicos do local, conforme se observa na Figura 23.

Figura 23- Espacialização da silvicultura junto ao território da agricultura familiar



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Tal espacialização só comprova que o território da agricultura familiar está em constante disputa. Os conflitos advindos da silvicultura podem ser descritos como a intensificação da concentração fundiária e incremento da exploração empresarial, a desestruturação das relações econômicas e sociais, tradicionalmente vigentes e a expansão de atividades, ocupações e modos de vida, predominantemente, urbanos (PEDREIRA, 2008).

Entre os impactos sociais de maior magnitude está a fragilização da cultura local, no desaparecimento da figura histórica dos peões da estância, e da cultura da lida campeira. Com a inserção da silvicultura se amplia os espaços vazios no campo, no sentido de não haver moradias, nem estâncias, nem pequenos povoados, nem trabalhadores do campo rurais, os que trabalham na florestação são peões e não peões de estância que possuem um ofício e prestígio distinto e cultural.

A cultura do campo está desaparecendo assim como os pecuaristas familiares e cultivos como da melancia e do fumo. O peão hoje que trabalha na cadeia florestal precisa somente saber plantar, podar e controlar formigas, um trabalho mecânico e com uso de agrotóxicos. Se promove um modelo de desenvolvimento insustentável, impacta a agricultura familiar na produção de alimentos do campo, na promoção da sua cultura já que são expulsos do campo.

Os impactos ambientais provenientes da silvicultura tais como a disponibilidade de água e a perda da biodiversidade são questões polêmicas e que já possuem estudos científicos acerca do tema, não se constituindo como uma suposição de pecuaristas que afirmam a seca de banhados e córregos, a diminuição de espécies da flora e fauna nativa e o aparecimento de espécies predadoras. As entrevistas com os informantes qualificados também descreveram este quadro de redução dos recursos hídricos superficiais, de intensificação do processo de arenização (Figura 24, Figura 25 e Figura 26), e da diminuição quanti-qualitativa da biodiversidade, inclusive a observação de um dos entrevistados chama atenção quando ele relata que o controle de formigas nas plantações afeta também a cadeia alimentar dos tatus-mulitas. Segundo ele: “a fauna, é afetada pelo uso de agrotóxicos, perdizes, tatus-mulitas, lagartos, etc. tudo morreu com a aplicação de agrotóxicos, às vezes de ultraleve.”

Figura 24- Impactos da silvicultura como intensificação do processo de arenização



Fonte: Dados de campo, 2016.

Figura 25- Impactos da silvicultura como intensificação dos processos de arenização



Fonte: Dados de campo, 2016.

Figura 26- Impactos da silvicultura como intensificação do processo de arenização



Fonte: Dados de campo, 2016.

Cabe destacar que as imagens que identificam o processo de intensificação da arenização são de áreas distintas e feitas em períodos do ano diferentes. O uso intensivo dos solos com os plantios silvícolas promove a remoção da vegetação nativa e a retirada de nutrientes. Os solos ficam mais expostos à ação das chuvas, que auxiliam na sedimentação e movimentação dos sedimentos, ocasionando áreas de arenização como observadas nas imagens.

O consumo dos recursos hídricos pelos plantios florestais é maior que o das pradarias, além do que, as plantações silvícolas possuem maior taxa de crescimento, maior interceptação das precipitações, tendo em vista a folhagem densa, e maior capacidade de absorção de água pelas raízes, tais condições são favoráveis a uma modificação do ciclo hidrológico local.

O impacto da silvicultura sobre a biodiversidade pode ser observado pela perda de vegetação nativa (campos), fragmentação do ecossistema afetando a dinâmica de populações animais e vegetais e o aumento de espécies exóticas, como o javali que se esconde nos plantios florestais impedindo a sua caça e facilitando sua reprodução.

Em relação ao javali (*Sus scrofa*) os informantes qualificados destacam ser um problema frequente e que em localidades distantes dos plantios florestais, no município de Sant'Ana do Livramento, sofrem este impacto, local onde ocorre muito ataque aos ovinos, isso em áreas dentro da APA do Ibirapuitã. Segundo técnico entrevistado, o javali tornou-se um flagelo fora de controle e ameaça a sobrevivência de aves nativas comendo ninhadas de ovos da ema, da perdiz, do perdigão e do quero-quero. Exótico ao ambiente, também causa prejuízos ao devorar rebanhos de ovelhas e dizimar lavouras. A APA promove juntamente com o IBAMA e ICMBio caçadas ao javali para controle dos avanços das populações, técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) instalaram armadilhas de captura ao javali na Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã.

Os informantes qualificados fazem menção também ao polém dos pinheiros (*Pinus sp*) e que nos meses de julho, agosto e setembro, o polém avança sobre as casas, verifica-se nos móveis, nas bacias de água e também relatos de peixes mortos no com uma camada de pólen”, além de casos de conjuntivite e alergias.

Existe ainda o impacto decorrente do uso de fertilizantes e pesticidas e a predisposição a incêndios. Tais impactos podem ser controlados e minimizados por ações de manejo.

Com a introdução da silvicultura surgem novos conflitos que afetam diretamente a atividade da pecuária familiar, a redução da superfície pastoril potencialmente acessível, exige-se uma competência para os arrendamentos por parte dos produtores e se aumenta os custos, a insegurança e uma rigidez para o acesso à terra, antes muitas vezes feitas de forma informal. Nesse sentido, conforme destaca Gautreau (2014) o pecuarista perde liberdade de ações decisivas para sua economia doméstica.

A sustentabilidade da pecuária familiar depende de áreas de pastoreio junto a zona de atuação do pecuarista que muitas vezes está direcionada a área de sua propriedade e campos para arrendamento. Estas áreas de arrendamento com a introdução da silvicultura praticamente desapareceram, foram as áreas das estâncias que passaram as mãos das empresas madeireiras.

Os pecuaristas que ainda resistem, lhes restam destinar seus animais para as áreas de plantio florestal junto as empresas florestais através de arrendamentos com as mesmas. Arrendamentos estes, não são superiores a 12 meses compostos por diversas exigências por

parte da empresa florestal como o uso do jaleco fosforescente, uso de calçados fechados na área da empresa, cuidados com as porteiras, controle da capina e do fogo, entre outros.

Os produtores mantêm uma relação arriscada com as empresas e vivem em constante imprecisão quanto as terras destinadas a pastagem. Uma relação que concede as empresas florestais uma certificação ambiental de relação com a comunidade, mas que cobra um preço desta comunidade, que segundo os próprios entrevistados sobe ano após ano. Além do valor de arrendamento a empresa se beneficia do produtor para que o mesmo faça o controle e a prevenção dos incêndios, exige desse produtor o uso de EPI'S, e com a presença do gado controla e reduz as fontes de propagação do fogo.

A empresa florestal realiza um contrato registrado em cartório com o produtor no qual deixa claro que perdas ou danos aos animais de produção são de responsabilidade do arrendatário, assim como as medidas de prevenção à erosão e recuperação do solo, a qual a empresa florestal adota deverão ser cumpridas, sendo que o arrendatário deverá tomar medidas de manejo do solo e da água, caso seja de responsabilidade do arrendatário o uso indevido do solo, a empresa se isenta da responsabilidade do uso, manejo do solo e da água.

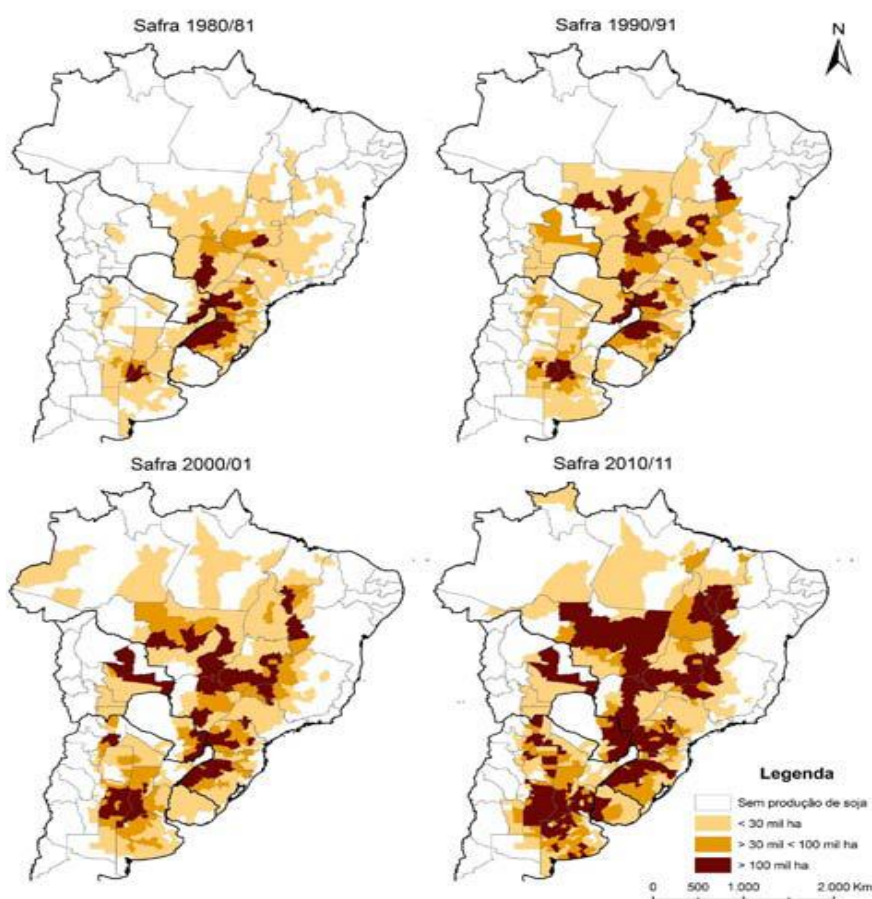
O arrendatário não pode modificar as cercas já instaladas na florestação, ficando responsável por recuperá-las caso algum animal modifique seu estado. A partir da efetivação do contrato o arrendatário pode utilizar as instalações florestais a qual está prevista no contrato, sendo de responsabilidade do arrendatário a sanidade, manejo, cuidado e vigilância dos animais que estão a pastorem na área florestal.

Em análise de um contrato florestal se verifica a responsabilidade da empresa em afirmar que o contrato tem uma base compromissada de desenvolver atividades num marco de sustentabilidade florestal, economicamente rentável, ambientalmente amigável e socialmente aceito. Todavia, de acordo com os informantes qualificados a forma como é realizado este contrato é injusta perante os produtores, que disputam as áreas melhores para pastoreio e ficam obrigados a cumprir termos da empresa sem nenhum retorno viável, os próprios arrendatários reclamam dos pastos serem “fracos”, e que a maioria dos pastos que tem acesso são provenientes de plantio de Pinus que dificulta o crescimento de uma vegetação palatável , e que campos com eucalipto são raros e difíceis de acessar.

Em relação a soja podemos apresentar que ao contrário da expansão da silvicultura, a soja, “sojização” , não foi planejada e planificada em áreas produtivas, e sim configura-se

como resultado do avanço do capital, impulsionado pelo mercado, principalmente na medida em que o Estado adota uma política neoliberal na qual se desaparece o controle do estado na economia, favorece-se a livre circulação de capitais internacionais com ênfase na globalização e se apresenta contrário ao protecionismo econômico. Podemos observar a expansão da soja através da Figura 27

Figura 27- Área cultivada com soja no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia



Fonte: Wesz Junior, 2015

Segundo WWF (2014) entre 1996 e 2004 ocorreu na América do Sul um aumento em 123% na produção de soja, tal panorama é resultado da demanda crescente da União Europeia e da China, e de um aumento do consumo da soja interno, através da produção de carne para consumo doméstico e para exportação.

A demanda da soja é influenciada diretamente sobre as tendências alimentares da população mundial, assim como a demanda por combustíveis, bem como instrumentos de mercado, compromissos corporativos, acordos, regulações e diretrizes relacionadas aos muitos usos da soja (WWF, 2014). Melgar (2009) já observava que o avanço da área cultivada com soja, na região da Argentina, responde a motivações e incentivos econômicos frente a políticas do setor e favorecidas pelo governo. O que não se diferencia da situação imposta no Brasil e na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, onde o avanço persistirá na medida em que prevaleçam condições econômicas favoráveis ao cultivo.

A soja é produzida para o mercado internacional por agricultores que variam desde os pequenos produtores até alguns dos maiores representantes do agronegócio mundial. A maior parte da soja é comprada dos produtores, sendo depois exportada por vários comerciantes internacionais, embora alguns produtores comecem a ser organizar em grupos para fazer uma exportação direta. Nesse sentido podemos apontar a organização em Cooperativas no município de Sant'Ana do Livramento: a COTRISOJA, a COTRIJUC e a COTRISEL juntas.

O controle da cadeia da soja está na mão de pequenas empresas de grande porte que são representantes das esmagadoras (de grão), as empresas que comercializam, os fabricantes de carne e laticínios, os varejistas e as empresas de catering (serviço de fornecimento de alimentos preparados). E é um pequeno grupo de empresas multinacionais que controla uma grande parte do esmagamento e do comércio da soja. Empresas como a Archer Daniels Midland (ADM) e a Bunge and Cargill, dos Estados Unidos, e a Louis Dreyfus Commodities, da Suíça.

Existe uma tendência de que plantar soja em terras que já foram convertidas para cultivo agrícola ou pastagem pode ser uma forma de reduzir o impacto sobre os ecossistemas naturais. Melgar (2009) analisando a inserção da cadeia de soja no Pampa afirma que existe uma superestimação da importância em área cultivada de soja em áreas de campo natural e que a mesma acontece em áreas onde se produzia carne e leite.

Em virtude de regulações de mercado, onde existe uma pressão ambiental, já se introduz um selo de qualificação denominado rótulo Amazon-free (sem Amazônia), que corresponde a uma declaração de que os produtos que eles compram são ambientalmente benignos. Tal selo está sendo utilizado para entrada de produtos principalmente no comércio

Europeu. Mas, mesmo a soja não sendo oriunda da Amazônia, ela impacta outros ecossistemas e principalmente a sobrevivência e permanência de agricultores familiares.

Assim como outros cultivos a soja, causa impactos negativos e que podem ser mitigáveis através de tecnologias, a principal preocupação no Pampa é referente aos solos presentes, campos de solos rasos pedregosos e com pouca profundidade o que dificulta a mecanização principalmente no manejo de solos exigindo então um manejo específico de controle de erosão evitando o esgotamento das reservas de fertilidade.

Melgar (2009) descreve que o cultivo da soja é condenado pelo uso de fertilizantes, e que outros cultivos também fazem uso desta tecnologia tendo em vista a rentabilidade na produção “Na agricultura, quando um nutriente baixa sua disponibilidade no solo abaixo de um limite, este é adicionado como fertilizante”. Os agricultores fazem uso de fertilizantes porque o resultado é satisfatório do ponto de vista econômico.

Para Nabinger et al.. (2009), o uso de herbicidas de alto impacto necessários para a produção da soja, como o glifosato, degrada o solo de maneira quase irreversível e elimina a biodiversidade, dificultando ao agricultor familiar o retorno a sua atividade original.

A questão não é uso de fertilizantes e sim a dependência de insumos e maquinários para a implantação da cadeia da soja. A soja impacta principalmente o acesso a áreas para novas pastagens, e além de absorver estas áreas de pastagens, exige também uma grande infraestrutura de apoio, inclusive conexões de transporte, moinhos para processamento e instalações para os trabalhadores. Tudo isso pode levar a mais perda de ecossistemas naturais.

A soja se caracteriza por um cultivo intensivo e tem uma demanda elevada de recursos: principalmente de energia, água, agrotóxicos e solo. Qualquer mudança na vegetação natural ou em terras de pastoreio transformando em plantações aumenta a erosão do solo e altera o ciclo hidrológico.

As entrevistas com os informantes qualificados em referência ao impacto da soja na água, fauna e flora local, 74% afirmam que este impacto existe e tem consciência deste fato 15,8% não quiseram responder ou não apresentavam opinião formada. Mas interessante o dado de que apenas 10% acreditam que a soja não tem impacto em sua propriedade.

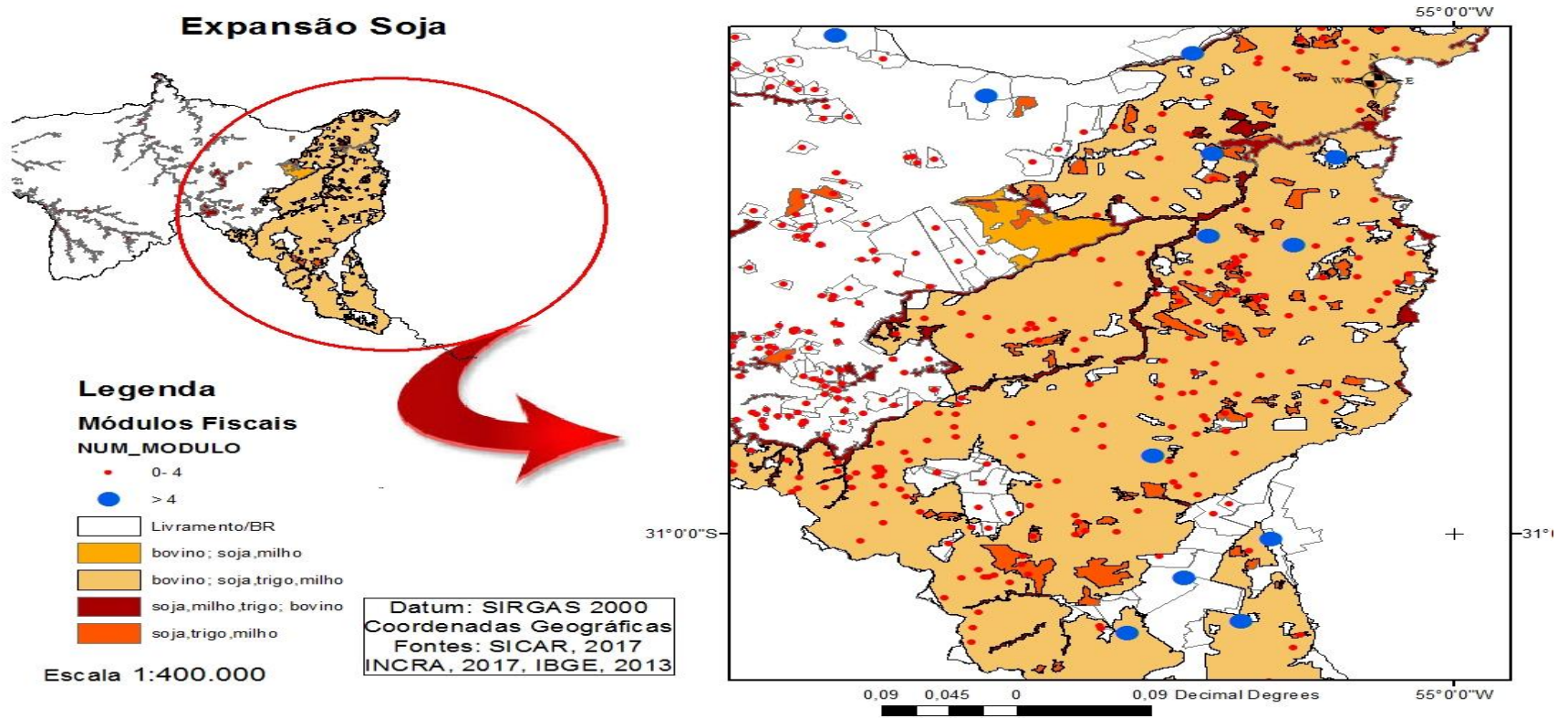
É fato que mudanças no sistema de produção provocam alterações sociais, a soja, segundo estudos da expansão da mesma na Amazônia, aponta a redução em indicadores de pobreza e aumento na renda média rural; mas, ao mesmo tempo houve aumento no nível de

desigualdade e continuou-se o processo de consolidação da propriedade de terra nas mãos de poucas pessoas (WEINHOLD et al., 2011 apud WWF, 2014).

Através das entrevistas com os informantes qualificados podemos identificar a existência de agricultores familiares na Biorregião do Pampa que realizam o plantio de soja e cedem as pressões de mercado, dos entrevistados, um pequeno número planta soja, contudo, possuem relação direta com a cadeia de soja, seja através de arrendamentos, ou terem recebido oferta para arrendar suas terras para o cultivo de soja, e a presença de familiares trabalhando na cadeia, seja na venda de insumos ou trabalhando diretamente no transporte.

Tal informação também pode ser observada através do cruzamento dos dados do tamanho da propriedade, dados estes oriundos do CAR (Cadastro Ambiental Rural, 2017) com os dados de uso da terra do ano de 2013, elaborado pelo IBGE. Figura 28.

Figura 28-Expansão da soja em Livramento/BR no território da agricultura familiar



Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Podemos através deste mapeamento visualizar a expansão da soja em território da agricultura familiar identificando uma similaridade com a região da Mata Atlântica onde se apresenta uma grande presença de agricultores familiares inseridos na cadeia de soja, muitos provenientes da época da Revolução Verde, do incentivo ao crédito para compra de maquinário. Na Biorregião do Pampa, a soja está sendo inserida também em áreas de grandes propriedades, de latifúndios, que já introduziam a lavoura de arroz e modificam o cultivo prevendo rentabilidade e também em áreas onde possam realizar o consórcio de lavoura-pecuária.

Barcellos et al. (2004) ao analisar os pecuaristas familiares, observa que para eles é muito difícil competir com a soja, ainda mais em solos de baixo potencial agrícola, o autor aponta que em 2004 um hectare de arrendamento de soja pagava 4 sacas o equivalente ao rendimento da cria necessária para cobrir essa oferta seria de 125 kg de terneiro/ha. Hoje o arrendamento da soja está pagando em média 10 sacas por hectare, segundo os informantes qualificados da pesquisa.

Os agricultores familiares que adotam a soja (Figura 29) como parte de seu sistema produtivo não abandonam as outras atividades, pecuária de corte e leite, segundo as informações coletadas os mesmos adotam a soja como fonte alternativa de crédito, através dela aportam recursos para compra de maquinários e mantêm a unidade familiar produtiva, sendo inegavelmente os mais capitalizados.

Figura 29- Plantio de soja em Sant'Ana do Livramento, ao fundo a cooperativa Agrosoja.



Uma síntese dos impactos da silvicultura e da sojicultura no território da agricultura familiar é observado na tabela 3 em consonância com os conflitos advindos dos monocultivos.

Tabela 5- Conflito e impactos dos monocultivos: soja e silvicultura

CONFLITO	EFEITO/IMPACTO
TERRA (ACESSO, VALOR)	COMPRA, ARRENDAMENTO, VENDA, ESTRANGEIRIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE TERRA, EXODO, MIGRAÇÃO RURAL, SECA, CHUVAS, DISPONIBILIDADE
ÁGUA (ALETURAÇÃO NO CICLO HIDROLÓGICO) SOLOS (USO)	CONTAMINAÇÃO, AGROTÓXICOS, PESTICIDAS, REDUÇÃO DA SUPERFÍCIE PASTORIL
BIODIVERSIDADE (FAUNA E FLORA)	PERDA DE VEGETAÇÃO NATIVA, FRAGMENTAÇÃO DO ECOSISTEMA, DIMINUI A INCIDÊNCIA DE ESPÉCIES NATIVAS (FAUNA E FLORA), INVASÃO DE EXÓTICAS, PRE DISPOSIÇÃO A INCÊNDIOS
SOCIAL	GERAÇÃO DE EMPREGOS, RENDA, EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE, TECNOLOGIAS, PLURIATIVIDADE, MULTIFUNCIONALIDADE

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Todavia, agricultores familiares que arrendam suas terras para o plantio da soja, também contribuem com o desenvolvimento desta cadeia frente a adoção de uma prática característica da pluriatividades, o arrendamento, uma fonte de renda não agrícola que corrobora para a prevenção do êxodo rural e facilita o processo de expansão de novos atores no Pampa.

Entretanto, a cadeia de soja oferece impacto sobre a mão-de-obra agrícola, embora as oportunidades de emprego sejam maiores no cultivo da soja, devido a extensão da cadeia, são menores que em locais onde a soja tomou o lugar de atividades agrícolas tradicionais (RATHMAN et al., 2012; GOLDFARB e ZOOMERS, 2013 apud WWF,2014).

O maior impacto do avanço das cadeias da soja e da silvicultura é a perda da biodiversidade, à medida que a Biorregião do Pampa modifica seu ecossistema interfere no equilíbrio e na balança dos serviços ambientais ecossistêmicos, modifica a qualidade da água, do solo, até a polinização e controle de pragas, ocasionando também mudanças climáticas (WWF, 2014).

5.4. TRANSFORMAÇÕES NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA FRONTEIRA LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJICULTORA E DA SILVICULTURA

Os dois municípios em estudo experimentaram significativos processos de transformação na dinâmica agrária pela inserção da silvicultura e da soja gerando conflitualidade na agricultura familiar. Esta seção tem como finalidade caracterizar as mudanças na reprodução social dos agricultores familiares, apresentando ainda experiências agroecológicas empreendidos pelos agricultores familiares na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY.

As relações sociais formadas a partir das intencionalidades do sujeito produzem o território. A intencionalidade é definida por Fernandes (2005b), inspirada em Lefebvre, como um modo de concepção que atores coletivos e sujeitos utilizam para se materializarem no espaço, constitui-se uma identidade uma visão de mundo, de ser e de existir.

Os agricultores familiares presentes no território da fronteira Livramento/BR e Rivera /UY modificam suas relações sociais a partir da dinâmica agrícola inserida no espaço. A cadeia da soja, e da silvicultura atribuem conflitos ao território da agricultura familiar e imprimem aos agricultores uma nova reorganização social. Frente a estes conflitos de disputa por território, o agricultor familiar modifica suas estratégias de reprodução social, consorciando suas atividades com as cadeias já territorializadas. As relações advindas desta transformação são diferentes em relação a cadeia de soja e a cadeia da silvicultura, gerando diversos comportamentos nos agricultores familiares.

A cadeia de soja imprime ao agricultor uma característica empresarial devido a própria dinâmica da cadeia produtiva, visto que se trata de um cultivo com baixa diferenciação do produto final, sendo fundamental o ganho de escala, a otimização da tecnologia e a negociação de grandes volumes para reduzir custos e ampliar a rentabilidade.

O desenvolvimento da ciência e a velocidade da informação foi e está sendo determinante para a expansão da soja no território da fronteira Brasil/Uruguai, em razão da rentabilidade e do uso de tecnologias tais como o plantio direto e o uso de sementes geneticamente modificadas, além da facilitação e flexibilização da comercialização em

decorrência de que a soja pode ser vendida antecipadamente em consonância com os preços do mercado e cotação internacional. A sojicultora permite que também se instalem no território novos atores e por isso, novas relações sociais são originadas. Em Sant'Ana do Livramento no final de dezembro de 2016 se instalou na região duas cooperativas COTRIJUC e COTRISEL, que atuam em conjunto, para o desenvolvimento da produção sojifera.

O surgimento das cooperativas se desenvolve para organizar o mercado da cadeia da soja permitindo que os agricultores acessem os tradings e conseqüentemente acessem o mercado externo, os mecanismos de fixação de preço e as tecnologias de ponta (ROBERTI, NETO e CORRÊA, 2014). As cooperativas atuam para diluição os riscos, oferecendo assistência técnica, venda de insumos com planos pós-safra.

O território também comporta a Cooperativa da Agrosoja e COOPERFORTE, na qual a primeira atua diretamente na cadeia de soja oferecendo insumos e apoio à comercialização e a COOPERFORTE (Cooperativa dos Assentados de Sant'Ana do Livramento) atuando na cadeia leiteira principalmente no recolhimento e na comercialização.

A COOPERFORTE está construindo desde 2016, uma fábrica de rações para atender a demanda da região fronteira oeste gaúcha e com as instalações pronta pretende processar, de início 4 mil sacas de ração por mês, ensacadas e a granel, produzida com itens orgânicos conforme a técnica entrevistada. A ração será composta por farelos derivados da soja, trigo, milho e do arroz, com fibras da cevada, aveia e sorgo, além de compostos minerais que irão compor o produto.

A Agrosoja iniciou seus serviços em Sant'Ana do Livramento no ano de 2005 e segundo os técnicos entrevistados atualmente a cooperativa encontra-se em ampliação, contando com uma filial na localidade de Coxilha Santo Ignácio e aumentando o seu parque operacional na sua sede, na localidade de Faxina, para receber e armazenar mais grãos. A cooperativa trabalha favorecendo a modernização constante dos seus equipamentos e a atualização de seus funcionários.

Entretanto quando questionados sobre a informação técnica a qual acessam, a resposta em 83% dos informantes qualificados e agricultores familiares de Sant'Ana do Livramento foi a COPTEC (Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos LTDA). A COPTEC, fundada em 1996, possui propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de

reforma agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul e atua no acompanhamento e na orientação técnica aos núcleos de famílias assentadas.

As unidades familiares presentes no Departamento de Rivera diversificam sua dinâmica produtiva, muito embora a grande maioria das unidades familiares ainda trabalhem com a pecuária extensiva, em decorrência da inserção da cadeia da silvicultura diversificam cada vez mais suas atividades para complementação de renda e apontam mudanças em seu comportamento para adaptação no meio social e econômico que se estabelece, seja vendendo sua força de trabalho para a produção silvícola ou arrendando áreas de florestamento das empresas para manter a prática da pecuária.

Já em Sant'Ana do Livramento observamos a inserção da cadeia da soja pressionando outros sistemas de produção, a cadeia é impulsionada por políticas e discursos governamentais favorecendo a adoção da integração lavoura pecuária. Entretanto assim como outros estudos já apontados, tais como Andrade et al. (2007), Arbeletche e Carballo (2006), identificamos que os pecuaristas familiares tradicionais observam e entendem a expansão da soja como uma ameaça ao ecossistema local e que ocasiona a sua exclusão num processo de desenvolvimento, embora autores como Arbeleche e Carballo (2006) identifiquem neste arranjo uma oportunidade para transformar e potencializar a cadeia pecuária que trabalha efetivamente com pecuária extensiva e campo nativo.

A diversidade na produção agrícola sempre foi uma estratégia adotada pelos agricultores familiares e atualmente está sendo ancorada no conceito de multifuncionalidade, conectadas numa visão sócio-política que defende que a atividade agrícola não se esgota na produção de alimentos e oferece a sociedade uma gama de bens tangíveis e intangíveis. Dentre a execução de atividades agrícolas e não agrícolas se apresenta a pluriatividade como uma forma de reprodução social aos agricultores familiares.

5.5. ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A pluriatividade manifesta-se de duas formas. Primeiro, através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais (junto ao setor silvícola no combate de formigas, no período de colheita...) até o emprego

temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.) e, segundo, através da combinação de atividades tipicamente urbanas com a gerência especificamente agropecuária (GRAZIANO da SILVA, 1996).

Conforme Del Grossi e Graziano da Silva (1998) o conceito de pluriatividade possibilita unir, em uma perspectiva analítica, as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, sejam elas internas ou externas ao estabelecimento agrícola familiar.

Na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY em estudo, a história de formação dos pecuaristas familiares está associada a venda de mão-de-obra, principalmente relacionada a atividades da lida campeira, como uma fonte de renda extra. Já em meados dos anos 70 se institui a prática de arrendamento para a inserção da agricultura, tal prática favorecia o aumento da renda e a utilização de terras impróprias para a pecuária.

Através da nova dinâmica agrária com a inserção da cadeia de soja e da silvicultura surgem novas relações sociais na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, favorecendo o surgimento da pluriatividade e da multifuncionalidade do espaço rural. Relações de arrendamento para o plantio de soja, arrendamento para áreas de pastoreio, venda da força de trabalho para as empresas florestais, tanto no plantio ou da colheita, oportunidades de rendas não agrícolas com trabalhos junto a empresas silvícolas, venda de insumos, maquinários, trabalhos nas cooperativas, trabalhos técnicos e especializados.

As entrevistas junto aos informantes qualificados identificaram que as unidades familiares presentes no Departamento de Rivera diversificam sua dinâmica produtiva, muito embora a grande maioria das unidades familiares ainda trabalhem com a pecuária extensiva como sua principal fonte de renda, em decorrência da inserção da cadeia da silvicultura diversificam cada vez mais suas atividades para complementação de renda: apicultura, venda de produtos coloniais, venda de hortifrutigranjeiros. Apontam mudanças em seu comportamento para adaptação no meio social e econômico que se estabelece, vendendo sua força de trabalho para a produção silvícola ou arrendando áreas de florestamento das empresas para manter a prática da pecuária por dificuldade de acesso a áreas de pastagem.

Portanto, se inserem na lógica produtivista para se manter na atualidade, diversificando a produção e utilizando de tecnologias, quando não possuem capital de giro oferecem sua força de trabalho como mão de obra (pluriatividade), o produtor familiar acaba

por se tornar um assalariado rural possivelmente em função dos câmbios tecnológicos os quais não alcança (PIÑEIRO, 2012).

As entrevistas realizadas junto aos agricultores familiares descreveram os impactos decorrentes da cadeia de soja e da silvicultura e as novas relações sociais frente a vulnerabilidade dos atores locais, tais como: multifuncionalidade, pluriatividade, investimentos em modelos agroecológicos de produção, empoderamento da mulher no campo, diversidade na produção agrícola, inversão em tecnologias.

A multifuncionalidade como estratégia de reprodução social pode ser observada no desenvolvimento ecoturístico que a localidade de Laureles ¹⁷adota de forma participativa, a Comunidade agrega novos valores neste espaço rural através de novos arranjos sociais, não necessariamente econômicos e agrícolas como, por exemplo, a qualidade de vida, segurança alimentar, a equidade social e à preservação ambiental, cultural e identitária.

A cultura predominante na localidade de Laureles está vinculada ao gaúcho, a fronteira com reflexos do norte do Uruguai e do sul do Brasil. Esta cultura não está associada somente com a atividade pecuária, mas com as festividades campeiras, gineteadas, contos na fogueira, assados na grelha, churrasco e o trato com os animais, especialmente o cavalo. Pela perspectiva socioambiental, o gaúcho relacionado com o ambiente campestre, sua história representa a biodiversidade, a introdução e solidificação da pecuária tradicional e extensiva. A localidade de Laureles por apresentar uma riqueza na biodiversidade proporciona um motivo para utilizar seus bens naturais de forma ambientalmente responsável e socialmente justa.

No contexto da multifuncionalidade entendemos que a inserção da atividade do ecoturismo pode ser um meio para o aumento da compreensão dos valores ambientais. Isto devido a mudança do modo como a natureza é vista pela sociedade. Mas para se alcançar um equilíbrio entre ser humano e natureza, é preciso verificar a sustentabilidade, a conservação e o fortalecimento da comunidade receptora de atuação do ecoturismo.

O apoio financeiro de PNUD/Uruguay e a assistência técnica da Regional Noreste del Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH), desde o ano de 2013 trabalha,

¹⁷ A comunidade de Laureles tem como referencial geográfico a Estación Laureles localizada em Latitude - 31.3833 e Longitude -55.8667. Compreende uma área de 62.500 ha no extremo norte do departamento de Tacuarembó e noroeste do departamento de Rivera. Conhecida como Quebradas del Norte ou Cuesta Basáltica se distingue por grande beleza cênica, de um sistema ambiental e geográfico único no Uruguai com mais de 8000 ha de bosques nativos. Devido as características físicas, geográficas que proporcionam a presença de vales escarpados, cascatas, cachoeiras, singular beleza e biodiversidade emerge o ecoturismo como agente potencializador de desenvolvimento e de conservação dos recursos naturais e culturais desta localidade única.

capacitando e organizando um projeto de desenvolvimento ecoturístico comunitário. Se constituiu o grupo de desenvolvimento “Quebradas de Laureles”, que integra pessoas de diversas localidades da bacia do arroio Laureles, pertencentes ao Departamento de Rivera e Tacuarembó. O grupo de desenvolvimento se apoia em uma visão na valorização de suas raízes, culturas e riquezas naturais e surgiu pela busca de alternativas para a reativação socioeconômica da localidade.

A agricultura familiar, para sobreviver neste modelo econômico excludente, na qual impera o capital, precisa se reinventar constantemente e se adaptar aos rearranjos espaciais. Neste contexto, as novas ocupações de trabalho no rural são estabelecidas e proporcionadas pelas construções sociais e relações sociais diversificadas favorecendo a formação de múltiplos territórios que re-significam o espaço atribuindo novos valores e novas formas de produção.

Waquil et al. (2016) destacam que valorizar o meio natural dos campos por um ponto de vista econômico e social e com minimização dos impactos ambientais é a forma correta de preservar o Pampa e que pode ser alcançado com atividades da pecuária familiar em pastagem nativa. A pecuária familiar apresenta em sua atividade uma forma de valorização dos campos naturais, além do que sua prática caracteriza a interação social e cultural do Pampa.

O desenvolvimento econômico prioritário do Pampa está fundamentado na bovinocultura/ovinocultura de corte extensivamente com estrutura fundiária de médias e grandes propriedades e se mantém predominantemente nesta lógica até hoje devido à racionalidade específica destes sujeitos que assegura um padrão de vida satisfatório e sem risco, embasadas nas características geográficas da região e na sua formação cultural (ROCHA, 2000).

Entretanto os pecuaristas familiares atualmente adotam estratégias que visam aumentar a produtividade, observando ainda que continuam a adotar a pecuária como poupança frente aos riscos climáticos. Entre as estratégias adotadas podemos descrever a terceirização de serviços, o arredamento de terras, a busca pela informação, utilizando tecnologias como a internet, televisão e rádio, obtendo informações de comercialização, nichos de mercado, melhora da qualidade do produto, inovações Técnicas e rentáveis.

Entre as estratégias adotadas podemos ainda observar a especialização técnica, a capacitação dos recursos humanos, filhos, empregados permanentes entre outros, para trabalharem no manejo, na gestão e com equipamentos modernos. Os agricultores familiares que permanecem estão se transformando em empresários, especializam-se em suas tarefas por meio de reorganização do trabalho na sua unidade de produção, os informantes qualificados já descrevem a incorporação de serviços num processo de terceirização de trabalho e mão de obra diminuindo custos.

Observamos também a presença da pluriatividade como estratégia de permanência no campo vinculadas a cadeia florestal e da soja. Na soja podemos perceber a utilização de serviços terceirizados que exigem a especialização técnica, o conhecimento, o que favorece a presença de um novo ator no território: o técnico que atua junto as cooperativas e oferece suporte técnico as unidades de produção. Conforme os informantes qualificados o acesso a informação técnica se faz através das cooperativas em aproximadamente 95% dos entrevistados de Sant'Ana do Livramento e em Rivera 50% dos entrevistados acessam os técnicos através da Sociedad de Fomento Rural de Rivera, e os demais contratam técnicos especializados, mas mantem-se informados sobre novas tecnologias e manejo, buscando informações na internet, televisão a cabo principalmente o acesso a canais brasileiros e programas como o Globo Rural.

Entretanto, a efetiva instalação da empresa de Silvicultura em Tranqueras, FYMNSA, possibilitou que muitos pecuaristas acessem a empresa para trabalhos efetivos, embora segundo os relatos 90% dos trabalhadores florestais atuam como peões com salários baixos e os trabalhadores industriais argumentam que há dez anos possuem o mesmo valor em salário em torno de U\$ 500,00. Dessa maneira se apresenta a pluriatividade como estratégia de sobrevivência, entretanto tal característica imprimiu especificamente a região de Tranqueras uma especificidade que colabora para o empoderamento da mulher no campo, já que o homem, geralmente o marido, chefe de família, se ausenta da unidade de produção para o trabalho e retorna somente a noite.

O empoderamento da mulher pode ser evidenciado em 70% dos informantes qualificados e representantes da agricultura familiar em Rivera. Destes casos identificamos a mulher de frente as atividades da propriedade, ela realiza a gestão, capacitação técnica, e possui conhecimento das políticas públicas, realiza as tarefas que antes eram do marido como

“tocar “ o rebanho, e acima de tudo passa a participar das tomadas de decisões dentro e fora da família, passando a transformar-se em agente transformador.

Segundo Sen (2004) o agente possui a capacidade de moldar seu destino e ajudar os outros segundo se apresenta as oportunidades sociais, nesse sentido observamos a mulher atuando na sua unidade de produção de maneira multifuncional, trabalha a pecuária de corte, a agroindustrialização através de seus produtos artesanais como queijo, salame, doces, compotas, trabalha com a produção de mel, a granja com venda de ovos e suínos e a horticultura (Figura 30 e Figura 31)

Figura 30- Produção de queijo artesanal em propriedade da agricultura familiar em Rivera



Fonte: Dados de campo, 2016.

Figura 31- Produção de suínos em propriedade da agricultura familiar em Rivera



Fonte: dados de campo, 2016

O autor ainda destaca que a mulher a partir do seu empoderamento influencia a tomada de decisões sociais dentro e fora da família, opina sobre temas como: alimentação, saúde, economia doméstica, atendendo todos os integrantes da família, crianças, jovens, idosos, adultos, homens e mulheres.

A mulher ao “assumir” o trabalho na propriedade também preserva os recursos naturais, vinculando-os a oportunidades econômicas em participações multidimensionais da agricultura. Através das entrevistas podemos identificar também além da autonomia das mulheres nos afazeres da unidade de produção, o bem-estar e a efetiva participação política e pública da mulher na sociedade.

A pluriatividade neste caso, ocasiona um rompimento na dominação pelo costume (Weber, 1991), legitimada pela crença na tradição vigente, que a mulher é o gênero frágil, submissa e ausente. A mulher ao trabalhar aspectos como a segurança alimentar, conservação de paisagens, agroecossistemas, a reprodução social das famílias rurais, reafirma seu papel na sociedade e fortalece a agricultura familiar.

Os informantes qualificados também permitiram identificar uma constante inversão em tecnologias por parte dos agricultores familiares, 100% dos entrevistados tiveram que se adaptar as condições físicas impostas pelas cadeias de valor: soja e silvicultura. Em relação a cadeia da silvicultura os agricultores familiares destacam que a maneira de produzir não é a mesma, como o gado geralmente é destinado a áreas de plantio das empresas florestais, mais cuidados tem que ter com o carrapato, as áreas de pastoreio são menores, existe menos oferta de forragem, e quando possuem áreas para pastagem próprias investem em piqueteamento e pastagens exóticas.

Através das entrevistas também foi observado pelos próprios produtores, que muitas áreas de mangueira construídas nas antigas propriedades após serem incorporadas pelos florestamentos foram destruídas o que dificulta o banho dos animais para combate ao carrapato, sendo que muitos têm que consorciar-se com vizinhos e levar o gado para banhar em mangueiras próximas, e que em alguns casos envolve cruzamento em rodovias e que pode vir a ocasionar perda de animais por atropelamento.

O INIA (Instituto Nacional de Investigación Agropecuária/ UY) desenvolveu uma tecnologia para o controle do carrapato e está sendo utilizada de forma experimental em algumas propriedades, a ideia é desenvolver uma tecnologia social de fácil incorporação pelos produtores e feita a base de arroz. Também ocorre o uso de homeopatia para controle do carrapato e da mastite.

As análises referentes as estratégias adotadas comprovam que para resistir as instabilidades do capital, o agricultor familiar se esforça em manter-se na terra e preservar o espaço de auto sustento guiado por uma racionalidade singular que gira em torno da terra, trabalho e capital. Este sujeito não visa o lucro e sim a sobrevivência, a reprodução simples.

Segundo Chayanov (1974) cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência da família. O autor conclui que a força de trabalho numa unidade familiar de produção é definida pelo tamanho da família, a qual determina o tamanho da atividade familiar, o nível geral da intensidade do trabalho e o grau de satisfação das necessidades para as condições específicas de um determinado mercado e dos demais fatores de produção disponíveis (terra e capital), além do próprio consumo da família.

Neste sentido identificamos uma tendência em redução no número de membros das famílias dos entrevistados, em Sant'Ana do Livramento 50% contem de 4 a 5 membros e 50% contém de 2 a 3 membros na família, já em Rivera a média de filhos ficou em 3 por unidade familiar, sendo que em Rivera existe uma preocupação por parte dos pais na formação escolar para que os filhos trabalhem na cadeia florestal e são incentivados para tal fim, visto que para principalmente os moradores da localidade de Tranqueras essa seria única função disponível na localidade, salvo alguns empregos públicos como no abastecimento de água, luz e serviços.

Existem problemas de sucessão dentre os entrevistados, visto que os entrevistados entendem que outras atividades não agrícolas oferecem uma possibilidade de futuro mais estável para os descendentes, embora as atividades ligadas a pecuária tendem a persistir nas unidades familiares, mas deixam de ser a principal fonte de renda da família, apenas continuam na atividade por tradição e apego.

5.5. EXPERIÊNCIAS DE ESTRATÉGIAS AGROECOLÓGICAS OBSERVADAS A CAMPO NA ÁREA DE ESTUDO

O movimento agroecológico representa uma grande importância no desenvolver de uma nova corrente paradigmática que busca pelo rompimento do capitalismo agrário. Capitalismo agrário que é visualizado no ecossistema do Pampa como reflexo das transformações rurais oriundas do agronegócio que modificam e transformam a vida dos agricultores familiares.

A agroecologia se apresenta como um novo paradigma, buscando bases científicas para transição da agricultura tradicional à uma agricultura mais sustentável, promovendo assim o desenvolvimento rural sustentável a partir de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e que proporciona melhores condições sociais e econômicas aos agricultores. Ou seja, expõe o discurso agroecológico como uma atitude crítica a agronomia orientada somente para a produção (contaminação por agroquímicos e o uso excessivo dos recursos energéticos).

O agricultor familiar pela sua concepção apresenta um modo peculiar de exploração da terra, ou seja, possui formas de condução das atividades e da vida ligadas a lógica da reprodução e sobrevivência da família. A prática da pecuária em campo natural se apresenta

vinculado ao ecossistema do Pampa, se beneficia diretamente da vegetação nativa que ocorre naturalmente na região, vegetação esta que produz forragem para o gado, dependendo apenas do sol, da água da chuva e da fertilidade natural do solo para o seu desenvolvimento.

Na medida em que o manejo no campo natural trabalha na perspectiva de preservação da biodiversidade e compreende que esta prática vai além da pecuária, proporcionando serviços ecossistêmicos para a população, percebe-se um enfoque agroecológico em um manejo pastoril que propicie o convívio harmonioso de uma atividade econômica rentável com a conservação de um patrimônio ecológico e cultural para as futuras gerações.

A agroecologia se adapta bem aos assuntos tecnológicos que requerem práticas agrícolas mais sensíveis ao meio ambiente e é responsável por ampliar o discurso agrícola, incorporando novos questionamentos e preocupações na área de desenvolvimento rural sustentável.

Na perspectiva agroecológica temos um enfoque na agricultura mais relacionado ao meio ambiente e mais sensível socialmente, buscamos a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção que vai muito mais além da unidade de base familiar, abrangendo os ecossistemas. A opção em produzir e consumir alimentos saudáveis, e a necessidade da preservação do meio ambiente, faz com que as pessoas valorizem a produção ecológica como sendo uma solução economicamente viável e ecologicamente equilibrada.

Nesse sentido as estratégias com enfoque agroecológico pressupõem restaurar a autossuficiência local, conservando e regenerando a biodiversidade, produzindo alimentos com baixos insumos e ocasionando o empoderamento das organizações sociais. Criando novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente, nas mudanças necessárias nos níveis e dimensões da sustentabilidade: política, social, ambiental, econômica, cultural e ética. A troca de saberes estabelecida na participação e no diálogo entre técnico e produtor possibilita a construção de conhecimento, e efetiva a opção ou não por determinada tecnologia, adequada as condições locais (CAPORAL e COSTABEBER 2000).

O manejo de campo natural relaciona-se com a perspectiva agroecológica por proporcionar a preservação da cultura regional (gaúcha, campeira) e a biodiversidade deste ecossistema único, o Pampa. Técnicas de manejo proporcionam uma maior produtividade na atividade pecuária, fato este que pode vir a proporcionar uma maior competitividade da

pecuária em relação ao agronegócio e avanço de culturas exóticas que provocam câmbios no uso do solo (QUADROS et al., 2015).

A agroecologia tem um enfoque na agricultura mais relacionado ao meio ambiente e mais sensível socialmente, busca a produtividade, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção que vai muito mais além da unidade e abrange os ecossistemas (GLIESSMAN, 2003).

Nesse sentido, a pecuária familiar promove a sustentabilidade do ecossistema e oferece diversos serviços ecossistêmicos. Parera e Carriquiry (2014) colocam que o produtor rural proprietário ou arrendatário, é o maior protagonista e decisor, do destino da paisagem e sua eventual transformação. Enquanto isso, a maior parte das pastagens naturais remanescentes e o peso da decisão sobre a sua existência repousa sobre os ombros dos produtores rurais. Porém, nem todos, estão conscientes disso. Menos ainda o resto da sociedade, que aprecia não só os seus produtos de consumo primário (carne), mas também os silenciosos serviços ecossistêmicos.

Segundo Parera e Carriquiry (2014, p.18, tradução nossa) os serviços ecossistêmicos do Pampa são: capturar e reter carbono atmosférico nas folhas e nos sistemas radiculares; filtrar a água da chuva e recarregar lentamente aquíferos; prover espaço, refúgio e alimento a espécies ameaçadas de extinção, preservar fauna e flora local, manter uma paisagem ancestral, associada a cultura e tradições; proteger sementes latentes de espécies valiosas para a forragem do gado em épocas críticas; manter uma livraria genética com alcances ainda não revelados; prover resistência aos eventos climáticos extremos como secas e enchentes e; converter parte da sua biomassa em carnes de grande qualidade para o consumo interno e exportação.

Carvalho, Maraschin e Nabinger (1998) trazem o campo natural sob um novo olhar, compatível com as novas exigências de mercado, mas para isso, o mesmo tem que ser tratado como um ecossistema, além disso, é indispensável uma visão macro a respeito das bases biológicas que o sustentam, para assim visualizar seus limites de aumento de sua eficiência, e das inferências a respeito do potencial produtivo

No ano de 2012 foi criado um projeto denominado “Incentivos para conservar los pastizales naturales del Cono Sur de Sudamérica” (OVERBEEK; KRÖGER e GERBER, 2012), tendo como objetivo principal o incentivo à conservação das pastagens naturais, sua

biodiversidade e os serviços ecossistêmicos no Cone Sul da América do Sul. O índice de conservação de pastagens naturais do Cone Sul da Sudamérica (ICP), para Parera e Carriquiry (2014, p.25, tradução nossa) “poderia converter-se em uma nova balança, em condições de “pesar”, mas não carne nem grãos, e sim serviços ecossistêmicos”.

Entretanto, o potencial forrageiro natural do Pampa não tem sido devidamente valorizado e a atividade pecuária tem sido substituída por outras aparentemente mais rentáveis no curto prazo (PILLAR et al., 2009). Neste sentido se adotam práticas agroecológicas com objetivo de promover a conservação e recuperação da biodiversidade, mediante o gerenciamento integrado dos ecossistemas e a criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, com vista ao desenvolvimento.

Prioritariamente a técnica utilizada, e que aqui consideramos como prática agroecológica, para a recuperação e conservação do solo, muitos já degradados pelo uso da lavoura, é o sistema de pastoreio rotativo. Técnica esta que consiste na subdivisão de parte da propriedade em piquetes, para que os animais possam pastejar de forma rotativa permitindo uma carga maior de animal em um espaço menor, otimizando a pastagem e permitindo ao produtor controlar o tempo de pastoreio do gado. Tal técnica está sendo difundida por INIA, EMATER, MGAP e utilizada pelos agricultores familiares pecuaristas na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY.

O manejo proposto permite compreender o campo natural como um ecossistema, formado por componentes bióticos e abióticos no qual o equilíbrio das partes garante a sustentabilidade e a produtividade da atividade pecuária. As indicações propostas pelo manejo de pastoreio rotativo estão relacionadas à função ecológica das gramíneas garantindo assim a manutenção de uma maior diversidade; e também servindo como reserva de pasto para utilização em períodos de escassez e/ou períodos estratégicos.

Para a devida eficácia do sistema de pastoreio rotativo se faz também necessário o conhecimento do pecuarista, o reconhecimento de seu campo e de suas espécies, pois o manejo de pastoreio rotativo está embasado no ritmo de crescimento foliar das gramíneas que é regulado pela temperatura do ambiente. Ou seja, por isso a diferença na disponibilidade de pasto no inverno e no verão.

Desta forma, se conhecemos as espécies predominantes em um determinado potreiro, podemos usar o acúmulo de temperatura como critério para estabelecer o intervalo entre

pastejo no campo nativo. Esse manejo pode permitir a máxima taxa de formação de folhas das espécies nativas, respeitando o seu ritmo de crescimento, possibilitando sua utilização racional e, além disso, propiciar aos animais quantidade e qualidade de alimento adequados (QUADROS et al., 2015).

Segundo dados dos técnicos da EMATER/ASCAR responsáveis pelo acompanhamento do projeto RS BIODIVERSIDADE, a finalidade dos piquetes e o rodízio é enriquecer a forragem e favorecer o desenvolvimento do banco de espécies. A oferta forrageira antes do início do desenvolvimento do projeto numa unidade amostral em Sant'Ana do Livramento estava muito baixa em torno de 5 cm, em razão da superlotação nos campos advindas do manejo tradicional do pecuarista familiar.

A propriedade em análise (Figura 32) adota o sistema de pastoreio rotativo, utiliza-se uma área de 44,05 hectares para implantação da técnica em uma área de 90 hectares. A área destinada ao pastoreio rotativo é dividida em 14 piquetes, com a presença de 80 terneiros. O manejo, segundo dados, do proprietário e do técnico responsável pela EMATER, já apresenta além da melhoria das condições do solo e da pastagem, o ganho de peso dos animais. Dados iniciais de cinco meses de implantação do sistema já apontavam melhorias na média por terneiro de 69 quilos de peso vivo, com ganho médio por hectare de peso vivo de 122 quilos. A carga final corresponde a 424 quilos de peso vivo por hectare, o que equivale ao ganho médio por hectare/dia a 735 gramas.

Figura 32- Propriedade de agricultor familiar que adota o sistema de pastoreio rotativo



Fonte: Dados de campo, 2016

Quando o manejador do campo ajusta a carga animal à disponibilidade de pasto e difere poteiros para formar reserva de forragem e faz uso do pastoreio rotativo, o campo se transforma em um mosaico de campos com diferentes alturas. Proporcionando esta diversidade de espécies para o gado se estimula o gado a utilizar todas as espécies presentes, tendo em vista que o gado seleciona ativamente o seu alimento é preciso, pois a seleção que ele faz condiciona radicalmente a composição de plantas no campo.

O proprietário entrevistado relata então a importância de reconhecer o campo para saber o real momento de inserir o gado no piquete. Também aponta que antes colocava uma cabeça por hectare e agora coloca de 3 a 4 cabeças por hectare e que se nota a diferença do campo nativo, tem mais pastagem. “É possível aumentar a produção, porque se aproveita melhor a pastagem e ainda se preserva o campo nativo”.

Segundo o proprietário entrevistado o manejo tem se mostrado vantajoso até mesmo durante o inverno, período em que a vegetação nativa entra em dormência. Na região é comum o gado perder peso na época do frio por falta de pastagem e hoje ele não observou

ganho de peso do animal, mas também não registrou perda. “Não ganhou, mas também não perdeu, manteve”.

Através do Projeto RS Biodiversidade os produtores recebem R\$ 5 mil em materiais, como cercas elétricas, madeira, arame e isoladores. São os produtores que entram com a mão de obra para a realização dos piquetes, que são desenhados e delimitados em conjunto com os técnicos da EMATER cuidando para ter disponibilidade de água e sombra para os animais.

Acompanhado as técnicas de manejo de pastoreio rotativo, no campo nativo, se apresenta outras atividades também de perspectivas agroecológicas tais como: adubação e melhoramento de campo nativo, homeopatia para o gado para controle de parasitas, uso de sal proteinado caseiro, manejo de roçadas e uso de calendário biodinâmico.

O uso do sal proteinado, um sal mineral enriquecido com proteína tem a finalidade de aumentar ao apetite do gado, favorecendo para que ele como a macega, o campo sujo, as espécies pouco palatáveis.

O melhoramento do campo é indicado pela EMATER através do uso de roçadas, tanto manual como tratorizada, para controle de invasoras e o excesso de forragens, estimulando o rebrote da pastagem nativa. Esta prática deve ser feita em dois momentos: no verão (janeiro ou fevereiro), com a finalidade de combater as invasoras e estender o ciclo de produção até o outono; e, em um segundo momento, no final do inverno e início da primavera, estimulando o rebrote e proporcionando uma melhor lotação animal.

O melhoramento também é recomendado através da semeadura de plantio direto com a implantação de espécies forrageiras de inverno em campo natural sem revolvimento do solo e sem dessecação (aplicação de herbicidas), com o objetivo de realizar o melhoramento dos campos com introdução de espécies de inverno (aveia e azevém) e fertilização.

A Introdução de forrageiras no campo nativo, bem como leguminosas (trevos e cornichão), permite a oferta de pastagem de melhor qualidade em períodos de escassez alimentar, especialmente no inverno, e aumentam significativamente a rentabilidade por hectare.

As práticas de controle de carrapato e mastite com a homeopatia, adição de sal na alimentação, e melhoramento de pastagens contribuem para a qualidade do gado e garantem a produtividade da atividade pecuária. Portanto são imprescindíveis para adoção, são estratégias

que tem como objetivo diminuir a incidência de enfermidades nos agroecossistemas, minimizando e eliminando os danos ao meio ambiente.

As unidades demonstrativas estão inseridas na APA do Ibirapuitã e por este motivo existem recomendações referentes a não queima do campo e controle de espécies invasoras para contribuição na conservação da biodiversidade, assim como para a manutenção dos diversos serviços provenientes dos ecossistemas nativos. A proibição da queima vai ao encontro da ideia que esta prática usada como rotineira acaba sendo contraprodutiva apesar de facilitar o rebrote da vegetação. Os índices alcançados para este tipo de manejo são baixos e pouco competitivos, a melhor opção é controlar essa biomassa com o ajuste de carga animal.

A EMATER também apresenta o Calendário Astronômico Biodinâmico para o produtor, pois segundo este calendário existe dias e horas específicos para realizar algumas práticas agrícolas. O calendário orienta desde a aração do solo, para estimular ou não a germinação de sementes de espécies invasoras e a roçada do campo e pastagens para estimular a rebrota mais lenta ou mais rápida e vigorosa. Esse calendário foi criado na Europa, em 1924, pelo filósofo Rudolf Steiner, o fundador da Agricultura Biodinâmica, que é uma das vertentes da Agricultura Ecológica.

Para encerrar, nas considerações finais, serão retomados os principais pontos discutidos e apresentadas algumas conclusões desta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos delineados nesta tese, constatou-se que as transformações e ressignificações no espaço agrário da fronteira Livramento/BR e Rivera/UY advindas da territorialização da sojicultura e da silvicultura, pós 2006 foram motivadas principalmente pelo avanço do capitalismo ocasionando uma reconfiguração territorial do espaço da fronteira em estudo. Reconfiguração consolidada e instituída pelos novos sujeitos territoriais, sujeitos estes oriundos do território do agronegócio e da agricultura familiar, em disputas constantes pelo território.

Analisando as transformações no espaço da fronteira Livramento/BR e Rivera/UY resultantes da dinâmica agrária, da reconfiguração territorial do espaço das relações sociedade e natureza, identificamos que os dois municípios em estudo experimentam significativos processos de transformação na dinâmica agrária pela inserção da silvicultura e da soja gerando conflitualidade na agricultura familiar. Da mesma forma que a sojicultura, a silvicultura é um monocultivo que produz impacto tanto ambiental quanto social e ambos resultam na fragmentação da paisagem.

A dinâmica produtiva da fronteira Livramento/BR e Rivera /UY sempre esteve alicerçada em sua composição florística e em seus aspectos históricos de formação territorial, desenvolvendo atividades relacionadas a pecuária. A agricultura até meados do século XX foi considerada uma atividade complementar reduzida a uma cultura de auto sustento, com a existência de cultivos orizícolas nas áreas de várzea. Foi a partir da inserção dos assentamentos na região que a agricultura começa a ganhar maior representatividade, principalmente a soja e o milho. A soja apreze consorciada através das técnicas de integração lavoura pecuária (ILP), constituindo-se de pastagens anuais de inverno para produção de carne e/ou leite entre abril e setembro, compostas principalmente por aveia- -preta (*Avena strigosa*) e azevém (*Lolium multiflorum*) em consórcio, seguidas do cultivo em sucessão de cultivos graníferas de verão, como a soja (*Glycine max*), o milho (*Zea mays*), o arroz (*Oryza sativa*) e o feijão (*Phaseolus vulgaris*).

A expansão silvícola no Uruguai e em Rivera inicia-se a partir da lei Florestal em 1987, com os incentivos, subsídios e a determinação de áreas de prioridade florestal a partir

da década de 90 intensificando-se o processo de compra de terras por empresas transnacionais. A territorialização da silvicultura em Rivera, está embasada em empreendimentos silvícolas independentes, não conectados a um projeto industrial com a qual só produzem madeira roliça que é vendida com relação a demanda do mercado internacional.

A cadeia da soja, e da silvicultura atribuem conflitos ao território da agricultura familiar e imprimem aos agricultores uma nova reorganização social. O agricultor familiar modifica suas estratégias de reprodução social, consorciando suas atividades com as cadeias já territorializadas.

Através da análise apresentada nesta tese, especificamente no item 5.3, identificamos que as relações advindas desta transformação são diferentes em relação a cadeia de soja e a cadeia da silvicultura, gerando diversos comportamentos nos agricultores familiares.

Em Sant'Ana do Livramento observamos a inserção da sojicultura pressionando outros sistemas de produção, a cadeia é impulsionada por políticas e discursos governamentais favorecendo a adoção da integração lavoura pecuária. Entretanto a cadeia da silvicultura impacta a agricultura familiar principalmente pela perda de áreas para atividade pastoril.

A cadeia de soja imprime ao agricultor uma característica empresarial devido a própria dinâmica da cadeia produtiva, visto que se trata de um cultivo com baixa diferenciação do produto final, sendo fundamental o ganho de escala, a otimização da tecnologia e a negociação de grandes volumes para reduzir custos e ampliar a rentabilidade.

O desenvolvimento da ciência e a velocidade da informação foi e está sendo determinante para a expansão da soja no território da fronteira, em razão da rentabilidade e do uso de tecnologias tais como o plantio direto e o uso de sementes geneticamente modificadas, além da facilitação e flexibilização da comercialização em decorrência de que a soja pode ser vendida antecipadamente em consonância com os preços do mercado e cotação internacional.

Os conflitos advindos da silvicultura podem ser descritos como a intensificação da concentração fundiária e incremento da exploração empresarial, a desestruturação das relações econômicas e sociais, tradicionalmente vigentes, a expansão de atividades, ocupações e modos de vida, predominantemente, urbanos. Entretanto, entre os impactos sociais de maior magnitude da territorialização da cadeia florestal está a fragilização da cultura local, no desaparecimento da figura histórica dos peões da estância, e da cultura da lida campeira, visto

que os plantios colaboram para a criação de espaços vazios no campo, no sentido de não haver moradias, nem estâncias, nem pequenos povoados.

Na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, a história de formação dos pecuaristas familiares está associada a venda de mão-de-obra, principalmente relacionada a atividades da lida campeira, como uma fonte de renda extra. Atividades estas consideradas como uma forma de reprodução social dos agricultores familiares, apontadas também pelo conceito de pluriatividade. Porém, com o advento da nova dinâmica agrária, inserção da cadeia de soja e da silvicultura, surgem novas relações sociais na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY, favorecendo o surgimento da pluriatividade e da multifuncionalidade do espaço rural. Relações de arrendamento para o plantio de soja, arrendamento para áreas de pastoreio, venda da força de trabalho para as empresas florestais, tanto no plantio ou da colheita, oportunidades de rendas não agrícolas com trabalhos junto a empresas silvícolas, venda de insumos, maquinários, trabalhos nas cooperativas, trabalhos técnicos e especializados.

As entrevistas junto aos informantes qualificados identificaram que as unidades familiares presentes diversificam sua dinâmica produtiva, muito embora a grande maioria das unidades familiares ainda trabalhem com a pecuária extensiva como sua principal fonte de renda, diversificam cada vez mais suas atividades para complementação de renda: apicultura, venda de produtos coloniais, venda de hortifrutigranjeiros.

Na análise referente as transformações territoriais e suas implicações na área de estudo apontamos mudanças no comportamento da categoria da agricultura familiar para adaptação no meio social e econômico que se estabelece, vendendo sua força de trabalho para a produção silvícola ou arrendando áreas de florestamento das empresas para manter a prática da pecuária por dificuldade de acesso a áreas de pastagem. Também se observam mudanças junto a constante inversão em tecnologias por parte dos agricultores familiares, adaptando as condições físicas impostas pelas cadeias de valor: soja e silvicultura.

Em relação a cadeia da silvicultura os agricultores familiares destacam que a maneira de produzir não é a mesma, como o gado geralmente é destinado a áreas de plantio das empresas florestais, mais cuidados tem que ter com o carrapato, as áreas de pastoreio são menores, existe menos oferta de forragem, e quando possuem áreas para pastagem próprias investem em piqueteamento e pastagens exóticas.

Na soja podemos perceber a utilização de serviços terceirizados que exigem a especialização técnica, o conhecimento, o que favorece a presença de um novo ator no território: o técnico que atua junto as cooperativas e oferece suporte técnico as unidades de produção. Os documentos consultados, bem como os relatos dos depoentes evidenciam que uma mudança no comportamento empreendedor do agricultor familiar, no qual a busca pela produtividade, rentabilidade e capital de giro faz com que ele aumente a área de soja plantada, aumentado também as áreas de plantio de campo melhorado, introduzindo espécies exóticas e com isso alterando a biodiversidade local.

A fronteira Livramento/BR e Rivera/UY é fonte constante de incentivos por parte do poder público, agentes econômicos, bem como das Universidades no sentido de fomentar a integração lavoura-pecuária, como uma alternativa para a diminuição de externalidades, principalmente decorrente de insumos, assim como aspectos de natureza agroecológica, diversificando o sistema produtivo. Nesse sentido, podemos apontar que a territorialização da soja e da silvicultura transformam as cadeias em atores locais que competem pelo território, controlando e demandando novos processos econômicos sociais e políticos, adotam táticas ligadas a responsabilidade social implicando na sensibilização/convencimento da adequação de suas atividades.

O maior impacto do avanço do cultivo da soja e da silvicultura é a perda da biodiversidade, à medida que a Biorregião do Pampa modifica seu ecossistema interfere no equilíbrio e na balança dos serviços ambientais ecossistêmicos, modifica a qualidade da água, do solo, até a polinização e controle de pragas, ocasionando também mudanças climáticas.

A agricultura familiar, para sobreviver neste modelo econômico excludente, na qual impera o capital, precisa se reinventar constantemente e se adaptar aos rearranjos espaciais. Atualmente adotam estratégias que visam aumentar a produtividade, podemos descrever entre elas a terceirização de serviços, o arrendamento de terras, a busca pela informação, utilizando tecnologias como a internet, televisão e rádio, obtendo informações de comercialização, nichos de mercado, melhora da qualidade do produto, inovações técnicas e rentáveis. Neste contexto, as novas ocupações de trabalho no rural são estabelecidos e proporcionados pelas construções sociais e relações sociais diversificadas favorecendo a formação de múltiplos territórios que re-significam o espaço atribuindo novos valores e novas formas de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. 3ed. São Paulo EDUSP, 1992, pp. 59-60.

ABRAMOVAY, R.. Para uma teoria dos estudos territoriais. In, ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Alínea editora. Campinas, 2007

ACHKAR, M. DOMINGUEZ A., DÍAZ I, PESCE F. La intensificación del uso agrícola del suelo en el litoral oeste del Uruguay en la última década Pampa nº 07 . Suplemento especial temático. 2011.

ALVEZ, F. D., SILVEIRA, V. C. P. , FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.2, n. 4 p. 82-97, ago. 2007.

ANDRADE M.L. MIELITZ NETTO, C. G. A. NABINGER, C. SANGUINÉ, E. WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. Caracterização socioeconômica e produtiva da Bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. Revista Estudo e Debate, Lajeado(RS), Editora UNIVATES, Volume 14, Nº 2, 2007, pp. 95-125

ARBELETICHE, P.; CARBALLO, C. Sojización y concentración en la agricultura uruguaya. In: XXXVII Reunión Anual de la AAEA. Córdoba. Argentina, 2006.

BARCELLOS, J. O J., et al.. (2004) A bovinocultura de corte frente a agriculturização no Sul do Brasil. In: XI CICLO DE ATUALIZAÇÃO EM MED. VET. 2004. CAMEV, Lages.

BARTRA, A. Del Capitan Swing a José Bové: los trabajadores del campo contra el hombre de hierro. In: Análisis Latinoamericano del medio rural. Nueva época Nº4. VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU). Universidad Autónoma de Chapingo. Chapingo México. 2006. p. 137-156.

BEHLING, H. et al.. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: Campo Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade. PILLAR, V. de P., et al.. [editores]. Brasília, MMA. 2009, p.13-25.

BILENCA, D. MIÑARRO, F. Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal(AVPs) em las Pampas y campos de Argentina, Uruguay y Sur de Brasil. Fundación Vida Silvestre Argentina. Buenos Aires. 2004. p. 353.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília: SDT/MDA, 2005a.

BRASIL. Decreto Nº 48.316, de 31 de Agosto de 2011. Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar - PECFAM, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.316.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BOLDRINI, I. I. (2009). A Flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: Pillar, V. P; Müller, S. C.; Castilhos, Z. M. S.; Jacques, A. V. A. (2009) Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA. 403p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CARÁMBULA, M., PIÑEIRO, D. Forestación en Uruguay: câmbios demográficos y empleo en tres localidades. Revista Agrociencias. Vol. X, nº 2. Facultad de Agronomía. Montevideo: Udelar, 2006. pp. 63–75.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. Contribuições ao Debate. FILHO, F.B.B. (Org). Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005.p.168.

CARVALHO, C. J. B. DE, ALMEIDA E. A. B. (org.) Biogeografia da América do Sul: padrões e processos- São Paulo: Roca, 2010.p. 332.

CARVALHO, P. C. F.; MARASCHIN, G. E.; NABINGER, C. Potencial produtivo do campo nativo do Rio Grande do Sul. In: PATIÑO, H.O. (Ed.). Suplementação de ruminantes em pastejo, Anais, Porto Alegre-RS. 1998.

CHAYANOV, A. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena. A Questão Agrária. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, p.133-163.

CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COSTA, R. H. DA. Os agentes modeladores do novo espaço capitalista da Campanha Gaúcha. Boletim Gaúcho de Geografia, 15: 03-18, ago., 1987.

DECRETO Nº110/2014. <http://www.impo.com.uy/bases/decretos/110-2014/1>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). Portaria nº115. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Pág. 45. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 24 de Março de 2014.

DINERSTEIN, E., D.M. OLSON, D.J. GRAHAM, A.L. WEBSTER, S.A. PRIMM, M.P. BOOKBINIDER, Y G. LEDEC. Una evaluación del estado de conservación de las eco-regiones terrestres de América Latina y el Caribe. Banco Mundial y WWF, 1995. Washington.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. Pecuária familiar. Porto Alegre, 2003. 78p. (Série Realidade Rural, 34

EMATER. 2014. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/pecuaria-familiar.php#.VEP6OiLF8u0>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ESTADÍSTICAS AGRPECUÁRIAS, DIEA. Anuário Estadístico Agropecuario. 2013.

EVIA, G. Desarrollo agropecuario sustentable en el Cono Sur: análisis, límites y posibilidades. In: BECKER, J., GUDYNAS, E. Sustentabilidad y regionalismo en el Cono Sur. Coscoroba ediciones, Montevideo, 2002, p. 72-115.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. Indicadores. 2015

FONTES, V. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. Crítica Marxista (São Paulo), v. 26, p. 9-31, 2008.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL-FEPAM, Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Diretrizes da Silvicultura por Unidade de Paisagem e Bacia hidrográfica. Porto Alegre. Fundação Estadual de Proteção Ambiental. 296 p. 2010.

FERNANDES, B. M., WELCH, C. A.; GONCALVES, E.C. Os usos da terra no Brasil.1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. v. 1. 109p.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005. p.24-34. b

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____ La ocupación como una forma de acceso a la tierra en Brasil: una contribución teórica y metodológica. En: Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Sam Moyo y Paris Yeros [coord.]. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2008.b p.335-357

_____ Sobre a tipologia de territórios.Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERNÁNDEZ, R.E.; CARÁMBULA, M. Territorios en disputa: la Producción Familiar en el este uruguayo. Pampa n° 8, 2012

FLORES, S. M. I Globalización económica y flexibilidad productiva en la agricultura. In: Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultura mexicana. México, Juan Pablos Editor. p.60-92.1998.

GATREAU, P. **Florestación, Territorio y Ambiente**. 25 años de silvicultura transnacional emn Uruguay, Brasil y Argentina. Montevideo. Uruguay. Ed. Trilce, 2014.

GEHLEN, I; RIELLA, M. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun 2004.

GERALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, v. 39, p. 155-185, 2012.

GERHARDT, M.; ZARTH, P. A. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA, A. F. (Org.). Lavouras de destruição: a (im) posição do consenso. Pelotas: UFPEL, 2009, p. 249-295.

GLIESSMAN, S. R. Agroecología y agroecosistemas. *Ciência & Ambiente* 27. Julho/Dezembro de 2003.

GODOY, C., VIEIRA, M., & GUEDES, A. 2016 Ago 7. TERRITÓRIO PAMPA E A ATUAÇÃO DO NEDET PAMPA: O TERRITÓRIO DA FRONTEIRA. VI Salão Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão, II Jornada de Pós-Graduação, I Seminário Estadual sobre Territorialidade. [Online].

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.54, pp.439-455.

GUDYNAS, E. El concepto de Regionalismo Autónomo y el desarrollo sustentable en el Cono Sur In: BECKER, J., GUDYNAS, E. Sustentabilidad y regionalismo en el Cono Sur. Coscoroba ediciones, Montevideo, 2002, p. 177-211.

GUIBERT M., GROSSO S., ARBELETTCHE P., BELLINI M.E. De Argentina a Uruguay: espacios y actores en una nueva lógica de producción agrícola. Pampa nº 07 .Suplemento especial temático. 2011.

HAESBAERT, R. da C. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HASENACK, H.; WEBER, E.; BOLDRINI, I.; TREVISAN, R. Mapa de sistemas ecológicos da ecorregião das Savanas Uruguaias em escala 1:500.000. Porto Alegre: UFRGS/Centro de Ecologia, 2010. PROJETO IB/CECOL/TNC, PRODUTO 4. ISBN 978-85-63843-16-6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santo Ângelo: Sant’Ana do Livramento/RS. Porto Alegre, 2006.

MORAES, M. I. Estado de la cuestión agraria en el Uruguay y fuentes para su estudio. América Latina en la Historia Económica, [S.l.], p. pp. 35-50, jan. 1998. ISSN 2007-3496. Disponible en: <<http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/226/289>>. Fecha de acceso: 24 nov. 2016 doi:<http://dx.doi.org/10.18232/alhe.v5i10.226>.

LAMARCHE, Hugues (coord.) A Agricultura Familiar: comparação internacional. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1993.

_____. Agricultura familiar II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, V.I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. 121 p.

LUCENA, M. G. Territorialidade de fronteira: uma contribuição ao estudo da questão fronteiriça Brasil-Uruguaí no contexto do Mercosul” Tese de doutorado. CPDA/UFRJ. RJ,183p. 2011.

MARTINS, C.E. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. In: La economía mundial y América Latina: Tendencias, problemas y desafíos. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Pg139-167. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101013124027/6ParteIII1.pdf>>.

MARTINS, J.de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MARX, K. O Capital. SP, Nova Cultural, 1985.

MATOS, P.F. de; PESSÔA, V.L.S. As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Giano: o caminho metodológico da pesquisa. In: Marafon et al.. (org) Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

MELO, José Luiz Bica. Fronteiras: da linha imaginária ao campo de conflitos. Sociologias [online]. 2004, n.11, pp. 126-146. ISSN 1517-4522.

MEDEIROS, R. M. V. Assentamentos na bacia do Ibicuí: suas formas de organização e suas práticas. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P.; GUASSELLI, L. A. Arenização: natureza socializada. Porto Alegre: Compasso Lugar-cultura: Imprensa Livre, 2012. P. 465 – 485.

MELGAR, R. A demonização da soja na Argentina. Revista Plantio Direto, edição 111, maio/junho de 2009. Aldeia Norte Editora, Passo Fundo, RS.

MINISTÉRIO DE DESARROLLO SOCIAL- MIDES. Agenda estratégica Rivera. In: SCAGLIOLA, A. RODRÍGUEZ, M. (Coord.) Uruguay Social. 2013.

MGAP. Censo Agropecuário general. 2000.

MGAP. Censo Agropecuário general. 2011.

MGAP. Registro de productores familiares. 2014. Disponível em: <<http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,drural,drural-registro-de-productores-familiares,O,es,0,>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MONTEBLANCO, F. L.; MEDEIROS, R. M. V.. O mundo rural em Sant’Ana do Livramento/RS: entre os "espaços socialmente vazios" e a sua revitalização como espaço de vida. VII Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa. Rio Claro/SP, 2013

MOREIRA, N,F; Rivera-síntesis histórica. Junta Departamental de Rivera, 2012. Disponível em: < <http://juntaderivera.gub.uy/archivos/rivera%20sintesis%20historica.pdf>>, acesso em 04 de abril de 2015.

MORRONE, J.J. Panbiogeografía, componentes bióticos y zonas de transición. Revista Brasileira de Entomologia 48(2): 149-162, junho 2004.

MOSCATELLI, M. Uruguay. La propuesta del batllismo: democracia política+ democracia social, una combinación ideal para una democracia real. La Trama de la Comunicación, v. 4, p. 327-339, 1999.

NABINGER, C. et al.. 2009. Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: Pillar, V.P.; Müller, S.C.; Castilhos, Z.M.S. e Jacques, A.V.A. (eds.). Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade. 1. ed. Brasília/DF: Ministério do Meio- Ambiente p. 175-198.

OYHANTÇABAL, G. Agricultura familiar y campesinado: un abordaje desde el pensamiento social alternativo. Curso Antropología Económica y Política. Montevideo. Uruguai. 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In. STÉDILE, J. P. et al. (Coor.); A Questão Agrária na década de 90; Porto Alegre; 4º ed. Ed. Da Universidade/UFRGS, 2004.328p.

OLSON, D. M., DINERSTEIN, E., WIKRAMANAYAKE, E. D., BURGESS, N. D., POWELL, G. V. N., UNDERWOOD, E. C., D'AMICO, J. A., ITOUA, I., STRAND, H. E., MORRISON, J. C., LOUCKS, C. J., ALLNUTT, T. F., RICKETTS, T. H., KURA, Y., LAMOREUX, J. F., WETTENGEL, W. W., HEDAO, P., KASSEM, K. R. 2001. Terrestrial ecoregions of the world: a new map of life on Earth. *Bioscience* 51(11):933-938.

OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F. Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência. Relatório EJOLT. Nº 3, 2012. 108p.

PAOLINO, C. Las Transformaciones Estructurales en el Sector Agroalimentario: el caso de Uruguay REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.35, n.127, p.79-97, jul./dez. 2014

PARERA, A. F.; CARRIQUIRY, E. Manual de prácticas rurales asociadas al índice de conservación de pastizales naturales del Cono Sur de Sudamérica (ICP). Argentina: Aves Uruguay, 2014. 204p.

PEDON, Nelson Rodrigo. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. Tese Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP -Universidade Estadual Paulista). Presidente Prudente, 2009.

PILLAR, V. de P., et al.. [editores]. Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, MMA, 2009. 403p.

PINTO.E.C. A dinâmica dos Recursos Naturais no Mercosul na década de 2000: “efeito China”, estrutura produtiva, comércio e investimento estrangeiro. Texto para discussão IE-UFRJ.2013.

PIÑEIRO, D. E. En busca de la identidad. La acción colectiva de los conflictos agrarios de America Latina. Buenos Aires: CLACSo, 2004. pp. 253-294.

PIÑEIRO, D. E. Más allá de fronteras: qué une y qué separa a los actores sociales agrarios de la cuenca del Río de la Plata. In: Le bassin du Río de la Plata. Développement local et

intégration régionale. Guibert, M. Carrizo, S., Ligrone, P. Mallard, B. Ménanteau, L. Uribe, G. (éd.). Presses Universitaires du Mirail. Collection Hespérides. MSHS-Toulouse et l' IPEALT. Toulouse. France. 2009. pp.529-544

_____ Asalto a la Tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. In: (Org.) Guillermo Almeyra, João Márcio Mendes Pereira, Luciano Concheiro, Carlos Walter Porto-Gonçalves. Capitalismo, terra e poder na América Latina (1982-2012). Editora Siglo XXI. México.2012.

PIÑEIRO, D; MORAES, M. 2008. Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX. In: El Uruguay del siglo XX. Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales. Banda Oriental. Montevideo. Pp. 105-136

PUCCI, A. S. O Estatuto da Fronteira Brasil Uruguai. Tese do Instituto Rio Branco. 2010.p.332 .

QUADROS, F.L.F. de, SOARES, E.M, OLIVEIRA, L.B.de, RIBEIRO, C. M. Cuidar e fazer diferente. In PILLAR, V. de P. & LANGE, O. Os Campos do Sul. Rede Campos Sulinos. UFRGS,2015. Porto Alegre, 192p.

RAFFESTIN, Cl. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, C.F.de B. ; ALMEIDA, J.C.G.de. A inserção do Brasil nas cadeias globais de valor comparativamente aos BRIICS. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 233, maio 2014.ISSN 0103-9466.

RIELLA A , MASCHERONI P. Desigualdades sociales y territorios rurales en Uruguay. Pampa nº 07 .Suplemento especial temático. 2011.

RIBEIRO, V. S.; SALAMONI, G. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro- Capão do Leão – RS. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, v.6,n.11,p.194-217, 2011.

ROBERTI, D.F.; NETO, F.J.K.; CORRÊA, R.G. de F. Descrição e análise da cadeia produtiva da soja no Rio Grande do Sul: uma proposta com foco no produtor rural. Monografia (Graduação). Programa de graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 40p.2014.

ROCHA, J. M. da, As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. In: Primeiras Jornadas de História Regional Comparada, 1., 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Fee, 2000. Online. Disponível em: <<http://www.fee.com.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf>> Acesso em 12 de dez. de 2013.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1992.

SAQUET, M. A Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SECRETARIA DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. SEMA. Região Hidrográfica do Uruguai. Bacias Hidrográficas do RS. Diretoria de Recursos Hídricos. 2010. Disponível em: < http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=58 > acesso em: 04 de abril de 2015.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras. 4º ed. 2004.

SCHNEIDER, S. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. REVISTA REFORMA AGRARIA, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994

SILVA, J.M. Atractivos turísticos Quebrada de Laureles.2013 Blog disponível em:< <http://www.tacuy.com.uy/turismo/turismo/laureles.htm>> Acesso em 02 de março de 2016.

STURGEON T.; GEREFFI G., GUINN A.; ZYLBERBERG. E. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio Revista brasileira de comércio exterior RBCE nº115; jun 2013.disponível em: http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_TSGGAGEZ.pdf acesso em 24/02/2015.

SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: Campo Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade.

PILLAR, V. de P., et al.. [editores]. Brasília, MMA. 2009, p. 42-59.

VASSALLO, M. CHÁVEZ, E.F. Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la Colonia Maestro Soler en Uruguay. Revista Nera. Ano 17, Nº. 24 .Janeiro/junho DE 2014 – ISSN: 1806-6755

VEiGA, J. E. da. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*.vol.56 nº.2 São Paulo.Apr./June.2004. ISSN 2317-6660.

VEIGA, P. DA M.; RIOS, S. P. Cadeias globais de valor e implicações para a formulação de políticas. Texto para Discussão produto do projeto de pesquisa O Brasil nas cadeias globais de valor: políticas comerciais e industriais para estimular a inserção internacional brasileira, da Diretoria de Estudos em Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea. Dez. 2014. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , dez 2014. ISSN 1415-4765

VERDUM, R. entrevista para Instituto Humanistas Unisinos. Falta controle sobre a poluição por agrotóxicos das águas do Pampa. Entrevista especial Roberto Verdum. 2017, disponível em:< <http://www.ihu.unisinos.br/564647-provisorio#>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2017.

WAQUIL, P.D.; MATTE, A.; NESKE, M.Z.; BORBA,M.F.S. Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: História, Diversidade Social e Dinâmicas de Desenvolvimento. 1ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 288.

WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília-DF: UNB, vol. 1. 1991

WESZ JUNIOR, V. J.;Cruzando fronteiras: o mercado da soja no Cone Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 10 n. 2 jul/dez. 2015 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968

WILKINSON, J. (Coord.). Perspectivas do investimento no agronegócio. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. 306 p. Relatório integrante da pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”, em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES. Disponível em: <http://www.projetopib.org/?p=documentos>

WWF. 2014. The growth of Soy: Impacts and Solutions. (O crescimento da soja: impactos e soluções) WWFInternational (secretariado internacional da Rede WWF), em Gland, na Suíça.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 4. ed. 2010.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA TÉCNICOS

- 1.Existem transformações no sistema produtivo agrícola na fronteira? Quais são mais notórias a seu ver?
- 2.Qual uso do solo predomina nos dias atuais (soja, arroz, pecuária, sistema misto)? Qual o período temporal que podes indicar esta modificação? Quantos anos?
- 3.Existe algum sistema produtivo que tenha desaparecido, ou diminuído, neste mesmo tempo? Podes indicar?
- 4.A forma de produção tem diferença do que a dez anos atrás em relação aos tipos de tecnologias e manejos adotados em seu País e na fronteira?
- 5.Você acredita existir alguma diferença, vantagem ou desvantagem, para a produção (ex: insumos, fertilizantes, agroquímicos, adubos...) de alguma determinada commodity no lado Brasileiro ou no lado Uruguaio?
- 6.Ocorrem vínculos e intercâmbio de informações entre as equipes técnicas de um lado e de outro da fronteira?
- 7.Faz-se alguma diferença a localização geográfica (Uruguai-Brasil) na relação de comércio, compra e venda desta produção?
- 8.Sabes se existe compra ou arrendamento de terras? (entre Brasileiros e Uruguaios)
- 9.Existe alguma associação, cooperativa ou alguma outra forma de representação (sindical) entre produtores para a efetiva produção de alguma commodity? Se sim em que fase, plantio, comércio, colheita e/ou estocagem?

10. Você acredita que esta transformação continuará acontecendo num futuro próximo?

11. Existe algum comentário ou informação que considere importante nesta temática?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES
FAMILIARES**

1. Nome do entrevistado? Idade? Nível de estudo?
2. Quantos são na família? Idade? Nível de estudo?
3. Quanto tempo reside na propriedade? A terra é herança de família, ou foi comprada? Em relação aos assentamentos se faz o questionamento se o proprietário já possui a posse da terra?
4. Qual a principal atividade da família e cite as demais rendas e de quem da família provêm? Porque trabalha com esta atividade como principal? Lucro? Tradição? Conhecimento?
5. Quantos da família se envolvem nessa atividade principal?
6. E nessa atividade principal você modicou à sua maneira de produzir, usa tecnologias? Procura alguma informação técnica? Tem acesso a políticas públicas?
7. Alguém da família trabalha fora? Com o que?
8. Para a execução desta atividade você faz algum tipo de arrendamento?
9. Como você visualiza a questão do acesso à terra? É mais fácil, o preço está favorável?
10. Em algum momento alguma empresa, ou alguma pessoa ofereceu para comprar ou arrendar suas terras? Se sim, porque não aceitou? E senão, já pensou nesta possibilidade?

11. Em relação a compra e venda de terras e arrendamentos como se dá estas negociações na localidade onde mora. Nesse sentido como você visualiza a situação de seus vizinhos, quem são eles?
12. Para você o número de moradores da localidade diminuiu? Se sim o que a seu ver aconteceu com eles? Pode se ter como referência o número de alunos na escola.
13. Você acredita que a florestação ou a produção da soja afeta o seu modo de vida? As suas relações sociais foram modificadas? Você modificou seu sistema produtivo devido a florestação ou a produção da soja?
14. Quais relações mantem com as empresas florestais ou com a produção sojeira? Trabalho? Arrendamento?
15. Se arrenda terras de empresas florestais, a quanto tempo? Como se dá esse processo? E como você vê esse processo?
16. Se arrenda terras para a produção de soja, a quanto tempo? Como se dá esse processo? E como você vê esse processo?
17. Como você visualiza as obrigações que as empresas florestais e os produtores de soja passam aos arrendatários? E que obrigações são essas? O que exigem para que ocorra esta negociação?
18. E acredita que a florestação (e a soja) tem impacto na disponibilidade de água? Já viu algum local secar ou diminuir o nível de água? Escutou algo referente a isso, de quem?
19. E acredita que a florestação (e a soja) tem impacto na fauna? Já viu algum animal exótico? Como lida com essa questão? Escutou algo referente a isso, de quem?

20. E a fauna silvestre local acredita que esteja diminuindo, tem como fazer um paralelo da sua infância até os dias atuais?
21. E acredita que a florestação (e a soja) tem impacto na flora? Qual espécie tem aumentado a proporção? Como lida com essa questão? Escutou algo referente a isso, de quem?
22. E a flora silvestre local acredita que esteja diminuindo, tem como fazer um paralelo da sua infância até os dias atuais?
23. Em relação a incêndios florestais você tem algum medo? Ou insegurança?
24. E em relação ao uso de pesticidas, agrotóxicos, acredita que pode ser afetado em sua propriedade e o uso do solo pode ser comprometido?
25. Como você vê a relação das empresas florestais (e a produção de soja) com a comunidade local? Existe algum projeto em comum? A empresa oferece vantagens a população? E empregos sabe se são acessíveis e se houve aumento desde a instalação da florestação (e soja)?

APÊNDICE C –QUESTIONÁRIO APLICADO

O PRESENTE QUESTIONÁRIO É PARTE INTEGRANTE DO PROJETO DE PESQUISA DO PPGGEO/UFSM. TODAS AS INFORMAÇÕES AQUI COLETADAS RESPEITAM O SIGILO DA IDENTIFICAÇÃO. ATENTAMOS QUE SUA PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA. AGRADECEMOS A SUA CONTRIBUIÇÃO.

NOME _____

TELEFONE _____

LOCALIDADE ONDE RESIDE _____

FAIXA ETÁRIA

18-30 ANOS 30-45 ANOS 45-60 ANOS +60 ANOS

ESCOLARIDADE

FUNDAMENTAL INCOMPLETO MÉDIO COMPLETO GRADUAÇÃO INCOMPLETA PÓS-GRADUAÇÃO COMPLETA

FUNDAMENTAL COMPLETO PÓS MÉDIO PROFISSIONALIZANTE INCOMPLETO GRADUAÇÃO COMPLETA

MÉDIO INCOMPLETO PÓS MÉDIO PROFISSIONALIZANTE COMPLETO PÓS-GRADUAÇÃO INCOMPLETA

ESTADO CIVIL

SOLTEIRO CASADO SEPARADO/DIVORCIADO UNIÃO ESTÁVEL VIÚVO

PARTICIPAÇÃO NO NÚCLEO FAMILIAR: (MARCAR SE É O CHEFE DA FAMÍLIA)

CHEFE DA FAMÍLIA MÃE PAI

FILHO (A) GENRO NORA

PRIMO (A) TIO (A) AVÔ (AVÓ)

NÚMERO DE INTEGRANTES DA FAMÍLIA QUE RESIDEM NA PROPRIEDADE

2 3 4 5 OU MAIS

QUANTO TEMPO A PROPRIEDADE PERTENCE A FAMÍLIA?

0-5 ANOS 5-10 ANOS 10-15 ANOS 15-20 ANOS + 20 ANOS

ACESSO A TERRA

HERANÇA FAMÍLIA COMPRADA ASSENTAMENTO SEM O TÍTULO DA TERRA ASSENTAMENTO COM O TÍTULO DA TERRA

ARRENDAMENTO PARCERIA OUTRO DESCREVER: _____

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL (PODE SER MARCADA MAIS DE UMA OPÇÃO)

PECUÁRIA DE LEITE	<input type="checkbox"/>	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	<input type="checkbox"/>	FUNCIONÁRIO PRIVADO	<input type="checkbox"/>	AGROPECUARISTA	<input type="checkbox"/>
PECUÁRIA DE CORTE	<input type="checkbox"/>	APOSENTADO	<input type="checkbox"/>	PRODUTOR RURAL	<input type="checkbox"/>	HORTICULTOR	<input type="checkbox"/>
SOJICULTOR	<input type="checkbox"/>	EMPREGADO RURAL	<input type="checkbox"/>	PECUARISTA FAMILIAR	<input type="checkbox"/>	HORTIFRUTI-GRANJEIRO	<input type="checkbox"/>
AGRICULTOR FAMILIAR	<input type="checkbox"/>	ARROZEIRO	<input type="checkbox"/>	ASSENTADO	<input type="checkbox"/>	OUTRO DESCREVER:	<input type="checkbox"/>

A RENDA PRINCIPAL DA FAMÍLIA PROVÉM DE QUAL ATIVIDADE?

PORQUE TRABALHA COM ESTA ATIVIDADE COMO PRINCIPAL? (Pode ser marcada mais de uma opção)

LUCRO	<input type="checkbox"/>	CONHECIMENTO TÉCNICO	<input type="checkbox"/>	TRADIÇÃO	<input type="checkbox"/>
SEGURANÇA	<input type="checkbox"/>	CONHECIMENTO FAMILIAR/POPULAR	<input type="checkbox"/>	OUTRO	<input type="checkbox"/>

QUEM SE ENVOLVE NA ATIVIDADE PRINCIPAL?

CASAL	<input type="checkbox"/>	ESPOSA E FILHOS	<input type="checkbox"/>	SOMENTE O CHEFE DA FAMÍLIA	<input type="checkbox"/>
SOMENTE FILHOS	<input type="checkbox"/>	MÃO DE OBRA TERCERIZADA	<input type="checkbox"/>	CONTRATA MAO DE OBRA TEMPORIARIAMENTE	<input type="checkbox"/>
AJUDA DE VIZINHOS E AMIGOS	<input type="checkbox"/>	FAMÍLIA	<input type="checkbox"/>	OUTRO	<input type="checkbox"/>

ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA TEM OUTRA ATIVIDADE COMO FONTE DE RENDA? SE SIM, QUAL? (PODE SER MARCADA MAIS DE UMA OPÇÃO)

APOSENTADO	<input type="checkbox"/>	FUNCIONÁRIO PÚBLICO	<input type="checkbox"/>	FUNCIONÁRIO PRIVADO	<input type="checkbox"/>	EMPREGADO RURAL	<input type="checkbox"/>
OUTRO	<input type="checkbox"/>	_____					

TAMANHO DA ÁREA DE PRODUÇÃO DA PROPRIEDADE (CASO HAJA AREA DE ARRENDAMENO SOMAR A ÁREA TOTAL)

0-10 ha	<input type="checkbox"/>	10-50ha	<input type="checkbox"/>	50-100 ha	<input type="checkbox"/>	100-200ha	<input type="checkbox"/>	200-300 ha	<input type="checkbox"/>
300-400 ha	<input type="checkbox"/>	400-500 ha	<input type="checkbox"/>	+ de 500 ha	<input type="checkbox"/>				

VOCÊ VISUALIZA O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO (ESPECIFICAMENTE A SOJA) NA SUA LOCALIDADE NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS?

SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

EM RELAÇÃO A ÁREA DE PRODUÇÃO (SOMANDO ARRENDAMENTO SE HOVER) NA SUA PROPRIEDADE NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS?

AUMENTOU A ÁREA DIMINUIU A ÁREA MANTÉM O MESMO TAMANHO

EM SUA ATIVIDADE PRODUTIVA VOCÊ, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

FAZ USO DE ARRENDAMENTO ARRENDA TERRAS PARA TERCEIROS UTILIZA TERRAS EM PARCERIA COMPROU TERRA

JÁ FEZ USO DE ARRENDAMENTO JÁ ARRENDOU TERRAS PARA TERCEIROS VENDEU UMA PARTE DA PROPRIEDADE OUTRO

NA ATIVIDADE PRINCIPAL VOCÊ MODIFICOU À SUA MANEIRA DE PRODUZIR, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS?

SIM NÃO

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS VOCÊ INVESTIU EM:

MAQUINÁRIO ADUBO PASTAGEM CULTIVADA ANÁLISE DE SOLOS

ALUGUEL DE MAQUINÁRIO AGROTÓXICOS PASTOREIO ROTATIVO CORREÇÃO DE SOLO

HOMEOPATIA CALENDÁRIO BIODINÂMICO SEMENTE MODIFICADA MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS

BANCO DE SEMENTES IRRIGAÇÃO AÇUDE/AGUADA OUTRO

PIQUETES MELHORAMENTO DE CAMPO NATIVO AGRICULTURA DE PRECISÃO

ACESSO A INFORMAÇÃO TÉCNICA?

TELEVISÃO EMATER COOPERATIVA INTERNET:

COPTec COTRIJUC COTRISEL TÉCNICO ESPECIALIZADO CONTRATADO

AGROSOJA COPERFORTE SECRETARIA AGRICULTURA MUNICIPAL RÁDIO

INSTITUIÇÕES DE ENSINO (UNIVERSIDADES, INSTITUTOS FEDERAIS, ESCOLAS TÉCNICAS...) OUTRO

TEVE ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS?

PRONAF CUSTEIO	<input type="checkbox"/>	PRONAF INVESTIMENTO-MAIS ALIMENTOS	<input type="checkbox"/>	PRONAF AGROECOLOGIA	<input type="checkbox"/>	PRONATEC*	<input type="checkbox"/>
MICROCRÉDITO RURAL	<input type="checkbox"/>	PRONAF MULHER	<input type="checkbox"/>	PRONAF JOVEM	<input type="checkbox"/>	PROINF**	<input type="checkbox"/>
PRONAF AGROINDÚSTRIA	<input type="checkbox"/>	PAA-PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	<input type="checkbox"/>	ATER-ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	<input type="checkbox"/>	GRANTIA SAFRA	<input type="checkbox"/>
PNAE- ROGRAMA NACIONAL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	<input type="checkbox"/>	PNCF-PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	<input type="checkbox"/>	PAC –PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	<input type="checkbox"/>	PRONERA**	<input type="checkbox"/>
RESIDENCIA AGRÁRIA	<input type="checkbox"/>	OUTRO	<input type="checkbox"/>				

* PRONATEC-PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

**PROINF- PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS

***PRONERA- PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

COMO VOCÊ VISUALIZA A QUESTÃO DO ACESSO À TERRA, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

QUEDA NO PREÇO DA TERRA	<input type="checkbox"/>	PREÇO DA TERRA ELEVADO	<input type="checkbox"/>	MUITA OFERTA PARA ARRENDAMENTO	<input type="checkbox"/>
MAIOR PROCURA PARA COMPRA DE TERRAS	<input type="checkbox"/>	POUCA OFERTA DE ARRENDAMENTOS	<input type="checkbox"/>	QUEDA NO PREÇO DO ARRENDAMENTO	<input type="checkbox"/>
MENOR PROCURA PARA COMPRA DE TERRAS	<input type="checkbox"/>	OUTRO	<input type="checkbox"/>		

VOCÊ RECEBEU OFERTA PARA ARRENDAMENTO OU COMPRA DA SUA PROPRIEDADE PARA SER TRANSFORMADA EM LAVOURA DE SOJA, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS?

SIM NÃO

VOCÊ PLANTA SOJA EM SUA PROPRIEDADE?

SIM NÃO

VOCÊ ARRENTA SUAS TERRAS PARA TERCEIROS PLANTAREM SOJA?

SIM NÃO

VOCÊ ARRENTA TERRAS DE TERCEIROS PARA O PLANTIO DE SOJA?

SIM NÃO

CASO VOCÊ ARRENDE SUAS TERRAS PARA O PLANTIO DE SOJA, COM QUEM VOCÊ REALIZA O CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA TERRA?

PESSOA FÍSICA PESSOA JURÍDICA

A QUANTO TEMPO ARRENDA TERRAS PARA O PLANTIO DE SOJA?

MENOS DE 1 ANO 1-5 ANOS 5-10 ANOS + DE 10 ANOS

A QUANTO TEMPO PLANTA SOJA?

NÃO PLANTO MENOS DE 1 ANO 1-5 ANOS 5-10 ANOS + DE 10 ANOS

AS TRANSAÇÕES DE ARRENDAMENTO

CONTRATOS DE 1 ANO CONTRATOS DE 1- 5ANOS CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO
 CONTRATOS POR SAFRA CONTRATOS NA BASE DA CONFIANÇA SEM REGISTRO EM CARTÓRIO OUTRO

EM RELAÇÃO AO ARRENDAMENTO

REALIZO PARA AUMENTAR A ÁREA PRODUTIVA ARRENDO POR PRESSÃO DOS VIZINHOS E EMPRESAS LOCAIS REALIZO PARA COMPLEMENTAR A RENDA DA FAMÍLIA

JÁ PENSEI NA POSSIBILIDADE DE AUMENTAR A ÁREA PARA PRODUZIR E DESISTI PELO VALOR ELEVADO DO ARRENDAMENTO

JÁ PENSEI NA POSSIBILIDADE DE AUMENTAR A ÁREA PARA PRODUZIR, MAS NÃO ENCONTRO ÁREAS PARA ARRENDAMENTO

JÁ PENSEI NA POSSIBILIDADE DE ARRENDAR A TERRA PARA COMPLEMENTAR A RENDA DA FAMÍLIA, MAS NÃO ENCONTREI INTERESSADOS

JÁ PENSEI NA POSSIBILIDADE DE ARRENDAR A TERRA PARA COMPLEMENTAR A RENDA DA FAMÍLIA, MAS O PREÇO PAGO É MUITO BAIXO

ACREDITO SER UM TIPO DE TRANSAÇÃO MUITO ARRISCADA, PORTANTO NÃO REALIZO

ARRENDO TERRAS PARA TERCEIROS PRODUZIREM SOJA E RECEBO UMA PORCENTAGEM RELATIVA A PRODUÇÃO

ARRENDO TERRAS PARA TERCEIROS TRABALHAREM COM A PECUÁRIA

ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA TRABALHA COM PLANTIO, PROCESSAMENTO, TRANSPORTE, VENDA DE INSUMOS, VENDA DO PRODUTO FINAL RELACIONADOS A CADEIA DE SOJA? SE SIM, QUAL?

VENDA DE INSUMOS (FERTILIZANTES, SEMENTES, MAQUINÁRIO, DEFENSIVOS, AGROTÓXICOS, OUTROS...) COOPERATIVA AGROINDÚSTRIA TRANSPORTE DE GRÃOS
 INDÚSTRIA DE RAÇÕES INDÚSTRIA DE DERIVADOS DO ÓLEO OUTRO:

A PAISAGEM EM TORNO DA SUA PROPRIEDADE SE MODIFICOU NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS?

SIM NÃO

EM RELAÇÃO A PAISAGEM EM TORNO DA SUA PROPRIEDADE O QUE VOCÊ IDENTIFICA? MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO

SOJA CAMPO NATIVO FLORESTAMENTO VIDEIRAS
 TRIGO MILHO HORTALIÇAS FRUTICULTURA
 ARROZ OUTRO

E EM RELAÇÃO A VIZINHANÇA, NÚMERO DE PESSOAS NA LOCALIDADE, AUMENTOU OU DIMINUIU NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS?

AUMENTOU DIMINUIU MANTÉM

QUEM SÃO OS VIZINHOS?

ASSENTADOS	<input type="checkbox"/>	AGRICULTORES FAMILIARES	<input type="checkbox"/>	PECUARISTAS FAMILIARES	<input type="checkbox"/>	FAZENDEIROS	<input type="checkbox"/>
PRODUTOR RURAL	<input type="checkbox"/>	GRANDES EMPRESAS	<input type="checkbox"/>	DESCONHEÇO	<input type="checkbox"/>	AGROPECUARISTAS	<input type="checkbox"/>
ARROZEIROS	<input type="checkbox"/>	SOJEIROS	<input type="checkbox"/>	COOPERATIVAS	<input type="checkbox"/>	OUTRO	<input type="checkbox"/>

EM RELAÇÃO A PRESENÇA DA SOJA EM SANTANA DO LIVRAMENTO DESCREVA O IMPACTO POSITIVO E NEGATIVO, UTILIZANDO “P” PARA POSITIVO E “N” PARA NEGATIVO.

EMPREGO	<input type="checkbox"/>	DESENVOLVIMENTO RURAL	<input type="checkbox"/>	RENDA	<input type="checkbox"/>
SOLOS	<input type="checkbox"/>	PRODUTIVIDADE	<input type="checkbox"/>	MIGRAÇÃO RURAL*	<input type="checkbox"/>
ÁGUA	<input type="checkbox"/>	TECNOLOGIAS	<input type="checkbox"/>	CONCENTRAÇÃO DE TERRA	<input type="checkbox"/>
FAUNA E FLORA	<input type="checkbox"/>	ARRENDAMENTO	<input type="checkbox"/>	EXODO RURAL**	<input type="checkbox"/>
POLÍTICAS PÚBLICAS	<input type="checkbox"/>	ACESSO A TERRA	<input type="checkbox"/>	CRÉDITO RURAL	<input type="checkbox"/>

*QUANDO A FAMÍLIA, OU ALGUM MEMBRO DA MESMA, MIGRA PARA O URBANO, MAS MANTÉM A PROPRIEDADE NO CAMPO PARA TRABALHO

** QUANDO A FAMÍLIA ABANDONA O CAMPO PARA VIVER NA CIDADE OU PERIFERIA

COMENTÁRIO:

ACREDITA QUE O CULTIVO DA SOJA TEM IMPACTO NA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA?

SIM NÃO

COMENTE:

ACREDITA QUE O CULTIVO DA SOJA TEM IMPACTO NA FAUNA

LOCAL?

SIM NÃO

COMENTE:

ACREDITA QUE O CULTIVO DA SOJA TEM IMPACTO NA FLORA LOCAL, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO AO CAMPO NATIVO?

SIM NÃO

E EM RELAÇÃO AO USO DE AGROTÓXICOS E DEFENSIVOS, PELA PRODUÇÃO DA SOJA, ACREDITA QUE ATINJA SUA PROPRIEDADE E O USO DO SOLO PODE SER COMPROMETIDO?

SIM NÃO

COMO VOCÊ VISUALIZA A CADEIA PRODUTIVA DA SOJA EM SANTANA DO LIVRAMENTO?

MAIS RENTÁVEL QUE OUTRA ATIVIDADE PRODUZIDA NA REGIÃO	<input type="checkbox"/>	DEPENDENTE DO MERCADO	<input type="checkbox"/>	DEPENDENTE DO USO DE INSUMOS	<input type="checkbox"/>	PREJUDICIAL AOS RECURSOS NATURAIS	<input type="checkbox"/>
FÁCIL EXECUÇÃO	<input type="checkbox"/>	INTERNACIONAL SÓ VIÁVEL PARA GRANDES EXTENSÕES DE TERRA	<input type="checkbox"/>	VIÁVEL PARA ÁREAS MENORES	<input type="checkbox"/>	FACILITADA PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS	<input type="checkbox"/>
INCENTIVADA PELO GOVERNO	<input type="checkbox"/>	TENDE A DESAPARECER	<input type="checkbox"/>	DEPENDENTE DAS COOPERATIVAS	<input type="checkbox"/>	AUMENTA A OPORTUNIDADE DE EMPREGOS	<input type="checkbox"/>
AUMENTO DE CURSOS TÉCNICOS LIGADOS A CADEIA DA SOJA	<input type="checkbox"/>	PRESSÃO PARA ADERIR A PRODUÇÃO	<input type="checkbox"/>	OUTRO	<input type="checkbox"/>		

COMENTE A AFIRMAÇÃO “O PAMPA É UMA FRONTEIRA AGRÍCOLA A SER DESBRAVADA”
